

**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
CENTRO DE ESTUDOS GERAIS
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA AMBIENTAL**

JACQUES SOCHACZEWSKI

**CONTEXTO DO DESENVOLVIMENTO
ADOTADO PELO MUNICÍPIO DE MARICÁ, RJ**

NITERÓI

2004

JACQUES SOCHACZEWSKI

**CONTEXTO DO DESENVOLVIMENTO ADOTADO PELO MUNICÍPIO DE
MARICÁ, RJ.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para a obtenção de Grau de Mestre. Área de Concentração: Gestão Ambiental

Orientador: Prof^ª. Dr^ª. TÂNIA GUIMARÃES SANTA-RITA

Co-Orientador: Prof. Dr. WERTHER HOLZER

Niterói

2004

JACQUES SOCHACZEWSKI

**CONTEXTO DO DESENVOLVIMENTO ADOTADO PELO MUNICÍPIO DE
MARICÁ, RJ.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para a obtenção de Grau de Mestre. Área de Concentração: Gestão Ambiental.

Aprovado em outubro de 2004.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Tania Guimarães Santa-Rita
Universidade Federal Fluminense

Prof. Dr. Werther Holzer
Universidade Federal Fluminense

Prof. Dr. Alphonse Kelecom
Universidade Federal Fluminense

Profa. Dra. Lourdes Brazil dos Santos Argueta
Centro Universitário Plínio Leite

Niterói
2004

A Nivia (por tudo), sem a qual este trabalho não existiria.

A Geni e Markus, pais, e a Beatriz, filha.

AGRADECIMENTOS

Aos Professores Tania Guimarães e Werther Holzer, orientadores, pelas intervenções nas horas necessárias.

Aos amigos e professores do PGCA e do NPHPS/UFF, pelo companheirismo e torcida.

Às Professoras Cenira Braga, verdadeiro 'radar' na busca de bibliografia, e Maria Euchares Motta, pela ajuda e incentivo.

Ao pessoal das bibliotecas de Geociências, Geoquímica e demais bibliotecários e funcionários da UFF. Às bibliotecárias do CIDE também.

Aos secretários e demais funcionários da Prefeitura Municipal de Maricá, pela facilitação do acesso a informações.

A Moira Cheberle, pela disponibilização de seu acervo.

À CAPES, pelo auxílio na fase de redação do texto.

À família e aos amigos, que buscaram compreender tantas ausências.

A todos que de alguma forma contribuíram com este trabalho.

*Ave mãe filhos primos
Espíritos que habitam o planeta
Façam votos criem versos tomem atitudes
Pra mudar a coisa que já tá pra lá de preta
Eu tô cantando, você dirigindo
O outro tá rezando
Alguns se divertindo
Muitos precisando, poucos conseguindo
Se todos realizam algo
O mundo segue seu caminho*

*(‘Caio no Suingue’, letra de Pedro Luís,
do conjunto Pedro Luís e a Parede)*

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
1 CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE MARICÁ	10
1.1 Histórico – Recuperação e Tratamento de Registros	11
<u>1.1.1 Pré-História – Formação da População Primitiva</u>	12
<u>1.1.2 1500-1939 – Agricultura e Transformações no Espaço</u>	15
<u>1.1.3 1940-2003 – Loteamentos: Especulação e Migração</u>	28
1.2 Paisagem e Personagens – A Geografia Socioambiental em Movimento	37
2 TERRITÓRIO, SOCIEDADE E MODELOS DE URBANIZAÇÃO	46
2.1 Lei de Terras – A Produção do Latifúndio e da Exclusão Social	48
2.2 Marketing e Discurso – O Solo como Mercadoria	53
2.3 Contexto Local – A Função Periurbana de Maricá	57
3 ÔNUS DA EXPANSÃO POPULACIONAL MARICAENSE	79
3.1 Aceleração de Impactos – A Duplicação da Rodovia RJ-106	86
3.2 Qualidade Socioambiental de Maricá – Pirâmide Informacional	94
<u>3.2.1 Água</u>	96
<u>3.2.2 Comunicação</u>	100
<u>3.2.3 Economia</u>	102
<u>3.2.4 Educação</u>	108
<u>3.2.5 Sistema Viário</u>	110
<u>3.2.6 Outros Aspectos Socioambientais</u>	113
4 PERSPECTIVAS CONCLUSIVAS	117
5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	123
ANEXO I RELAÇÃO DE 35 SESMARIAS CONCEDIDAS EM MARICÁ	128
ANEXO II CRONOLOGIA DOS TÍTULOS DE DOMÍNIO DA FAZENDA SÃO BENTO	130
ANEXO III REPRESENTANTES DE MARICÁ NA 1ª CONFERÊNCIA DAS CIDADES	132
ANEXO IV AVISO DE LICITAÇÃO	133

LISTA DE FIGURAS, GRÁFICOS E MAPAS

FIGURA 1. ORIGEM DAS LAGOAS DE MARICÁ	13
FIGURA 2. SOBRADO PATRIARCAL SEMI-URBANO DO MEADO DO SÉCULO XIX	21
FIGURA 3. PRAÇA ORLANDO DE BARROS PIMENTEL	21
GRÁFICO 1. EVOLUÇÃO DAS TAXAS DE CRESCIMENTO DEMOGRÁFICO 1950-2000	82
GRÁFICO 2. POPULAÇÃO RESIDENTE EM MARICÁ POR SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO - 1940-2000	84
MAPA 1. LIMITES DOS DISTRITOS E DO MUNICÍPIO DE MARICÁ	37
MAPA 2. FOLHA TOPOGRÁFICA DA CARTA DO BRASIL	39
MAPA 3. CONDICIONANTES FÍSICOS DO MUNICÍPIO DE MARICÁ	40
MAPA 4. ÁREA DE ATUAÇÃO DO CONSÓRCIO SÃO JOÃO	61
MAPA 5. LIMITES DA BACIA HIDROGRÁFICA DE MARICÁ	62
MAPA 6. MACRORREGIÕES AMBIENTAIS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	63
MAPA 7. MICRORREGIÕES GEOGRÁFICAS E REGIÕES DE GOVERNO DO ESTADO	66
MAPA 8. EIXO LESTE METROPOLITANO DO RIO DE JANEIRO	68
MAPA 9. SITUAÇÃO DA URBANIZAÇÃO EM MARICÁ	85
MAPA 10. PIB DA AGRICULTURA	106
MAPA 11. PIB DO COMÉRCIO	106
MAPA 12. PIB DA INDÚSTRIA	106
MAPA 13. PIB DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO	106
MAPA 14. PIB DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÃO	106
MAPA 15. ESCOLAS EM MARICÁ - 2003	108
MAPA 16. ACESSOS	110

LISTA DE QUADROS E TABELAS

QUADRO 1. IMPACTOS DAS RODOVIAS EM ÁREAS URBANAS E RECOMENDAÇÕES	86
QUADRO 2. OPINIÕES SOBRE EFEITOS DA OBRA NA RJ-106	89
TABELA 1. INDICADORES SOCIAIS - 2002 – MARICÁ	44
TABELA 2. COMPARAÇÃO ENTRE NÚMERO DE LOTES AUTORIZADOS E CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO RESIDENTE - 1940-2000 - MARICÁ	79
TABELA 3. PERCENTUAIS DE CRESCIMENTO DEMOGRÁFICO -1970-1991- GRUPO-BASE	80
TABELA 4. MÉDIAS DE CRESCIMENTO DEMOGRÁFICO 1991-2000	82
TABELA 5. DENSIDADE DEMOGRÁFICA E URBANIZAÇÃO – MARICÁ	84
TABELA 6. SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA - 2000 - ARARUAMA, MARICÁ E SAQUAREMA	99
TABELA 7. DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES (DPP) POR FORMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA - 1992-2000 - MARICÁ	99
TABELA 8. TELEFONES INSTALADOS - 1994-2001 - MARICÁ	101
TABELA 9. TELEFONES INSTALADOS - 2001 – MUNICÍPIOS DAS BAIXADAS LITORÂNEAS	101
TABELA 10. INDICADORES ECONÔMICOS - 2001 - GRUPO-BASE	103
TABELA 11. PIB POR SETOR DE ATIVIDADE - 2001 - MARICÁ	103
TABELA 12. EMPREGADOS ADMITIDOS E DESLIGADOS EM 2002 - MARICÁ	105
TABELA 13. PESSOAL OCUPADO COM CARTEIRA ASSINADA - 1991-2001 - MARICÁ	105
TABELA 14. PERCENTUAL DE PESSOAS OCUPADAS POR SETOR - 2000 - MARICÁ	105
TABELA 15. NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS - 1985-1996 - MARICÁ	105
TABELA 16. PARTICIPAÇÃO DO PIB DA AGROPECUÁRIA NO PIB TOTAL POR MUNICÍPIOS - 2000	105
TABELA 17. COMPOSIÇÃO DA RECEITA PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE MARICÁ - 2001	105
TABELA 18. ÍNDICE DE PARTICIPAÇÃO NA DISTRIBUIÇÃO DE ICMS - 1993-2002 - MARICÁ	105
TABELA 19. NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS ESCOLARES DE 1º E 2º GRAUS - 2000-2002 - MARICÁ	109
TABELA 20. TAXAS DE ATENDIMENTO ESCOLAR POR GRUPOS DE IDADE 2000 - MARICÁ	109
TABELA 21. IDH-EDUCAÇÃO - GRUPO-BASE - 2000	109
TABELA 22. ESGOTO - LIGAÇÕES - 2000-2002 - MARICÁ	114
TABELA 23. DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES (DPP) POR TIPO DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO - 2000 - MARICÁ	114
TABELA 24. PERCENTUAIS DE DOMICÍLIO POR TIPO DE INSTALAÇÃO SANITÁRIA - 2000	114
TABELA 25. LIXO - DESTINO POR DOMICÍLIOS - 2000 - MARICÁ	115
TABELA 26. INDICADORES HOSPITALARES - 2002	116
TABELA 27. TURISMO – NÚMERO DE EMPREGADOS POR SETOR - 2001 - MARICÁ	116

LISTA DE SIGLAS

ANATEL	Agência Nacional de Telecomunicações
A.P.	Antes do Presente
APA	Área de Proteção Ambiental
CEDAE	Companhia Estadual de Águas e Esgotos
CIDE	Centro de Informações e Dados do Rio de Janeiro
CILSJ	Consórcio Intermunicipal Lagos São João
COMINAT	Comércio e Indústria Atlântico
CONAMA	Conselho Nacional de Meio Ambiente
COVIBRA	Companhia Vidreira do Brasil
DER	Departamento de Estradas de Rodagem
EIA-RIMA	Estudo de Impacto Ambiental – Relatório de Impacto sobre o Meio Ambiente
EMATER-RIO	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do RJ
FEEMA	Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente
FGTS	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FUNDREM	Fundação para o Desenvolvimento da Região Metropolitana do Rio de Janeiro
GEROE	Grupo Executivo para Recuperação e Obras de Emergência
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IEF	Instituto Estadual de Florestas
IPTU	Imposto Predial e Territorial Urbano
IQM	Índice de Qualidade dos Municípios
MRA	Macrorregião Ambiental
PDU	Plano de Desenvolvimento Urbano
PIB	Produto Interno Bruto
PMM	Prefeitura Municipal de Maricá
PMN	Prefeitura Municipal de Niterói
RMRJ	Região Metropolitana do Rio de Janeiro
R.O.	Região Oceânica de Niterói
SEAI	Sociedade de Exploradores Agrícolas e Industriais
SEBRAE/RJ	Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas no Estado do Rio de Janeiro
SEMA	Secretaria de Estado de Meio Ambiente
SEMADS	Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano
SEMAM	Secretaria de Estado de Meio Ambiente
SERASA	Centralização dos Serviços dos Bancos S.A.
SERLA	Superintendência Estadual de Rios e Lagoas
SETRERJ	Sindicato das Empresas de Transporte Rodoviário do Estado do Rio de Janeiro
SFH	Sistema Financeiro da Habitação
SNIU	Sistema Nacional de Indicadores Urbanos
SPC	Serviço de Proteção ao Crédito
TELEMAR	Telecomunicações do Rio de Janeiro
TURISRIO	Companhia de Turismo do Estado do Rio de Janeiro
UBQ	União Brasileira para a Qualidade
ZNAM	Zona <i>Non-Aedificandi</i> Marítima

RESUMO

O presente trabalho analisa o contexto do desenvolvimento adotado pelo município de Maricá, RJ, diante da aceleração do processo de ocupação do solo, sob o prisma da possível sustentabilidade socioambiental desse crescimento demográfico. O objeto é visto em sua inter-relação com o meio ambiente e as questões sociais decorrentes do tipo e do ritmo desta ocupação, delineando o perfil do município. Estratégias de progressiva substituição da produção agrícola pela urbanização através do parcelamento do solo, adotadas desde o pós-guerra, caracterizam o desenvolvimento recente do município. Em 2000, a população residente de Maricá aumentava à ordem de 5,7% ao ano, taxa certamente ultrapassada, pois foi medida pelo IBGE antes dos efeitos da obra de duplicação da Rodovia RJ-106, que dá acesso à cidade. Tal demanda é responsável por uma rápida transformação socioambiental, acompanhada de crescente procura por serviços básicos como os de educação, saneamento e saúde, criando a necessidade de respostas ágeis e responsáveis. Esta pesquisa visou levantar e analisar possíveis causas históricas para a disparidade entre crescimento econômico, desenvolvimento social e sustentabilidade; e as raízes nacionais, regionais e locais para a dependência econômica, expressa na função periurbana do local. Maricá precisa adaptar sua legislação e sua ação política de forma a diversificar e desenvolver a economia com benefícios ambientais e sociais; incrementar a infra-estrutura básica; e adotar medidas capazes de controlar a ocupação do solo, visando um equilíbrio entre as demandas geradas pelo adensamento populacional e as efetivas possibilidades de atendê-las.

Palavras-Chave: Gestão Ambiental - Política Ambiental - Gestão Municipal - Desenvolvimento Urbano - História Socioambiental - Espaço - Território.

ABSTRACT

This study examines the context of the kind of development adopted by the city of Maricá, RJ, in view of the accelerated process of land occupation, from the perspective of the possible socio-environmental sustainability of this demographic growth. The object under study is seen in its inter-relation with the environment and the social issues that result from the type and rhythm of this occupation, delineating the profile of the city. Strategies, adopted post-war, that increasingly replace agricultural production with urbanization through the parceling of the land characterize the recent development of the city. The resident population of Maricá increased 5.7% in 2000, a percentage that has certainly becomes higher, given that it was calculated by the IBGE before the doubling of the lanes of Rodovia RJ-106, a highway that gives access to the city. Such a population growth accounts for the rapid transformation of the society and the environment and is accompanied by a demand for basic services, such as education, sanitation, and health, requiring quick and responsible action. This study aims at identifying and examining possible historical causes of the disparity between the economic growth, social development and sustainability, and the national, regional, and local roots of economic dependence, expressed in the periurban function of the region. Maricá must adapt its laws and political actions in order to diversify and develop its economy with social and environmental benefits; increase the city's basic infra-structure; and adopt policies to control land occupation, aiming at a balance between the demands resulting from the population growth and effective possibilities of meeting such demands.

Keywords: Environmental Management - Environmental Policy - Municipal Management - Urban Development - Socioenvironmental History - Space - Territory.

*Os seres humanos são os anjos caídos
que Deus mandou cá pra Terra, de castigo,
por terem botado defeito na criação do mundo.*

*Aqui eles aprenderam com os bichos a ter filhos,
viraram muitos, começaram a inventar casa, rua,
cidade, país ... e um monte de máquina, que era pra imitar
Deus, e mexer em tudo que ele tinha inventado.*

*No início Deus ficou danado da vida...
mas depois acabou foi amolecendo o coração
com o dengo dos anjos caídos,
com o jeito errado deles fazerem as coisas.
Surpreendentes. Fora de controle.
Diferentes do resto.*

*(Do filme 'Deus é Brasileiro',
roteiro de João Ubaldo Ribeiro e Cacá Diegues)*

INTRODUÇÃO

Este texto dissertativo do Mestrado em Ciência Ambiental da Universidade Federal Fluminense focaliza o uso da terra derivado da ocupação populacional de Maricá. O objeto é visto em sua inter-relação com o meio ambiente e as questões sociais decorrentes do tipo e do ritmo desta ocupação, delineando o perfil do município. Em 2000, segundo o Censo do IBGE, Maricá apresentou uma das maiores taxas de crescimento demográfico do Estado do Rio de Janeiro, superado apenas por outros quatro municípios também localizados na Região dos Lagos: Búzios (8,6%), Rio das Ostras (8%), Iguaba Grande (7%) e Cabo Frio (5,8%)¹. A população residente de Maricá aumenta à ordem de 5,7% ao ano, taxa já certamente ultrapassada, pois foi medida pelo IBGE antes dos efeitos da obra de duplicação da Rodovia RJ-106, que dá acesso à cidade. Tal demanda é responsável por uma transformação socioambiental acelerada do município, acompanhada de crescente procura por serviços de educação, saneamento e saúde, criando a necessidade de respostas ágeis e responsáveis.

¹ A seguinte notícia dá conta de que, em 2002, mantinha-se a posição de Maricá quanto ao crescimento demográfico: “População do Rio cresce para o Interior de Estado - Dados do IBGE comprovam que o crescimento populacional do Interior do Estado do Rio (1,72%) foi quase o dobro da Capital (0,75 %). O crescimento se deu principalmente na Região dos Lagos, onde os destaques foram as cidades de Rio das Ostras e Iguaba Grande, que cresceram 8,2% e 8,1%, respectivamente. Outros municípios como Búzios (6,3%), Cabo Frio (6,2%) e Maricá (5,7%) também tiveram expansão considerável, segundo o IBGE, devido ao **turismo** e à maior facilidade de serviços, como transportes (Fonte: O Globo)” (UBQ, 2002).

Prestava exames para este mestrado quando fixei residência em Maricá, município que até então pouco conhecia. Minha atenção e estudos às questões socioambientais, contudo, eram anteriores. Foram os olhares miscigenados de morador assumido, de morador *forasteiro* (termo cujo sentido ficará claro com o transcorrer do texto) e de estudante, principalmente, que fizeram o tema aflorar e permitiram-me montar de forma diferenciada os quadros temáticos e informacionais deste trabalho, utilizando como ligadura o método, mas também a percepção do indivíduo.

Este trabalho propõe-se a analisar como ocorre esta ocupação, as questões sociais implicadas² neste processo e sua transversalidade³. Para tanto, foram elencados os seguintes objetivos:

OBJETIVO GERAL

Analisar o contexto do modelo de desenvolvimento adotado pelo município de Maricá diante da aceleração do processo de ocupação do solo, sob o prisma da possível sustentabilidade socioambiental desse crescimento demográfico.

Esboçar uma metodologia de análise configurada na trajetória deste estudo.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Levantar fontes e dados documentais e bibliográficos sobre o território maricaense e sobre vários enfoques socioambientais.

Formular quadro teórico sobre modelo de formação urbana – periurbanidade – aplicado a Maricá.

Avaliar a infra-estrutura socioambiental de Maricá e repercussões na qualidade de vida da população.

Elaborar dados, figuras, gráficos, mapas e tabelas da pirâmide informacional para explicitar as variáveis entrecruzadas.

Apontar políticas públicas para o Município.

² “Implicado sempre se está, entretanto, chamamos atenção para a necessidade de análise das implicações com as instituições em jogo numa determinada situação, a análise do sistema de lugares, o lugar que o pesquisador, por exemplo, ocupa, que busca ocupar e que lhe é designado ocupar. Essa concepção de pesquisa afirma, ainda, que o pesquisador e pesquisado, sujeito e objeto do conhecimento, se constituem no mesmo momento, no mesmo processo” (COIMBRA, 1998).

³ Categoria trabalhada na socioanálise francesa, a *transversalidade* se refere aos entrecruzamentos e referências que permeiam os sujeitos, grupos, instituições etc.

Neste ponto, ressalte-se a preocupação histórica que permeia todo o trabalho. O aspecto histórico é considerado relevante por:

- 1) Trazer subsídios à reconstituição de uma parte essencial da vida do Estado e do próprio Município; e
- 2) Subsidiar uma avaliação não burocrática, mas principalmente técnica e política⁴.

Quanto a este aspecto, MINAYO (2001) ensina que:

“O objeto das Ciências Sociais é *histórico*. Isto significa que as sociedades humanas existem num determinado espaço cuja formação social e configuração são específicas. Vivem o presente marcado pelo passado e projetado para o futuro, num embate constante entre o que está dado e o que está sendo construído. Portanto, a provisoriedade, o dinamismo e a especificidade são características fundamentais de qualquer questão social” (MINAYO, 2001, p.13).

A expressão *ciência ambiental* não encontra definição no Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa, embora algumas de suas características possam ser inferidas de outras expressões existentes, tais como ciências: aplicadas; experimentais; naturais; e mesmo humanas e sociais, ou ainda do verbete independente *ecologia*. Entretanto, há diversas definições para a palavra *ciência* na obra de Houaiss: “Corpo de conhecimentos sistematizados que, adquiridos via observação, identificação, pesquisa e explicação de determinadas categorias de fenômenos e fatos, são formulados metódica e racionalmente” é uma delas; e ainda: “Conhecimento que, em constante interrogação de seu método, suas origens e seus fins, procura obedecer a princípios válidos e rigorosos, almejando especialmente coerência interna e sistematizada (por oposição a *opinião*)”. Outras acepções do mesmo dicionário atribuem também ao termo *ciência* os sentidos mais gerais de “conhecimento amplo adquirido via reflexão ou experiência”, “conhecimento atento e aprofundado de alguma coisa (...) como informação, noção precisa, *consciência*” (HOUAISS, 2001, p. 715) [sem grifo no original].

⁴ A categoria política foi considerada segundo Velho: “Gostaria que a categoria política fosse entendida num sentido amplo abarcando ações e práticas que, muitas vezes, implicam relações de poder, mas cujos agentes não são necessariamente *políticos* no sentido convencional.” (VELHO, 2002, p.10). Desta forma, entende o pesquisador-autor desta dissertação que se pode fugir da avaliação burocrática e paralisante, interagindo com um processo atual e presente, que exige a implementação de políticas sociais e a implantação de novas formas de atuação pública, voltadas ao efetivo encaminhamento de tais questões de forma mais global e interdisciplinar.

O enfoque humanista e consciente é inerente à ciência ambiental, bem como sua interdisciplinaridade, no sentido de que, além de gerar conhecimento obtido com método científico, tem esta ciência o potencial indiscutível de produzir a consciência ecológica em si, re-situando o humano no planeta e além dele. Uma atuação respeitosa do ser humano, principalmente no trato de dinâmicas que mesmo o cientista não conhece completamente, e cujo rumo, muitas vezes, depende de decisões tomadas em outras esferas, geralmente desinformadas⁵.

Neste cenário ampliado divisa-se uma possível aproximação entre a Academia e a Comunicação, área de graduação e experiência profissional do autor-pesquisador desta dissertação em Ciência Ambiental. Alguns registros utilizados (por exemplo, os históricos) são comuns à coleta de dados científica e à informação jornalística, e procurou-se traduzir em linguagem simples os resultados obtidos com a metodologia científica aplicada e também com o “mundo das letras”: a dicionarização, a literatura ficcional e a historiografia⁶ do objeto estudado.

O poético tem tradicional presença no universo das Geociências. “Sobre essas imensas extensões de águas tranqüilíssimas, as distantes vegetações marginais destacam-se em agrupamentos que as perspectivas ilusórias nos fazem crer ilhas perdidas em neblinas ou suspensas no ar sobre a reverberação das águas que tremulam sob o sol”, escreveu Alberto Ribeiro Lamego ao descrever certas lagunas fluminenses (LAMEGO, 1945). O humano, em Lamego, é personagem tanto quando o natural, e o fato de seu texto ser alinhavado literariamente não lhe tira a objetividade nem impediu que fosse fonte das mais importantes entre as utilizadas neste trabalho. D’*As Cidades Invisíveis* de Ítalo Calvino, algumas frases de puro encantamento encontram similaridade com múltiplos aspectos de Maricá e grande identificação por parte deste pesquisador. Foram capazes, **na forma de epígrafes**, de sintetizar e descrever o espírito de vários elementos desta dissertação.

5 Citando pesquisa de McCloskey, que buscou avaliar o nível de conhecimento científico entre população de países desenvolvidos, publicada em 1983 na *Scientific American*), Maluf dá conta de que “todo mundo, nos dias de hoje, ainda pensa que a velocidade da queda depende do peso do corpo”, embora Galileu tenha demonstrado há centenas de anos que a velocidade de um corpo em queda sofre aceleração com o tempo. Diante desse resultado, Maluf comenta que “tanto leigos quanto estudantes (de física!) (...) os entrevistados na pesquisa (...) [forneceram explicações] com base na física da Idade Média; ou seja, na física de Aristóteles!”. Portanto, um senso comum aristotélico, anterior ao século XVI, rege perigosamente o uso de uma tecnologia de ponta no século XXI (MALUF, 2002). Ao assumir atitudes que podem alterar o destino do planeta, torna-se importante aceitar, como Galileu ensinou há 600 anos, que a Terra não é o centro sequer deste Sistema Solar.

⁶ “Estudo histórico e crítico acerca da história” (FERREIRA, 1975). “A filosofia da história partirá das fronteiras últimas da historiografia para especular livremente sobre problemas e inquietações que não cabem nos domínios da história científica” (Fidelino de Figueiredo, *Entre Dois Universos*, p.209, apud FERREIRA, 1975, p. 729).

A estratégia metodológica esboçada neste estudo considerou que quaisquer fenômenos estudados estão circundados por estruturas sociais, políticas, econômicas e ideológicas, e exercem sobre eles influências nem sempre imediatas e perceptíveis. Visto o caráter também histórico deste estudo, e para melhor dar conta da sua temporalidade, procurou-se em primeira instância compreender a *cronêmica*⁷ do processo de ocupação territorial de um município – Maricá –, executando os cortes temporais necessários à compressão mais global possível, sem, contudo, constituí-los em elementos de análise isolados, mas dotados de interligação capaz de proporcionar uma compreensão dialética dos fenômenos observados.

Tendo em vista a natureza do objeto estudado, procurou-se manter a articulação entre a recuperação e o tratamento de informações contidas nos registros documentais pesquisados, entendendo assim as afirmações de Geertz:⁸

“(…) minha própria posição tem sido tentar manter a análise das formas simbólicas tão estreitamente ligadas quanto possível aos acontecimentos e ocasiões concretas (...). Na busca das tartarugas demasiado profundas, está sempre presente o perigo de que a análise cultural perca o contato com as superfícies duras da vida – com as realidades estratificadoras políticas e econômicas, dentro das quais os homens são reprimidos em todos os lugares – e com as necessidades biológicas e físicas sobre as quais repousam essas superfícies. A única defesa contra isso (...) é treinar tais análises em relação a tais realidades e tais necessidades” (GEERTZ, 1989, p.40)

Outros itens da metodologia são elencados em ordem alfabética:

a) Amostragem – Foi feita uma definição de quantificação percentual e comparativa, que delinea o perfil de Maricá até 2003. A ocupação territorial, que afeta e transforma o ambiente, como também as questões sociais que derivam deste processo, implicaram em três tipos de amostragem: 1) a que foi percebida pela documentação e registros; 2) a apresentada em dados censitários e estatísticos; 3) as que foram analisadas através das falas de representantes do poder local, da sociedade civil organizada e a outros personagens escolhidos aleatoriamente, com os quais se procurou “instaurar uma relação de *escuta ativa*

⁷ *Cronêmica*: VIEIRA, 1998.

⁸ Ver: FREITAS, Rita de Cássia Santos. *Mães de Acari - Preparando a tinta e revirando a Praça*: um estudo sobre as mães que lutam. 2000. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Departamento de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000.

e metódica”⁹ durante conversas-entrevistas em ônibus, pontos turísticos e outros ambientes públicos e privados.

O item 3 derivou em instrumento avaliativo denominado *conversas aleatórias*, através das quais buscou-se maior compreensão social e perceptiva do objeto estudado, sendo realizadas, ao todo, 43 entrevistas (foram determinadas a priori 40 entrevistas, no decorrer das quais decidiu-se pela participação específica de mais três pessoas). Participaram de entrevistas/conversas diretas alguns secretários de governo/ representantes, ambientalistas e membros de associações populares da sociedade civil, dos quais buscou-se não só algumas opiniões como também informações relativas a suas áreas de atuação. E, em grande parte (30 das 43), pessoas escolhidas aleatoriamente em locais públicos do Centro e de Itaipuaçu) e passageiros de ônibus. As conversas aleatórias giraram em torno de sua percepção sobre a qualidade de vida em Maricá, crescimento demográfico, duplicação da RJ-106, e comparações quanto a mudanças verificadas (aspectos escolhidos pelos depoentes) após o início da obra na rodovia.

b) Aprofundamento Teórico-metodológico – O entendimento teórico do objeto de estudo, consubstanciado nos objetivos gerais e específicos (página 2), pode ser apontado como uma das fases mais significativas desta pesquisa, na qual se evidenciam as diversas transversalidades implicadas no contexto. Segundo Foucault, para se conhecer a constituição de determinado contexto é preciso analisar as condições de formação e modificação das relações do sujeito que conhece para com o objeto conhecido:

“Seria interessante tentar ver como se dá, através da história, a constituição de um sujeito que não é dado definitivamente, que não é aquilo a partir do que a verdade se dá na história, mas de um sujeito que se constitui no interior mesmo da história, e que é a cada instante fundado e refundado pela história. (...) a constituição de um sujeito de conhecimento através de um discurso tomado como um conjunto de estratégias que fazem parte das práticas sociais.” (FOUCAULT, 2001, p.10)

c) Levantamento Bibliográfico e Documental – As fontes bibliográficas e documentais selecionadas foram utilizadas de forma privilegiada e, a partir delas, obtidas informações básicas, tanto sobre a trajetória histórica de ocupação territorial, quanto acerca das concepções ideológicas e metodológicas presentes em tais documentos, inclusive no que se refere aos aspectos da realidade da época em que foram escritos. Além dos estudos clássicos, foi incorporado um número significativo de produções recentes (décadas de 1990 e 2000). As produções estudadas são nacionais ou originárias de universidades estrangeiras. Ressalte-se a importância e relevância das produções (dissertações e teses) da Universidade Federal Fluminense (Geociências, Química, Arquitetura, Economia e Engenharia). Para esta reconstituição também foi selecionado material relativo a Maricá, principalmente documentos e registros públicos. Na discussão dos pressupostos que fundamentam as diversas produções referentes à ocupação territorial, foram

⁹ “(...) relação de *escuta ativa e metódica*, tão afastada da pura não-intervenção da entrevista não dirigida, quanto do dirigismo do questionário” (BOURDIEU, 1998, p.695).

construídos contextos próprios, relacionados às dinâmicas mais globais (ambientais, culturais, econômicas, históricas, políticas e sociais).

- d) Historiografia Crítica** – Na composição da historicidade crítica da cidade de Maricá foram selecionados e recuperados dados históricos sobre o município e sua população primitiva, e investigados documentação e registros referentes a 1500-2003, período definido como nossa delimitação espaço-temporal (*cronêmica*) básica.

A partir dessa concepção operacional foi desencadeado o tratamento das informações, em um primeiro nível trabalhadas através da formação de séries estatísticas a partir dos dados demográficos e econômicos de Censos do IBGE, bem como os obtidos em registros municipais. A confrontação de dados (antes e pós-2000) e avaliação de alguns comportamentos, ano a ano, no período estudado, quantificam alterações em infra-estruturas básicas¹⁰. Também foram feitas comparações entre Maricá e outros municípios da região (**GRUPO-BASE**). Estes dados foram tabulados e as variáveis encontradas, sendo sistematizados em um processo de informatização – banco de dados; os dados armazenados desta forma puderam ser mais facilmente recuperados e analisados.

- e) Tabelas e Gráficos** – Os dados coletados, depois de classificados, foram agrupados, tendo em vista a montagem de tabelas que pudessem oportunizar ao leitor uma percepção das variáveis em cruzamento, além de facilitar a análise quanti-qualitativa dos dados. Os gráficos apresentados neste trabalho são elementos demonstrativos, que objetivam detalhar com mais profundidade as variáveis observadas, além de se constituírem em um recurso metodológico de maior eficácia, na percepção crítica dos dados coletados.
- f) Textos de Lei** – A legislação ambiental de forma geral, e textos específicos que determinam ações locais sobre o uso do solo, foram utilizados em confronto com a realidade observada. Este trabalho valeu-se de dois movimentos: avaliar efeitos que certas leis (ou outros códigos com força de lei) tiveram sobre a conjuntura histórica e atual; e avaliar possíveis omissões da lei como causa de comprometimento socioambiental, tanto por sua inexistência quanto pelo não cumprimento.

Com base nesta estruturação metodológica esta dissertação foi dividida em três capítulos (além das conclusões e da bibliografia) que por sua vez foram detalhados em subcapítulos.

No primeiro capítulo procurou-se apresentar as questões conceituais, culturais e socioeconômicas sob o ponto de vista histórico, que aprofundam teoricamente o objeto delimitado nesta dissertação. Assim, este capítulo repassa a trajetória histórica do município, enfatizando a ocupação territorial e sua repercussão socioambiental da pré-história até 2003. Neste processo são utilizados, com maior ênfase, os procedimentos metodológicos de levantamento bibliográfico e documental; o aprofundamento teórico-metodológico; e a historiografia crítica do município. O subitem 1.2 completa a caracterização básica de Maricá

¹⁰ Foram tabulados dados específicos relativos a Água, Comunicação, Economia, Educação e Sistema Viário, entre outros aspectos socioambientais, agrupados sob a denominação de infra-estrutura.

com informações acerca de sua paisagem e personagens, descrevendo o município quanto a suas diversas características (geografia física, humana e socioeconômica), apresentando informações recentes sobre alterações em sua delimitação e alguns mapas e fotografias.

O segundo capítulo explicita o campo teórico-metodológico deste trabalho, seu formato, sua *démarche*, sua ferramenta conceitual e teórica. Detém-se sobre conceitos como Território, Sociedade e Urbanização, e a participação de cada um deles na formação das cidades brasileiras e, em particular, de Maricá, a partir da base histórica explanada anteriormente – como estariam se processando as transformações ocorridas no município nos últimos anos, especialmente com a intensificação da ocupação populacional, e como tem sido sua inter-relação com o meio ambiente e com as questões sociais que derivam desta ocupação. Do geral ao particular, enfoca-se a “transformação” da terra, natureza, em *solo*, e os modelos civilizatórios formados a partir dessa visão. O capítulo traça um panorama da legislação pertinente ao objeto de estudo, e remete-se novamente à História ao avaliar os efeitos da Lei de Terras. Mesmo que rapidamente, tenta enxergar através das aparências do discurso urbano contemporâneo, e indicar como o marketing e o desenvolvimentismo têm influído na alteração da função primordial das cidades. Por fim, este contexto é relacionado ao local, ou seja, à função periurbana desempenhada por Maricá.

No terceiro capítulo, a partir da concepção operacional adotada, são apresentadas as informações obtidas que sofreram o tratamento/avaliação, o que denominamos **Pirâmide Informacional**. O capítulo procura traçar o perfil da cidade atualmente, comparado a dados anteriores, e projetar criticamente como este município pode ser afetado negativamente, caso não adote efetivamente políticas preventivas de planejamento. Nesta amostragem, são explicitadas, definidas e analisadas mensurações quanti-qualitativas de Maricá, a partir inclusive das mudanças potenciais causadas pelo desenvolvimento viário.

Ao longo do trabalho como um todo, procura-se avaliar se o desenvolvimento adotado por Maricá a partir de meados do século XX, que privilegia o parcelamento extensivo do solo e sua ocupação por moradores que trabalham fora do município ou visitantes veranistas, criando uma demanda de serviços e, na contramão, um aumento de oferta insuficiente, além de lhe trazer mazelas ambientais comuns a numerosos exemplos de desenvolvimento não-sustentável. Além disso, investigaram-se possíveis fatores históricos que deixaram Maricá inferiorizado economicamente e em termos de qualidade de vida quando comparado a municípios que lhe são semelhantes em bases históricas, geográficas, ou na inter-relação político-econômica com pólos limítrofes ou próximos.

Assim, este texto dissertativo do Mestrado em Ciência Ambiental da Universidade Federal Fluminense expõe uma tentativa de apontar causas relevantes. Estudar que limites a esse crescimento são impostos pela legislação em si, pela prática que dela se faz e pela natureza. E se os limites da ocupação atualmente permitida e permissiva são suficientes para evitar que os desastres atuais conformem uma tragédia humana e ecológica.

1 CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE MARICÁ

*Inutilmente, magnânimo Kublai,
tentarei descrever a cidade de Zaíra dos altos bastiões.
Poderia falar de quantos degraus são feitas as ruas em
forma de escada, da circunferência dos arcos dos pórticos,
de quais lâminas de zinco são recobertos os tetos; mas sei
que seria o mesmo que não dizer nada.
A cidade não é feita disso, mas das relações entre as
medidas de seu espaço e os acontecimentos do passado.
(Ítalo Calvino)*

Em seu clássico *Da economia ecológica ao ecologismo popular*, Joan Martinez Alier propõe uma lista de temas que permitam discutir as relações entre a história ecológica e a história econômico-social. Indaga o autor: será possível combinar os aspectos ecológicos com os econômicos e sociais dentro de uma mesma narrativa ou explicação histórica?

FERREIRA (1998, p.90) destaca a utilização de três abordagens teóricas na análise do ambientalismo. Uma destas abordagens enfoca o ambientalismo como movimento histórico no qual o resultado da clivagem entre predação e conservação dirá da sustentabilidade ou sobrevivência da civilização contemporânea em médio e longo prazo. “As relações entre a humanidade e a natureza são históricas”, destaca Alier. Também o são as análises, pois dependem de percepções e interpretações da sociedade de cada época – no sentido amplo e também no de sociedade científica. A complementar esta noção, cita também: a historicidade sempre presente no estudo da influência do ambiente sobre a humanidade e da humanidade sobre o ambiente; e o fato de que “alguns historiadores

foram inicialmente geógrafos, e, portanto, muito conscientes dos debates entre o determinismo e o possibilismo geográficos” (ALIER, 1998, p.231-233).

Desde autores como Lamego, que em sua época privilegia o quase completo determinismo geográfico; a contemporâneos como Alier, cuja crítica recai sobre a atuação humana, a compreensão do problema ambiental passa pela caracterização dos componentes de cada período, e de sua dinâmica ou inter-relação. Somam-se, portanto, no primeiro capítulo desta dissertação de mestrado, uma historiografia dos conflitos e soluções atuais em planos mundiais, nacionais e locais; e um perfil ou panorama atual do objeto estudado.

1.1 Histórico – Recuperação e Tratamento de Registros

Este panorama histórico sobre o município de Maricá procurou perceber se sua trajetória histórica influenciou ou determinou o modelo presente de desenvolvimento e estrutura demográfica, tentando identificar inevitabilidades ou intencionalidades nos padrões de ocupação territorial adotados, questão definida metodologicamente como delimitação espaço-temporal da pesquisa. De que forma os fatores de colonização, conjugados, têm contribuído para a questão ambiental? Criando resistência ou abrindo possibilidades de degradação?

Registros e narrativas encadeiam-se neste subcapítulo, procurando fazer aflorar a cidade presente em cada etapa histórica. Simplificadamente, esta sucessão de acontecimentos sociais, políticos e econômicos (que imprimem determinadas características ao ambiente, quando não representam “acontecimentos” propriamente ambientais) foi classificada em três períodos: o pré-histórico; o de 1500 a 1939; e o de 1940 aos dias atuais. Cada subitem busca abordar cronológica, temática e estruturalmente o período focado.

Tendo em vista a natureza do objeto estudado, o autor-pesquisador teve a preocupação de manter a articulação entre a recuperação e o tratamento de informações contidas nos registros documentais pesquisados. As fontes bibliográficas e documentais selecionadas foram utilizadas de forma privilegiada e a partir delas obtiveram-se informações básicas, tanto sobre a trajetória histórica de ocupação territorial, quanto acerca das concepções ideológicas e metodológicas presentes em tais documentos, inclusive no que se refere aos aspectos da realidade da época em que foram escritos. Além dos estudos clássicos, foi incorporado um número significativo de produções recentes (década de 2000).

1.1.1 Pré-História – Formação da População Primitiva

*Caminha-se por vários dias entre árvores e pedras.
Raramente o olhar se fixa numa coisa,
e, quando isso acontece, ela é reconhecida
pelo símbolo de alguma outra coisa:
a pegada na areia indica a passagem de um tigre;
o pântano anuncia uma veia de água;
a flor do hibisco, o fim do inverno.
O resto é mudo e intercambiável - árvores e pedras
são apenas aquilo que são. (Ítalo Calvino)*

Evidências da presença de grupos pré-históricos no litoral fluminense são descritas em relatos de pesquisas das arqueólogas Maria Beltrão e Lina Kneip, embora não seja clara a forma de sua permanência até o período “histórico” iniciado com a ruptura representada pela invasão européia. Beltrão¹¹ apud FRANCISCO¹² (1999) remete-se a relatos de escritores seiscentistas e setecentistas, que dão conta de material cerâmico recolhido nesta orla. A passagem de grupamentos humanos pelo local, segundo Kneip *et al.*¹³ (apud FRANCISCO, 1999), data de comprovados 8.000 anos. Sambaquis do litoral, mais especificamente na área de Niterói a Cabo Frio, remontam a 7.962 A.P. Muitos sítios arqueológicos foram destruídos durante a colonização européia¹⁴.

Apesar disso, restaram sambaquis para contar a pré-história, fornecendo informações valiosas aos cientistas. Dias Júnior afirma ser provável que grupos humanos vivessem na região, em bandos, há cerca de 10.000 anos, durante o Período Arcaico, que vai de 12.000 A.P. a 4.000 A.P. Em determinadas regiões brasileiras, grupos nômades ou semi-nômades desenvolveram a

¹¹ BELTRÃO, Maria da Conceição. *Pré-História do Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Forense, 1978, 278p.

¹² *O Homem e a Geo-História da Região de Saquarema*, tese de doutorado em Geociências orientada pela Profa. Dra. Lina Maria Kneip. Banca Examinadora: Profa. Dra. Maria da Conceição Beltrão, Prof. Dr. José Humberto Barcelos, Prof. Dr. Ismar de Souza Carvalho, Profa. Dra. Loiva Lizia Antonello, Profa. Dra. Josilda de Moura Rodrigues.

¹³ KNEIP, L.M., PALLESTRINI, L. *Restinga do Estado do Rio de Janeiro (Niterói e Cabo Frio): 8 mil anos de ocupação humana*. In: LACERDA, L.D. de *et al.* (Org). *Restingas: origem, estrutura, processos*. Niterói, CEUFF, 1984. p.139-146. Trabalho apresentado durante o Simpósio sobre Restingas Brasileiras, 1984, Niterói, RJ.

KNEIP, L.M. (Coord.) *Cultura material e subsistência das populações pré-históricas de Saquarema, RJ*. Rio de Janeiro, Museu Nacional, 1994. 120p. (Documento de Trabalho, Série Arqueologia, n.2)

¹⁴ O primeiro Código de Minas, imperial, classificava como jazidas mineiras tanto concheiros naturais quanto sambaquis, explorados para fabricação de cal, de rações de aves, de adubos e até para pavimentação de estradas e ruas.” (DUARTE, P. *O sambaqui visto através de alguns sambaquis*. São Paulo, USP, 1968. 113p. apud FRANCISCO, 1999)

caça, especialmente onde os humanos conviviam com a paleofauna atualmente extinta, por exemplo a preguiça gigante e o tigre-dente-de-sabre, tendo deixado vestígios em entradas de cavernas, abrigos rochosos, beiras de rio, topos de morros, entre outros lugares. No litoral fluminense esses grupos, que seriam numericamente pouco expressivos, teriam como prioridade estarem próximos do alimento, e em segundo lugar, da matéria-prima.

No litoral do Estado do Rio de Janeiro, foram características desta ocupação a coleta, a pesca e a caça litorâneas. Restos de moluscos deram origem aos sambaquis mais antigos encontrados na região (Dias Júnior¹⁵ apud FRANCISCO, 1999). Mais tarde, teria surgido alguma agricultura e, bem depois, a cerâmica, isso quando já se organizavam em aldeias de horticultores ceramistas (KNEIP et al. apud FRANCISCO, 1999). Diversos episódios geo-arqueológicos marcaram a região. “A evolução geomorfológica da bacia de Maricá resulta de uma complexa interação entre tectônica, clima e variação do nível do mar” (FRANCISCO, 1999, p.124). O cordão litorâneo teria origem na transgressão holocênica, sendo dois os cordões arenosos formados: o primeiro, mais largo, formado entre 5.000-5.500 A.P., transgressão seguida de outro recuo, ou regressão; e novo avanço entre 3.800 e 3.500 anos A.P., quando o mar se teria estabilizado em 2/3 do nível atual e formado o segundo cordão, mais elevado. Os últimos 2.700 anos, limite até o qual ocorreram os últimos grandes avanço e recuo do mar, deixaram à mostra a faixa arenosa externa à qual se assemelha a restinga atual¹⁶. Após cada um desses recuos, a costa foi sendo retrabalhada e arredondada pela ação das correntes e ventos. Restingas fechando reentrâncias do litoral formaram lagunas como as de Saquarema e Maricá (FIGURA 1, página 14).

Cada oscilação do nível do mar levava as populações a abandonarem seu pouso, onde ficavam restos de alimentos e funerários, criadores dos sambaquis que hoje permitem a reconstituição dessa pré-história. Francisco destaca a contínua adaptação humana a essas lentas e gigantescas mudanças ambientais:

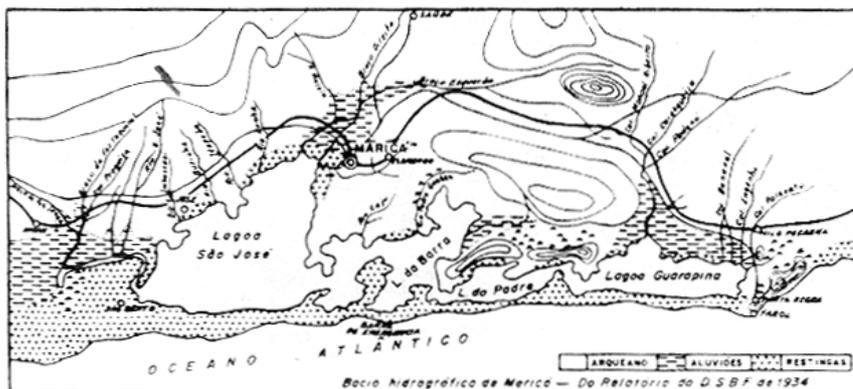
¹⁵ DIAS JUNIOR, O.F. *O período cerâmico no Sudeste do Brasil*. In: Arqueologia. Rio de Janeiro, Centro de Estudos Arqueológicos, [19__], p.13-16.

DIAS JUNIOR, O.F. *O Pré-cerâmico no Rio de Janeiro*. In: Arqueologia. Rio de Janeiro, Centro de Estudos Arqueológicos, [19__], p.11-12.

DIAS JUNIOR, O.F. *Síntese da Pré-História do Rio de Janeiro: uma tentativa de periodização*. In: Arqueologia. Rio de Janeiro, Centro de Estudos Arqueológicos, [19__], p.8-11.

¹⁶ A esse respeito, ver o trabalho de Benedicto Humberto Francisco, *O Homem e a Geo-História da Região de Saquarema*, onde o autor narra com riqueza de detalhes a evolução geo-arqueológica do atual Estado do Rio de Janeiro, inclusive com revisões feitas recentemente a teorias que novas descobertas vieram alterar. Neste trabalho foram recolhidas informações sobre caracterização geo-arqueológica de Maricá, desde a chamada transgressão máxima, também de Azevedo, 1998; Barroso, 1991; Esteves, 1992; Marques Junior, 1991.

FIGURA 1. ORIGEM DAS LAGOAS DE MARICÁ



FONTE: LAMEGO, 1974, P. 53.

“Com relação às ocupações restritas à região situada entre a Baía da Guanabara e Cabo Frio, onde existem diversos sambaquis estudados ou em estudo, sabe-se que os mais antigos (7.958 + A.P.), situados em Itaipu, estavam mais adaptados à coleta de moluscos. Por essa época o nível do mar teria ficado a uns 20 metros abaixo do atual, com clima árido e ainda bastante frio. Com o aumento progressivo da temperatura e da pluviosidade, o nível das águas se elevando, formaram-se florestas. O litoral foi invadido pelo mar, até que há cerca de 5.000 anos chegou a atingir 5 metros acima do atual. O máximo transgressivo deu lugar a um recuo do mar, de sorte que há cerca de 3.800 anos o nível marinho [era de] cerca de 2/3 do atual. Imaginem-se as dificuldades, ou melhor, a necessidade adaptativa dos ocupantes da região, tendo em vista que todas as mudanças com certeza refletiram modificações nos ecossistemas existentes” (FRANCISCO, 1999)

Nesta paisagem próxima da atual moraram grupos de caçadores e coletores que já eram mais populosos. O crescimento demográfico, aliado ao desenvolvimento de tecnologia, começou a torná-los sedentários. A base de subsistência se alterara: consumiam-se tanto moluscos e peixes quanto aves e mamíferos, conforme registros arqueológicos. A maior permanência numa mesma localidade faz com que sejam desta época os sambaquis mais consistentes e reveladores, que indicam maior diversidade econômica, detectada por menor abundância de conchas, grande quantidade de fogueiras e maior mobilidade na coleta de alimentos, abundantes tanto nas praias quanto nas lagoas, pântanos e florestas (FRANCISCO, 1999, p.126-129).

Segundo o mesmo autor, as camadas mais jovens de sambaquis do litoral (Cabo Frio, Saquarema, Maricá) foram datadas em cerca de 1.000 anos A.P. (FRANCISCO, 1999, p.129). Restos de períodos como este, relativamente recentes, são raros, pois não tiveram a proteção de novas camadas. Assim, pouco se conhece sobre a população nativa pré-1500, exceto pelo que se estudou a partir da entrada dos colonizadores e pelo desenvolvimento natural a partir das

populações pré-históricas. Quando chegaram ao Rio de Janeiro, os portugueses depararam-se com a nação Tamoio, senhora da Baía de Guanabara, que viria a se aliar aos franceses – eram 70 mil, liderados pelos caciques Cunhambebe e Aimberê; e a Goitacá, cerca de 12 mil, que ocupava a foz do Rio Paraíba e encheu os portugueses de terror. Foram historiados como os “índios” mais selvagens e cruéis do Brasil, canibais e pescadores de tubarão.

1.1.2 1500-1939 – Agricultura e Transformações no Espaço

O povoamento efetivo de Maricá foi iniciado no século XVI, a partir da chamada “Descoberta do Brasil” por Portugal. Desde então, refletiam-se na economia da cidade os interesses maiores da Coroa e da província do Rio de Janeiro. Corsários franceses, atraídos pelo pau-brasil, passaram a frequentar o litoral brasileiro, tendo recebido apoio de tribos nativas. Tamoios ocupavam a zona de lagunas e enseadas, de Angra dos Reis a Cabo Frio, enquanto os goitacazes dominavam as planícies de restingas. Isoladamente, pois eram inimigos, tamoios e goitacazes enfrentaram Portugal em lutas violentas, como aliados dos franceses, principalmente no território ao Norte da Capitania de São Vicente¹⁷.

Exceto pela exploração do pau-brasil, os portugueses não tinham certeza das possibilidades econômicas da nova terra. Na dúvida, procuraram orientar atividades capazes de garantir a posse do território. Tentaram contratos mercantis de exploração do solo, expedições e guarda-costas e até subornos na corte francesa, mas nada disso espantara os “invasores” (MACHADO, 1977, p.21). Receoso do perigo francês, Portugal acelerou a adoção de medidas colonizadoras. A opção escolhida foi estabelecer a exploração privada, e controlá-la através de um sistema já experimentado pela coroa portuguesa na Ilha da Madeira: o das capitanias hereditárias, que previa a concessão de terras a terceiros¹⁸. Mas a real ocupação do espaço ainda tardaria:

“As sesmarias, doadas aos lusos, não podiam ser ocupadas, graças aos ataques dos primitivos habitantes. A partir de 1511 o litoral fluminense passou a ser visitado por portugueses e corsários europeus. Vinham atrás do cobiçado pau-brasil, muito

¹⁷ Região que hoje forma o Norte fluminense e onde, com a lavoura canavieira, surgiram povoados como Campos, São Fidélis e São João da Barra.

¹⁸ “Além dos principais deveres de colonizar e defender a terra, bem como o de preservar a fé, o donatário se comprometia a ‘doar sesmarias a cristãos’” (MACHADO, 1997, p.21).

abundante na região. (...) Aos poucos, porém, surgem algumas feitorias: Cabo Frio, Macaé, Rio de Janeiro e outras, mais tarde utilizadas como pontos de apoio para a penetração (...) sem contudo fixar o homem na terra, posto que só serviam às atividades extrativas.” (FRANCISCO, 1999, p.129)

Não encontrando metais preciosos nessas terras, Portugal compensava-se com a exploração agrícola, promovendo desmatamentos e agredindo o ambiente. As sucessivas determinações econômicas via donatarias resultaram na extração de pau-brasil até cansar o solo, com o objetivo de consolidar o domínio do território. “A derrubada intensiva, provocada pela atividade extrativa vegetal, acarretou o esgotamento prematuro das reservas e durante longo período as terras fluminenses passaram por uma estagnação econômica.” (FRANCISCO, 1999, p.129)

Em 1565, a coroa lusa fundara o povoado de São Sebastião do Rio de Janeiro para dali afastar os franceses. O encastelamento das tropas francesas em Cabo Frio, que “foi sempre abrigo de naus piratas e contínua ameaça para o núcleo luso do Rio de Janeiro” (FRANCISCO, 1999, p.131), teve papel importante no povoamento de Maricá e da Região dos Lagos em geral. Lamego (1974) sustenta que a evolução da ocupação das áreas foi fortemente influenciada pela geografia, e inicialmente apenas marinheiros desertores e delinquentes acorriam à região. Finda a luta contra os franceses, marinheiros que os apoiaram foram perseguidos como “[elementos] socialmente suspeitos”, tendo fugido do Rio de Janeiro e de Cabo Frio para formar pequenas vilas e povoados na faixa de restinga compreendida entre estas duas cidades. Chegavam “através da faixa arenosa costeira, no local denominado Ponta Negra e às margens das Lagoas” (MARTINS, 1986, p.7), e viviam da pesca – o pescado era abundante e variado.

O Rio de Janeiro, depois da expulsão dos invasores, sobrevivia como porto de escoamento da produção dos engenhos de açúcar para Portugal. A atividade econômica era pequena, e poucos colonos (cerca de 150) permaneceram na cidade. Este panorama começou a mudar com a descoberta de ouro nas Minas Gerais – o minério chegava de burro a Parati, e daí seguia por mar até o Rio, para exportação. A abertura do “Caminho Novo”, que ligou as Minas ao Rio, pela Serra do Mar, veio aumentar significativamente a importância do Rio de Janeiro, a ponto de Portugal transferir para esta cidade a capital do Reino, até então Salvador. Mais tarde, toda a produção de café fluminense, paulista e capixaba seria escoada pelo Rio, que se tornou um pólo exportador, modernizando-se e

atraindo novos moradores em grande quantidade¹⁹. Maricá sofreu seu primeiro êxodo rural com o *ciclo do ouro* das Gerais. As fazendas de cana ressentiram-se da falta de mão-de-obra pela primeira vez, e o crescimento do Rio de Janeiro deixava clara a situação de dependência de Maricá. Mesmo com problemas sérios de comunicação, dependia de Rio e Niterói para seu sustento, e igualmente para vender sua produção.

A remanescente população primitiva pouco se refletiu na Maricá pós-1500 (Saint-Hilaire, Figueiredo, Lamego e outros). Para FIGUEIREDO (1953, p.11), a formação da população praieira processou-se “como as das demais regiões litorâneas vicinais, onde entraram em fusão os elementos portugueses, negro e aborígene, sendo este último imediatamente *absorvido*” [sem grifo no original]. Expulsos os jesuítas por ordem do Marquês de Pombal, ficaram os nativos “entregues à sanha de seus perseguidores tradicionais, os brancos”, tendo predominado em Maricá o cruzamento entre brancos e negros – ao contrário de Saquarema, localidade habitada predominantemente por pescadores pobres e, logo, poucos senhores – e conseqüentemente, poucos escravos, tendo por isso conservado melhor os traços aborígenes.

Saint-Hilaire também dá conta desse povoamento espontâneo inicial. Segundo o autor:

“[Estes] “primeiros grupos plebeus da zona praieira (...) pouco têm em comum com os dos centros rurais, vistos que foram compostos, em sua grande maioria, de indivíduos sempre suspeitos; criminosos comuns que fugiam à justiça ou simples suspeitos, procurados pelas autoridades; foragidos das vinditas, em virtude de ameaças criminosas (...); marítimos estrangeiros que abandonaram o serviço de seus barcos e buscaram um asilo seguro para evitar o reembarque compulsório; simples aventureiros”. (Saint-Hilaire²⁰ apud FIGUEIREDO, 1953, p.12)

Figueiredo completa o perfil descrevendo esta população como formada por “indivíduos quase sempre de nacionalidade portuguesa, muitas vezes das ilhas açorianas (...) [que] iam formando esses grupos litorâneos, entregues às trabalhosas lides de pescadores ou negociantes locais”, ambos atravessando “uma vida de miséria”. Os pescadores, acrescenta, seguiam “vivendo em choupanas toscas e utilizando-se das pequenas embarcações, insuficientes para arcar com a impetuosidade dos mares bravios”, não podendo vender o seu pescado fresco por falta de transporte rápido e adequado – precisavam salgar o peixe e arcar ainda com os custos de remetê-lo por tropeiros

¹⁹ Processo que se intensificou até culminar com a industrialização posterior à Segunda Grande Guerra.

²⁰ SAINT-HILAIRE, Auguste de. Viagem ao Distrito dos Diamantes e litoral do Brasil. Ed. Brasileira, p.280.

diretamente para o Rio de Janeiro ou, mais geralmente, por Guaxindiba ou São Domingos²¹, “pagando pela primeira via uma pataca e um cruzado pela segunda, por carga de luar, até o porto de embarque. Isto ainda em 1818”.

Depois dessa ocupação, espontânea, teve início o povoamento oficial do território da futura Maricá, a partir das sesmarias, que eram convenientemente localizadas na costa a fim de cumprir a função de defender o litoral brasileiro (MACHADO, 1977, p.24). Além de policiar os mares, os nobres e vassalos premiados deveriam colonizar a terra e torná-la produtiva para a Coroa Portuguesa. O sistema foi criado em 1534. Até 1830, terras foram concedidas “de maneira profusa” em Maricá. (MACHADO, 1997, p.21). A primeira distribuição aconteceu onde hoje fica Itaipuaçu, beneficiando Antonio Mariz (ou de Mariz), em 8 de janeiro de 1574. Deste ano até 1750 foram feitas as 35 cessões mais importantes de sesmarias em Maricá, a maioria acompanhando a orla da lagoa de Maricá e atingindo Inoã e Itaipuaçu, na direção de Itaipu. Neste mesmo lugar foi construída a primeira capela da região, dedicada a Nossa Senhora do Amparo. A relação constante do ANEXO I exemplifica como eram vagos os limites demarcatórios das sesmarias.

A região fluminense fora dominada; capitães lusos que receberam sesmarias, “ricas em pastagens, (...) mandaram vir o gado dos Açores e Cabo Verde” (FRANCISCO, 1999, p.130). Os novos habitantes dedicaram-se inicialmente à subsistência. Diante de condições propícias do mercado, e a fim de consolidar a ocupação, a Coroa promoveu um rápido desenvolvimento da indústria açucareira no Brasil, determinando o cultivo da cana-de-açúcar nas terras fluminenses, onde o açúcar veio a ser a base da economia. O ciclo refletiu-se em Maricá, de maneira tímida mas mesmo assim predominante. O plantio de canaviais e a criação de gado permitiram a formação e fixação dos primeiros grupamentos humanos. Efetivamente, a nova conformação econômica, com a importação de mão-de-obra negra em larga escala, estabelecia o povoamento do local, que adquiriu uma estrutura fundiária específica, na qual o nobre português cultivava a cana-de-açúcar, o mestiço e o pescador ocupavam as margens das Lagoas e a Orla Marítima; mesmo assim, havia poucos vínculos entre estes grupos, pois estes últimos descendiam dos elementos foragidos da justiça que se implantaram no local, os nativos que foram reduzidos e assimilados, e o elemento negro que veio para a plantação de cana (FIGUEIREDO, 1953; MARTINS, 1986).

²¹ Em 10 de maio de 1819 a povoação de São Domingos foi elevada a Vila Real da Praia Grande (mais tarde Niterói), composta então pelas quatro freguesias vizinhas de São Lourenço, São João de Icaraí, São Sebastião do Itaipu e São Gonçalo.

Acompanhou-se, após a divisão política do Brasil em sesmarias, iniciada em 1534, uma série de “febris solicitações de sesmarias” por quem dispunha de alguma influência junto ao governo central colonial, dando início à especulação imobiliária no Brasil. Nem sempre os novos sesmariantes tinham condições de cumprir o contrato. Embora as concessões fossem presumidamente feitas a pessoas “com posses suficientes para construir seus engenhos e ‘currais’, [a maior parte] passava adiante, logo que podia, no todo ou em parte, as áreas territoriais que recebiam de *mão beijada*” (FIGUEIREDO, 1953, p.13). Algumas destas áreas, relata Saint-Hilaire, eram arrancadas de quem já as ocupava. “Os pobres que não podem ter títulos, estabelecem-se nos terrenos que sabem não ter dono. Plantam, constroem pequenas casas, criam galinhas, e quando menos esperam, aparece-lhes um homem rico, com o título que recebeu na véspera, expulsa-os e aproveita o fruto do seu trabalho”. Figueiredo acrescenta que tal fato era muito comum na história colonial. Por vezes, em vez de serem expulsos, alguns desses “intrusos” adquiriam poder e se transformavam em posseiros, alargando cada vez mais seus domínios e ocupando parcelas significativas do solo ao largo do processo oficial – situação que gerava reclamações de sesmariantes.

“Retalhou-se o solo pelo sistema das sesmarias, concessões que só podiam obter depois de muitas formalidades e a propósito das quais era necessário pagar o título expedido. O rico, conhecedor do andamento dos negócios, este tinha protetores e podia fazer bons *favores*; pedia-o para cada membro de sua família e assim alcançava imensa extensão de terras. Alguns indivíduos faziam dos pedidos de sesmarias verdadeira especulação. Começavam um arroteamento no terreno concedido, plantavam um pouco, construíam uma casinhola, vendiam em seguida a sesmaria, e obtinham outra. O rei dava terras sem conta nem medida, aos homens a quem imaginava dever serviços”. (SAINT-HILAIRE)²²

O nome Maricá é anterior à ocupação portuguesa. Mapa datado do período 1573/1578, da Biblioteca de Lisboa, registra a existência das localidades de “*Piratininga*” e da “*terra q vai do cabo frio*”, incluindo entre as duas as ilhas “*demaricahaa*” (MUSEU, 1999). Quando o Padre José de Anchieta chegou a Maricá, em 1584, encontrou diversos núcleos de povoamento em plena atividade. A colonização concentrava-se em São José de Imbassai, circundando a lagoa (MACHADO, 1977). Todos os núcleos urbanos da faixa das lagunas fluminenses constituíram-se no século XVIII. Em Maricá, desde 1687 a igreja de

22 Observe-se que a palavra favor surge mais algumas vezes no decorrer desta dissertação de mestrado, em épocas distintas, a indicar sua permanência na estrutura cultural nacional.

N. S. do Amparo servia de paróquia, mas só teve esse título oficializado em 12 de janeiro de 1755, ao ser reconhecida como paróquia perpétua. Em novembro de 1778, relatório do senhor de engenho Miguel Antunes Ferreira dava conta da existência de cinco fazendas, que utilizavam 120 escravos na produção de 96 caixas de açúcar e 57 pipas de aguardente. Leve-se em conta, no entanto, que tal relatório era incompleto, tendo sido esquecidas outras propriedades importantes, sobretudo a Fazenda de São Bento da Lagoa, já que Ferreira mantinha uma querela com os padres beneditinos. A São Bento da Lagoa foi fundada em 1635 pelos frades beneditinos nas imediações de São José de Imbassaí. Os religiosos adquiriam muitas propriedades rurais esparsas, formando o único latifúndio que resistiu até o século XX no município (FIGUEIREDO, 1953).

A cultura da cana não foi, em Maricá, tão significativa quando no Norte fluminense. Além disso, a cidade plantava a cana, mas não tinha engenhos centrais. Secundariamente, cultivava-se mandioca, milho, feijão e pequena quantidade de arroz. No século XVII, houve tentativas de novas culturas. Em 1642, o Conselho de Ultramar autorizou o “cultivo do *anil*” (substância azul de origem vegetal, utilizada como corante, encontrada em plantas do gênero *Indigofera*) em terras que não fossem adequadas à cana. Em 1768, devido à política do governo do vice-rei Marquês do Lavradio, a cultura ganhou força e produziu muitas fortunas de Maricá até Cabo Frio. O mesmo aconteceu com a cochonilha (*cochonilha-do-carmim*, ou *Dactylopius coccus*, inseto do qual se extrai um corante carmesim), mas a falsificação do produto, com adição de farinha, fez com que a Fazenda Real parasse de comprá-lo, atitude seguida pelos negociantes da metrópole e que levou as duas culturas ao descrédito.

Na Fazenda São Bento, de onde se originou o primeiro povoamento de Maricá, as febres criavam grandes dificuldades ao avanço do trabalho. A situação foi descrita em texto da Sinopse Estatística de IBGE:

“Nem os colonos dos estabelecimentos rurais das numerosas sesmarias, nem os sitiantes da Fazenda São Bento, puderam desenvolver, com eficiência, as suas atividades, por causa das febres palustres reinantes na região. (...) Suas terras já em si palustres tornaram-se mais insalubres ainda, em razão do abandono a que foram relegadas pela falta de braços que cuidassem de suas lavouras”. (IBGE, 1948, p.4)

As febres forçaram os colonos a mudar para o outro lado da lagoa. A nova Povoação tornou-se Vila por Alvará de 26 de maio de 1814, e foi chamada de Santa Maria de Maricá em homenagem à rainha de Portugal (Figueiredo, 1953; Lamego, 1974;), adquirindo os contornos do futuro município e destacando-se assim das terras do Rio de Janeiro, de Cabo Frio e da Vila de Santo Antônio de Sá (atual Cachoeiras de Macacu). A efetiva instalação da nova vila verificou-se no dia 27 de agosto de 1815. Esta mudança de status, de paróquia a vila, bem como a conformação desses núcleos de habitação, obedeciam a uma progressão costumeira em todo o Brasil, segundo descrição de Ermínia Maricato. A praça central de Maricá mantém aspectos desta conformação original (FIGURAS 2 e 3, na página seguinte):

“A criação dos núcleos urbanos vinha sempre acompanhada da construção da capela, que ocupava lugar de destaque. O pequeno núcleo de casas ao redor da capela (também chamado de patrimônio) poderia evoluir para a situação de paróquia ou freguesia, para depois se tornar uma vila (e mais raramente cidade), que deveria apresentar uma matriz ou capela ampliada, além da Casa da Câmara e Cadeia. Essa mudança de status envolvia características jurídico-institucionais em que o papel da Igreja e do Estado se confundia”. (MARICATO, 1998, p.10)

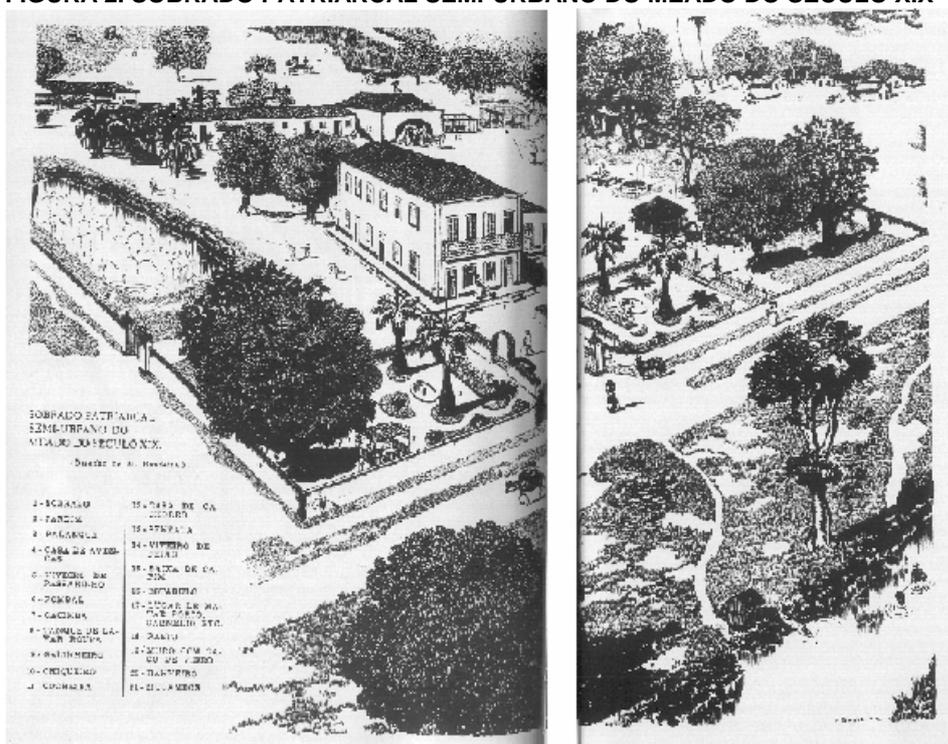
O príncipe austríaco Maximiliano de Wied-Neuwied, naturalista que descreveu em livro uma viagem feita pelo Brasil de 1815 a 1817, relata que a Freguesia de Maricá vista por ele em 1815, na qual vivia uma população de 800 almas, era composta de “casas acachapadas, de uma igreja e de ruas regulares, porém sem calçamento”. “As construções não possuem janelas de vidro, porém simples aberturas, que como no Brasil inteiro, são fechadas com rótulas de madeira” (Wied-Neuwied²³ apud LAMEGO, 1974, p.143).

O príncipe relata sua percepção do contraste entre os habitantes e seu grupo de visitantes:

“Os moradores de uma pequena casa um pouco afastada, diante da qual paramos, fecharam as portas cuidadosamente. Todos os vizinhos também se reuniram para nos contemplar, embasbacados; mas quando começamos a esfolar e preparar os animais mortos durante o dia, moços e velhos sacudiram as cabeças e riram-se ruidosamente dos parvos estrangeiros.” (ibid.)

²³ WIED-NEUWIED, Maximiliano. Viagem ao Brasil. São Paulo, 1940.

FIGURA 2. SOBRADO PATRIARCAL SEMI-URBANO DO MEADO DO SÉCULO XIX



DESENHO DE
M. BANDEIRA

ACERVO
FUNDAÇÃO
GILBERTO
FREYRE

(FREYRE, 2003,
ENCARTE P.320)

FIGURA 3. PRAÇA ORLANDO DE BARROS PIMENTEL



FOTOGRAFIA
AÉREA DA
DÉCADA DE 1960

ACERVO
ÉDIO MUNIZ

CORTESIA
MOIRA CHEBERLE

A Casa da Câmara funcionou como Câmara Municipal (FIGURA 3) até 2002, quando o prédio foi reformado e passou a abrigar a nova Casa de Cultura de Maricá. A praça assemelha-se à dos sobrados do século XIX (FIGURA 2), quando o acréscimo conquistado pela Vila representava expansão da propriedade do próprio sesmariante ou proprietário rural (MARICATO, 1998).

Alberto Lamego (*op. cit.*) interpreta o episódio relatado pelo príncipe como evidência de que “gente rústica e ignorante” habitava o local. Segundo ele, não apenas a evolução das atividades econômicas e da ocupação territorial na região das lagoas fluminenses guarda grande determinismo na geografia (LAMEGO²⁴ apud Francisco, 1999), como também molda a maneira de ser do povo maricaense.

“A singela deposição de línguas de areia remodela toda a costa. A restinga cria novos ambientes geográficos, e, com eles, novos determinismos²⁵ que desviam o homem de certas finalidades progressivas ou o capacitam de se atirar a trajetórias outras em suas atividades econômico-sociais. (...) De todos aqueles trechos em que se objetiva o poder construtivo do mar, é talvez a costa fluminense a que melhor nos mostra pela diversidade dos efeitos, mais nítidas modalidades fisiográficas resultantes de tão poderoso dinamismo.” (LAMEGO, 1945, p.8)

Ao declínio da cultura do anil segue-se uma nova febre da indústria açucareira. O povoado de Maricá começava a se formar. A cana-de-açúcar cresceu e se estabeleceu até meados do século XIX, quando o mercado internacional reduziu as importações do produto. Com isso, o Brasil, que disputava a liderança, caiu para quinto exportador mundial, atingido por uma posição geográfica desvantajosa e suas próprias técnicas de produção rudimentares, enquanto a Europa aperfeiçoava a extração de açúcar da beterraba.

Ermínia MARICATO (1998) narra o desenvolvimento de algum nível de industrialização no Brasil, como a metalurgia e a mineração, a partir do desembarque da família real no Rio de Janeiro, em 1808, fugindo de Napoleão. Junto com ela, teria aportado na cidade um séquito de 10 mil pessoas, inclusive funcionários carregados de livros, arquivos e até máquinas impressoras²⁶. O acontecimento desencadeou uma série de mudanças, com forte impacto sobre a vida da cidade e da colônia. Permitiu-se produzir

²⁴ “[Havia] núcleos dispersos pela baixada e encostas das elevações. Inicia-se uma nítida separação de atividades, imposta pelo meio natural. Nas colinas e serras, havia as lavouras, engenhos e mais tarde, fazendas de café. Nas restingas, a pesca desenvolveu-se naturalmente. Era forte a pesca de robalo e camarão, principalmente. As lagoas de Maricá, Saquarema e Araruama, entre outras, abasteciam o mercado do Rio de Janeiro com pescado”. (LAMEGO, 1945)

²⁵ Contemporaneamente, autores como Gottdiener que a organização espacial estaria dialeticamente relacionada à organização social, política, econômica e cultural, transcendendo a mecanicidade entre causa social – efeito espacial. Ou seja, o espaço social estaria sob constante dissolução e reconstrução, a partir da interação das mudanças sociais, econômicas e culturais. (Gottdiener M. [A Produção Social do Espaço Urbano. São Paulo, EDUSP, 1933] apud LIMONAD, 1996)

²⁶ Boris Fausto descreveu a composição deste séquito e as dificuldades para sua acomodação, além da necessidade de serem geradas condições para manutenção de tanta gente, inclusive uma multidão de ociosos. A família real acomodou-se nas melhores edificações, cujas portas eram marcadas com as letras P.R., de Príncipe Regente, ou, como pilheriavam os cariocas, de “prédio roubado”. (FAUSTO, 1995)

aqui mercadorias que antes só podiam ser trazidas por Portugal, porém esta manufatura local foi fortemente inibida com a abertura dos portos, que incentivou a exportação mas permitiu que produtos ingleses passassem a concorrer livremente no Brasil.

A conjuntura política passou por rápidas transformações, conforme descreve MARICATO (1998, p.16): na bagagem, a família real trouxe também a ciência moderna, que dois séculos antes tinha impactado a Europa, e a partir de 1817 expedições científicas produziram os primeiros documentos sobre a sociedade e a natureza brasileiras. Foram instituídos o ensino superior; a imprensa; a Academia Militar e a Marinha; o Banco do Brasil. No Rio, a nova Academia de Belas Artes recebia a Missão Francesa, “composta de pintores, escultores, músicos e arquitetos estrangeiros”. A população da cidade dobrara, de 50 mil para 100 mil habitantes. A Colônia fora transformada em Reino Unido – a Inglaterra, em troca da “proteção militar à transferência da família real portuguesa, passara a controlar, agora de perto e diretamente, o comércio brasileiro”. Afinal, as conquistas tecnológicas da Revolução Industrial, como as máquinas a vapor e ferrovias, não poderiam conviver com restrições comerciais ou monopólios mercantilistas, ou com a manutenção da mão-de-obra escrava.

Foi no período entre Império (1822²⁷) e República (1889) que se criou a base econômica e a estrutura legal para a industrialização que se seguiria, e também para o processo de urbanização. Em 1850, foi proibido o tráfico de africanos para o Brasil. Uma semana depois, a Lei de Terras extinguiu a validade da ocupação ou cessão pública, estabelecendo a compra como único critério para a posse da terra. “Até 1850, a terra não servia como objeto de hipoteca para a realização de empréstimos, mas os escravos, sim” (MARICATO, 1998, p.18). A nova lei inverteu esta situação, semeando a terra para a ascensão do trabalho livre. O escravo estava destinado a perder o único valor social que tinha, o de mercadoria. Sem escravos para comprar, o capital disponível buscava novos investimentos na especulação de terras. O escravo, recém-liberto e miserável, seria deixado à própria sorte e sem recursos – como a terra – para sobreviver, o mesmo acontecendo com a maioria da camada pobre da população. Acentuou-se a segregação na ocupação do solo, sendo fixadas as raízes da exclusão social.

²⁷ Fazer da colônia um país independente “não envolveu grandes rupturas”, destaca Maricato. Afinal, resume a autora, a primeira Constituição inviabilizou qualquer utopia *à francesa* no Brasil: estabeleceu renda mínima como condição para o direito de votar ou ser candidato, o que manteve a elite no poder; instituiu o patrimônio como direito maior, superior aos direitos individuais. Em 1831, a criação da Guarda Nacional (como suporte aos grandes produtores rurais) forjou a figura dos “coronéis”, com “poder de vida e morte sobre a população” (MARICATO, 1998).

A situação afetou rapidamente a lavoura. No começo do século XIX, quando a cana-de-açúcar ainda tinha força, teria se iniciado a cultura do café, tomando conta rapidamente das encostas com a força do capital urbano, que a instalou em grandes propriedades, promovendo a derrubada de florestas nas encostas do Maciço Cristalino de Maricá, solo mais apropriado, na região que vai até Macaé e Campos. As plantações de cana continuaram em regiões mais planas, com menos intensidade, também derrubando muitas matas. O predomínio dos cafezais veio aumentar com a abertura dos portos aos países estrangeiros, que estimulou a exportação e, com isso, a criação das grandes fazendas de café nas periferias dos portos de Santos e do Rio de Janeiro. Segundo Martins, o café não trouxe a monocultura, sendo a cultura *principal* e coexistindo com produções menores de cana, legumes, frutas, gado e pesca. Figueiredo e Lamego também relatam a formação da cultura cafeeira em Maricá. A produção era voltada para o mercado do Rio de Janeiro. Paradoxalmente, o mesmo café que trazia trabalho e riqueza aos campos de Maricá, inseria fortemente a cidade na área de influência do Rio de Janeiro, da qual dependia para venda da produção e para escoamento portuário do produto (MARTINS, 1986, p.11).

O perfil do trabalho mudava. O preço dos escravos aumentava devido à escassez da “mercadoria”, causada pela proibição do tráfico em 1859 e pela Lei do Ventre Livre, em 1871. Encarecia ainda mais com o fenômeno localizado da disputa pela mão-de-obra entre engenhos e cafezais. O fim da escravidão, oficializada pela Lei Áurea em 1888, causou uma grande crise em toda a agricultura nacional, com reflexos profundos no Estado do Rio. O café veio a mudar-se para o Vale do Paraíba, cujo solo tinha melhores condições (ainda não fora esgotado pelos próprios cafezais, como a terra fluminense), e para São Paulo²⁸, onde a imigração reduzira a dependência ao trabalho escravo²⁹. Quanto à cana, o colapso pós-abolicionista permitiu a adoção de novas técnicas em cidades como Campos; em Maricá, muitos senhores de engenho fecharam as fazendas, sentindo-se incapazes de arcar com o custo da modernização, enquanto outros redirecionaram a produção para o fabrico de aguardente, abandonando o mercado açucareiro (FIGUEIREDO, 1953, p.29).

²⁸ A antiga Capitania de São Vicente herdara de seu passado uma série de vantagens. No Rio de Janeiro, cidade real, a Coroa Portuguesa investia apenas o suficiente para a defesa da Colônia. Em São Vicente, o donatário Martim Afonso de Souza obteve financiamento independente da Coroa, e instituiu uma sociedade mercantil que supria parte da Colônia de gêneros alimentícios; e intensificou o povoamento permitindo aos capitães erigir povoados (ação que fora interdita no Rio pelos sucessivos governos gerais), direito associado à obrigação de explorar a terra, sob pena de perdê-la. (Limonad, 1996).

²⁹ No Sul do país, experiências limitadas combinaram a colonização com as pequenas propriedades. A doação de terras a imigrantes, no começo do século XIX, formou até cidades. Mas a Lei de Terras atingiu também os futuros imigrantes, que a partir daí eram recebidos como mão-de-obra para o latifúndio ou desempregados na cidade, sendo geralmente preferidos aos negros libertos.

O impulso econômico gerado pelo café, e a intensificação comercial propiciada pela Estrada de Ferro Maricá, foram importantes na decisão de elevar Maricá à condição de cidade, o que foi feito pelo decreto estadual nº 18, de 27 de dezembro de 1889 (LIMONAD, 1996, p.94; MARTINS, 1984, p.14). O comércio beneficiava-se, principalmente, com a venda de pescado fresco por via ferroviária, além de outros gêneros alimentícios. Mas isso não bastou para imprimir à cidade um ritmo maior de desenvolvimento. Lamego procurou explicações para este fenômeno, e chamou a atenção para Saquarema, que foi desmembrada na mesma época que Maricá mas tornou-se cidade 18 anos mais cedo. “É bem possível que tal morosidade fosse motivada, em grande parte, pelo desvio da velha estrada litorânea que, ao vir de Niterói, não tocava na pequena vila³⁰”. Segundo o autor, esta estagnação só poderia ser vencida com a superação do isolamento histórico da região:

“O espírito das lagunas adormecidas como que se expande sobre a zona interna e cultivável. Maricá padroniza então todas essas pequenas vilas do litoral das restingas, onde o habitante quando não voltado para a pesca se absorve numa retaguarda de pequenas lavouras incapazes de gerar fortunas grandes. Daí o raquitismo de tais vilas. (...) Assim dormita a pequena vila por quase todo o século XIX. A rápida passagem da onda do café pelas encostas de seus morros não sacode a inércia original do meio litorâneo em que nasceu. Nenhum desses municípios teve como o de Campos um progresso contínuo e próprio, estimulado pelo meio físico. Somente um impulso externo poderá sacudir esse torpor que se diria herdado dessa gente das areias que primitivamente ali entrou, sedentarizando-se em palhoças à beira das lagunas. Só com a permanente ligação ferroviária é que esta zona poderia receber um surto renovador de idéias e iniciativas imigradas. Foi o que se deu com a Estrada de Ferro Maricá, cujo primeiro trecho indo a Rio do Ouro, foi inaugurado a 25 de novembro de 1888, mas que só atinge a cidade em fins do século.” (LAMEGO, 1946, p.142-143)

Com a estrada de ferro, muitas grandes propriedades desagregaram-se³¹, ocorrendo uma reconversão das plantações de cana para cítricos e pequenas lavouras, que passaram a abastecer de legumes e frutas a metrópole. Pequenos lavradores – para os quais a cultura da cana era inacessível por exigir grande quantidade de trabalhadores – conquistam alguma colocação na vida rural, após o fim do trabalho negro servil. Com o declínio da grande

³⁰ Os primeiros ocupantes de Maricá chegaram por mar à restinga, e durante muito tempo o caminho das tropas foi feito pelo litoral, sendo Maricá uma passagem na direção de Cabo Frio. Contudo, a povoação iniciada no século XVI foi impelida na direção das lagunas e da serra, porque as condições da costa eram impróprias para se aportar e o solo, arenoso.

³¹ Tal processo não era recente. Segundo Figueiredo (1953, p.29), já em 1852 o Ministro do Império relatava a existência de 40 fazendas em Maricá, mas somente 13 engenhos de açúcar.

produção agrícola em Maricá, grandes levas de população abandonaram o campo novamente, na direção da promissora cidade do Rio de Janeiro, agora mais acessível. A produção era escoada por tropas, o que permitiu o estabelecimento de novos negociantes. A figura do mascate e dos tropeiros se “profissionalizava”, e armazéns maiores começavam a estabelecer alguns comerciantes, que se aglutinariam formando uma nova elite na cidade, sucedendo a elite rural de antes. Na maior parte, famílias que acumularam capital nessa época compõe atualmente a classe empresarial que administra a economia do município, ainda baseada no comércio e nos serviços e tendo as atividades de imóveis e transportes como eixos principais.

O fim do ciclo do café – que completara sua transferência para São Paulo – criou uma tendência de estagnação para a economia fluminense, incapaz de encontrar um substituto exportável, exceto pelos cítricos. Em grande parte isso aconteceu devido à inexistência de uma rede de comunicações entre as cidades do interior, que permitisse seu desenvolvimento com independência do Rio de Janeiro. Por ter uma ligação melhor, a Baixada Fluminense teve maior desenvolvimento na produção de cítricos e uma forte ocupação urbana a partir da década de 1930. O tipo de industrialização iniciado no Rio de Janeiro exigia grandes massas de trabalhadores; dirigiram-se para a Baixada populações alijadas do subúrbio carioca, que estava “ocupado ou mantido como reserva de valor”. Na Baixada, o valor da produção tinha sido obstáculo à ocupação residencial. Quando a fruticultura decaiu, liberou terras baratas³². A região recebeu obras de saneamento para funcionar com cinturão agrícola associado ao Rio, e em 1946 foi aberta a Avenida Brasil. Maricá ligava-se a uma Niterói ainda fraca economicamente, e não existia uma ligação rodoviária rápida entre Rio e Niterói – apenas em 1974 a Ponte Presidente Costa e Silva veio unir efetivamente os dois lados da Baía da Guanabara. Por estes motivos, a especulação imobiliária iniciada nessa época em Maricá não foi acompanhada da ocupação dos terrenos vendidos.

A história do então comerciante Jacinto Caetano ilustra o movimento econômico existente no município na primeira metade do século XX, antes do declínio da pequena agricultura que veio transformar este cenário. Embora as vias ainda fossem de difícil acesso, três caminhos ligavam Niterói a Maricá. Jacinto – que se tornaria figura proeminente na cidade, vindo a criar uma empresa de ônibus em 1950, a Viação Nossa Senhora do Amparo – começou a se estabelecer como comerciante na terceira década do século. Maria do Amparo Caetano, filha de Jacinto, relatou em livro a trajetória do pai,

³² Ver, a respeito desse processo, LIMONAD, 1996, p. 121-126.

desde o “quartel general” estabelecido por ele no Armazém Espírito Santo, na esquina em frente a sua casa, até a fundação da empresa de ônibus. O armazém funcionava como depósito e distribuidor de gêneros trazidos de Niterói – feijão, arroz, gordura, sabão e farinha – por via férrea e por tropa encabeçada pelo próprio Jacinto. No sentido inverso, “exportava” bananas, peixe em quantidade, esteiras, carvão. Era também no armazém que seu proprietário “conseguia reunir a cúpula dirigente e os amigos maricaenses para os debates em torno do progresso do Município”³³ (CAETANO, 2000, p.26), no que pode ser considerado um embrião de Associação Comercial.

O comércio intermunicipal manteve-se como maior atividade até 1940 e residualmente por mais alguns anos. Inicialmente a produção seguia em carroças, que começaram a ser trocadas por caminhões em 1928. Jacinto compôs uma frota de caminhões e tornou-se o maior atacadista da região. A partir daí, usou-se animais apenas para entregas em locais de difícil acesso. O isolamento de Maricá tornava-se menor, e sua integração ao Rio de Janeiro, maior. Obras melhoraram os acessos rodoviários a Niterói, a Itaboraí e a Saquarema, de onde se chegava a Cabo Frio. Novos trechos da estrada de ferro foram inaugurados, embora mais tarde a ferrovia tenha entrado em declínio. Assim como a Baixada Fluminense, Maricá teve na laranja e outros cítricos importantes produtos de exportação a partir do final da década de 1930. Compradas de fornecedores locais, além de outros em Itaboraí e arredores, “as laranjas eram depositadas em um pavilhão em Maricá, beneficiadas em Alcântara e embarcadas para o exterior” (CAETANO, 2000, p.65). A exportação incentivou novos produtores e expandiu o nível de emprego e de renda na região até 1940, quando as dificuldades da Segunda Guerra vieram alterar as relações comerciais entre Brasil e Europa.

1.1.3 1940-2003 – Loteamentos: Especulação e Migração

A industrialização republicana seguia seu curso, associada a uma urbanização de características que influenciaram o destino político e econômico de Maricá (os modelos de desenvolvimento urbano são analisados no capítulo 2). A crise de 1929 e a revolução de 1930 conduziram Getúlio Vargas ao poder, dando início a um novo processo acumulativo no qual se buscava substituir importações por produtos industriais nacionais.

³³ Depoimento identificado como de “*Dindinha* Edorah”, madrinha da autora e agregada à família Caetano.

A Guerra veio acelerar este processo. Amaral Peixoto, que governava o Rio de Janeiro como interventor nomeado pelo sogro, o Presidente da República Getúlio Vargas, adotou uma política de incentivo à instalação de novas indústrias no Estado através da concessão de isenções de impostos e taxas. Diante dessa orientação, a Companhia Vidreira do Brasil (COVIBRA), de capital português, prevista inicialmente para se estabelecer em São Paulo, foi instalada em 1942 no município de São Gonçalo (FGV, 2003). Data desta época negócio com importante repercussão no futuro comercial de Maricá: a aquisição da Fazenda São Bento da Lagoa pela Companhia Vidreira do Brasil, a COVIBRA, em 1943. Com isso, a COVIBRA apossou-se também da restinga de Maricá, iniciando uma sucessão de medidas que viriam causar graves degradações e a transformar radicalmente o ambiente³⁴. Grandes quantidades de areia (além de turfa) foram exaustivamente extraídas e transportadas pela antiga Estrada de Ferro Maricá para abastecer a vidreira em Neves, que também utilizava madeira da antiga fazenda como lenha em seus altos-fornos.

Mello e Vogel relatam narrativas de antigos moradores sobre esses acontecimentos:

“Tempos depois, um tal de Hilário-padeiro, morador da Barra, procurou Genoíno, porque queria fazer uma casa. Genoíno, então, escreveu uma mensagem e disse a Hilário: ‘Vai lá no Convento e entrega essa carta, mas espera a resposta e me traz ela’. Hilário fez tudo conforme o combinado e trouxe mensagem de volta. Genoíno leu e falou que ele podia fazer a casa... Por volta de 1939, a Vidreira começou a andar por aqui.³⁵

Depois o Joaquinzinho veio e disse que ia vender para eles, mas que não tinha problema. Ele falou que a gente podia ficar, porque a Companhia só tinha interesse em cortar lenha para a fábrica dela. Isso já era na época da guerra. Depois o Feteira apareceu com a companheira dele, a cavalo... E disse que era o novo dono. Mais adiante veio uma turma – o Queiroga, português, capataz da *Companhia*; Nilton, empregado do Feteira; o Doutor Francisco, advogado deles; o presidente da Colônia [de pescadores], Francisco Sabino; e o ‘Chico’ Nogueira, que era fiscal da Prefeitura. Eles pararam na casa de comércio de ‘Moçozinho’. Falaram com ele. Disseram que, ninguém precisava ter medo. Só iam abrir uma estrada, acompanhando o combro da lagoa, sem mexer com os pescadores. Henrique, ‘Inácio’, Domingos e Evaristo estavam lá e ouviram a conversa. Mas, depois, veio o trator com o Queiroga na frente, comandando o traçado. Aí começaram os problemas...”³⁶

(MELLO & VOGEL, 2002, p.127)

³⁴ Quinze empresas de atividades diversas, como a limpeza de cascos de navios por jateamento, utilizavam areia da restinga até a retirada ser proibida por causar danos ao meio ambiente costeiro. Em 1984 foi criada a Área de Proteção Ambiental de Maricá, pelo Decreto nº 7.230, a mais antiga APA sob administração estadual, gerenciada pela FEEMA, órgão de fiscalização ambiental do Estado. “A área protegida abrange 496 hectares de vegetação de restinga, numa estreita faixa que se estende no sentido leste-oeste, espremendo-se entre o Oceano Atlântico e a Laguna de Maricá, no sentido sul-norte” (SEMAM/IEF apud HOLZER & CRICHYNO, 2002).

³⁵ “Depoimento de Preliadiano José de Marins (‘Mucinho’), em 19/9/1992” [nota dos autores].

³⁶ “Depoimento de Alcebíades José de Marins (‘Ginho’), em 2/10/1992” [nota dos autores].

Os primeiros ocupantes de Maricá chegaram pelo litoral, mas a ocupação iniciada no século XVI fora impelida da restinga para a faixa entre as lagoas e a serra, porque as condições da costa eram impróprias para se aportar, e o solo arenoso inadequado ao plantio. A restinga funcionava como rota dos tropeiros, que passavam por Maricá e chegavam até Cabo Frio com as mais variadas mercadorias. Nela, a pesca manteve-se como atividade mais importante e chegou a ter papel preponderante na economia do município. Em 1940, a colônia de pescadores do Zacarias detinha um terço da produção pesqueira do Estado (LAMEGO, 1974). O ciclo agrícola terminava enquanto base para utilização da terra em Maricá, espremido entre dois tipos de extrativismo: o do pau-brasil, no século XVI, e o de lenha, no século XX. Localmente, proprietários e investidores buscavam novos usos para a terra, inicialmente com a retirada profusa de lenha a fim de substituir, em fornos industriais, o óleo diesel que a guerra racionara. Em sua proposta de reconfiguração espacial urbana, o Estado amaralista destinara a Região dos Lagos ao turismo de veraneio e investimento imobiliário para a população média, com melhores recursos (MARTINS, 1996, p.21). A atividade apenas prenunciava um novo tipo de valor para a terra no município: a especulação imobiliária. Esta nova cara da economia local fomentou a associação pessoal e comercial entre os Srs. Lúcio Feteira e Jacinto Caetano. Futuros sócios, ambos foram responsáveis pela formação de nova elite dirigente local a partir do declínio da agricultura, estabelecendo uma política de loteamentos em Maricá, e atrelando o desenvolvimento da cidade ao parcelamento da terra.

A agricultura de exportação não resistira à Segunda Guerra, iniciada em 1939. Os mercados europeus pararam de consumir e importar, o que no Brasil veio a redirecionar populações para as grandes cidades, em busca de oportunidades de emprego. Em Maricá, ganharam força a pesca e a indústria extrativa mineral, sendo iniciada uma urbanização via parcelamento da terra. Os primeiros loteamentos estabelecidos em Maricá visavam a venda de terrenos a camadas populares e fizeram parte de uma rápida transformação do município, que de rural passaria a predominantemente urbano. Este processo de urbanização ganhou velocidade a partir de 1980, com a inauguração da Ponte Rio-Niterói (1974) e da Ponte do Boqueirão (1979), que ligou a cidade a suas praias por via terrestre. Portanto, tem pouco mais de duas décadas a aceleração dos impactos provocados pelo crescimento populacional urbano. Dados do Serviço Nacional de Recenseamento (IBGE, 1948) dão conta da fixação de 18.892 pessoas em Maricá no ano de 1940, quando viviam na sede municipal 9,39% dos habitantes do Município, cuja densidade demográfica foi

calculada em 69,46 habitantes/km². Para 16.921 habitantes rurais contava-se população urbana e suburbana de 1.971 pessoas, proporção que, seguindo tendência de tantas cidades fluminenses e brasileiras, foi mudando a partir de 1940, quando começou a decair a produção rural.

A exportação de laranjas terminara em 1940. Para manter funcionando seu comércio de víveres, Jacinto Caetano trazia álcool das usinas de Campos e misturava-o com gasolina, adaptando os motores de seus caminhões. Com a Guerra e o racionamento de derivados de petróleo, Jacinto iniciou um novo negócio, fornecendo para a COVIBRA lenha retirada de terrenos que adquirira no Bananal, localidade próxima a Ponta Negra. Foi quando conheceu Lucio Feteira, que por intermédio de Caetano também adquiriu extensas faixas de terra em Maricá, sobretudo no bananal, área com muitas matas de onde tiravam lenha para os fornos da vidreira. Mais tarde, associaram-se também na criação de gado, e “mantiveram relações afetivas e comerciais até o final da vida” de Jacinto (CAETANO, 2000).

A elite local aproximou-se de Amaral Peixoto, que a partir de 1940 promoveu o saneamento das lagoas, ligando-as ao mar com a abertura dos canais de Itaipuaçu e de Ponta Negra. Isso alterou o panorama de cheias periódicas, e permitiu o loteamento das áreas drenadas e também das que antes eram sujeitas a inundações.

“Visando promover o saneamento da cidade de Maricá, com o intuito de reduzir epidemias existentes, o governo desenvolveu um projeto para a Lagoa, que consistia na construção de diversos canais, ao seu redor, os quais iriam eliminar, totalmente, aquelas inundações. O projeto foi implementado com sucesso e, com isso, aqueles terrenos, anteriormente desvalorizados pelas inundações, passaram por um processo de valorização expressiva. O passo seguinte foi transformar aquela área num grande loteamento: Balneário Lagomar”³⁷ (CAETANO, 2000, p.80)

A estrada que liga Niterói a Maricá foi chamada, não por acaso, de Rodovia Amaral Peixoto. O solo adquirira novo uso, encaixando-se no contexto do desenvolvimento urbano-industrial adotado a partir do governo Vargas. Desenvolveram-se, associadamente, os processos de parcelamento do solo e de incremento do sistema de transportes, vital para tornar viável a ocupação dos novos espaços. Diversas áreas loteadas em seguida são citadas pela autora: Parque Flamengo, Parque São José, Jardim Balneário Vistamar, Jardim Miramar, Bairro Boa Vista, Jardim Íris, São José de Imbassaí, Vila São José de Imbassaí, Áreas de

³⁷ Depoimento de Jacintho Filho.

Terras São José de Imbassaí, Fazenda do Caju e Áreas de Terras, Áreas de Terras em Espreado, Posse e Centro da Cidade (CAETANO, 2000, p.80). Loteamentos denominados *genericamente* de “áreas de terras” *escondem* grandes extensões de terra, se comparadas ao que atualmente se considera um loteamento. Certas áreas loteadas nessa época ultrapassam montanhas e eram tão grandes que atualmente englobam diversos bairros de Maricá.

Jacinto Filho, filho de Jacinto Caetano, narra o tipo de crescimento que o pai buscava imprimir à cidade, privilegiando loteamentos residenciais e populares:

“Era um domingo, dia em que todos os filhos se reuniam na casa de papai.
 Ele me levou para conhecer uma área de loteamento. Ao chegarmos ele me disse:
 – Aqui daria um bom hotel, mas vou fazer um loteamento...
 Perguntei por que não construía casas caras, para pessoas mais abastadas, que possuíam maiores recursos para compra e ele me respondeu, com toda a sua sabedoria:
 – Essas pessoas vão atravessar o Rio de Janeiro em barcaças (lanchas que faziam a travessia de carros da Baía de Guanabara), com seus carros cheios de alimentos para virem para nossas praias, e depois vão embora, sem contribuírem em nada para o crescimento do nosso município e de nossos negócios.
 As pessoas com menos recursos comprarão as casas para residirem nelas e, conseqüentemente, andarão em nossos ônibus, comprarão em nossas vendas e esse dinheiro ficará em Maricá. Meu negócio é ver Maricá crescer.”
 (CAETANO, 2000, p.81)

A Viação Nossa Senhora do Amparo foi criada para servir a trajetos intermunicipais. Os loteamentos localizaram-se preferencialmente próximos ou junto à estrada, e a primeira linha criada partia não do Centro da cidade, mas do loteamento Lagomar³⁸, conforme depoimento de Maria do Espírito Santo:

“As pessoas com menos recursos comprarão as casas para residirem nelas e, conseqüentemente, andarão em nossos ônibus, comprarão em nossas vendas e esse dinheiro ficará em Maricá. Meu negócio é ver Maricá crescer.”
 (CAETANO, 2000, p.81)

“A idéia de comprar um ônibus começou por causa dos grandes loteamentos em Maricá. Eles trariam muitas pessoas para morar em nossa cidade e elas iriam precisar de transportes. Papai (...) comprou dois ônibus e deixou quatro encomendados. (...) A nossa primeira linha foi ‘Lagomar-Maricá-Niterói’...”
 (CAETANO, 2000, p.132)

³⁸ Localidade de Jacaroá, onde atualmente não existe ônibus. Era próximo dali que se salgava o peixe antes de transporta-lo para Niterói .

A empresa, de posse de dois ônibus e com quatro sendo montados, dependia de concessão pública para funcionar. A empresa Auto Comercial, que fazia a linha Niterói, foi vendida à Auto Viação 1001, que absorveu a linha no trajeto para Araruama. “No final de 1951, [Jacinto] pede o desligamento da UDN, deixa a Câmara dos Vereadores [de Maricá], da qual fazia parte, e se filia ao PSD”, partido de Amaral Peixoto (CAETANO, 2000, p.134). Em 30 de abril de 1952 foi assinado o despacho concedendo à Amparo concessão para explorar o serviço de transporte coletivo entre Niterói e Lagomar, promessa que fora feita pelo governador a Benvindo Taques Horta quando Jacinto ingressou no PSD, segundo depoimento de Benvindo Taques Horta Junior, que acrescentou:

“Foi o início vitorioso no setor de transporte coletivo do município, impulsionado pelo Sr. Jacinto. Daí para frente, a empresa, que começou pequena, com o trabalho diuturno de seu fundador tornou-se a grande empresa dos dias de hoje e orgulho dos maricaenses...” (CAETANO, 2000, p.135)

Às 7 horas de 10 de maio de 1952, um ônibus da empresa partia com destino a Niterói pela primeira vez, momento festejado com missa, benção, orações e foguetório. Todo ônibus novo que chegava era levado para diante da Igreja Matriz, onde recebia “as bênçãos de Nossa Senhora”. Passou-se a celebrar missa em ação de graças todo 10 de maio. Desfiles realizados em 26 de maio, aniversário da cidade, eram fechados pela frota da Amparo, que também buscava crianças e professores para o evento. A Nossa Senhora do Amparo é vista de maneira mais crítica por parte dos novos moradores do município, porém reconhecida pela maioria como motivo de orgulho e por sua importância econômica, sendo a única grande empregadora de Maricá.³⁹

Jacinto Caetano “foi adquirindo terras em várias localidades de Maricá, as quais, posteriormente, deram origem a loteamentos e sítios” (CAETANO, 2000, p.79), tendo estimulado o amigo e sócio Feteira a fazer o mesmo. A viação de ônibus tornou-se o principal negócio da família Caetano, enquanto Feteira transformou-se no maior proprietário de terras e incorporador de toda Maricá. Acompanhado por outras empresas do

³⁹ Em 1972, a frota atingia um total de 30 ônibus. A garagem foi ampliada, com a demolição do Armazém. Em 1973 foi criada a linha Niterói-Rio do Ouro, localidade de São Gonçalo onde a empresa veio a construir uma segunda garagem. Em 1976, após a inauguração da Ponte Rio-Niterói, começou a funcionar a linha Maricá-Castelo. Em 2000, a empresa operava com 145 veículos distribuídos em 17 linhas principais (Fonte: Sindicato das Empresas de Transporte Rodoviário do Estado do Rio de Janeiro - SETRERJ), transportando cerca de 60.000 passageiros/dia.

Rio e de Niterói, começou a adquirir fazendas e transformá-las em loteamentos⁴⁰. Segundo Martins, o processo de urbanização via parcelamento de terras foi iniciado entre 1943 e 1949, seguido do primeiro *boom* imobiliário nos anos de 1950 a 1955. Na década de 1940, particulares e empresas de Maricá deram a largada neste tipo de negócio, sendo responsáveis por 79% da área parcelada (o restante coube a uma única empresa do Rio). Na década de 1950, a maior parte dos loteamentos foi desenvolvida por empresas externas a Maricá, cabendo à SEAI, empresa de Feteira que sucedeu a COVIBRA, quase a metade da área total loteada por empresas. De 1943 a 1955, a SEAI participou com 11.493.840 metros quadrados dos 24.788.849 metros quadrados de loteamentos feitos por empresas (“tornou-se a maior proprietária de terras do município de Maricá, ocupando toda a orla marítima que ia de Itaipuaçu até Ponta Negra” - MARTINS, 1986, p.57), havendo ainda 2.981.268 com particulares, com e sem registro de nome⁴¹. Em mesmo período de tempo, após 1956, o total loteado foi bem inferior: 10.131.182 metros quadrados. Terras que hoje estão à venda pertencem a loteamentos aprovados nestas duas décadas. Em alguns casos, a mesma empresa atuou como imobiliária, construtora e financeira.⁴²

Em 1956 havia começado o governo de Juscelino Kubitschek, impulsionador de um desenvolvimentismo apoiado em mecanismos financeiros concentradores de capital e geradores de inflação. A inflação ainda crescia quando Jânio Quadros renunciou, em 1961, e a economia apresentava níveis baixos de crescimento. O governo João Goulart adotou a partir de 1963 duras medidas antiinflacionárias e depressivas, e a massa que sofria com a perda do poder aquisitivo passou a perder empregos também. O impasse teve como

⁴⁰ O sistema mantém-se nos dias atuais, com vendas de lotes em prestações reduzidas e prazos elásticos, embora já se detecte uma valorização dos terrenos após o início das obras de duplicação da rodovia, assunto de que trata o capítulo 3.

⁴¹ Depois que a Fazenda São Bento – que abarcava a restinga – foi adquirida pela COVIBRA, diversas averbações foram realizadas (exemplo, para a Comércio e Indústria Atlântico S/A – COMINAT), no mesmo ano de 1943. Em 1970, a Cia. Vidreira do Brasil foi vendida para a SEAI – Sociedade de Exploradores Agrícolas e Industriais; em 1972, a SEAI foi comprada pelo mesmo Feteira. Em 1976, com a idéia de urbanizar e lotear as áreas de restinga remanescentes da fazenda, Feteira hipotecou a área à São Bento Urbanização e Turismo Ltda., que nela construiria a Cidade São Bento da Lagoa, o que foi evitado com a transformação da restinga em APA. Uma segunda estrada foi aberta e não chegou a ser asfaltada, existindo até hoje em condições precárias. Atualmente, a maior parte da APA está em terras pertencentes à Terra Ouro Terrenos e Investimentos, negócio principal do grupo detentor também da Cervejaria Cintra. Em 2003, interessada na aprovação de um plano diretor que a autorizasse a explorar a área, a Terra Ouro procurou a Prefeitura, que convocou representantes da população civil para uma série de oficinas visando a criar um plano diretor para a APA. As reuniões geraram relatórios que contam a cronologia dos títulos de domínio da Fazenda de São Bento de Maricá e denúncias feitas por ONGs atuantes em Maricá, que apontam uma série de falhas sucessórias em inúmeros lotes, que teriam garantido ao Sr. Feteira a condição de maior proprietário de terras no município. Plantas e títulos com rasuras evidentes são também (ou eram, pois muitos desapareceram) encontrados em registros municipais. O histórico da propriedade desenvolvido na Oficina consta do ANEXO II).

⁴² O trabalho de Martins utilizado nesta dissertação traz detalhes sobre o processo de parcelamento da terra em Maricá.

consequência a tomada de poder pelos militares, em 1964. A economia, porém, continuou em depressão, com reflexos no mercado imobiliário de Maricá. A classe média urbana ficara sem poder aquisitivo, ou foi levada pela alta inflacionária a preferir investimentos mais lucrativos e de maior liquidez.

“Somente com o novo ciclo desenvolvimentista brasileiro que se assinala a partir de 1968, a economia de Maricá será reativada, mesmo assim levará um ano (1969) para produzir efeitos sobre o espaço maricaense. Estes efeitos se fizeram sentir de forma mais intensa depois de 1970, onde o índice de superfície parcelada em Maricá detecta o início do segundo ‘boom’ imobiliário neste município, índice este só comparado com o de 1974, com a inauguração da Ponte Rio-Niterói e o início de uma nova organização da Região dos Lagos Fluminenses, produzindo assim outra das bases para a criação da Região Metropolitana do Rio de Janeiro”. (MARTINS, 1986, p.37)

O período do “milagre econômico”, ou seja, dos anos finais da década de 1960 aos iniciais da década de 1970, seguiu-se à centralização de poder determinada pela Constituição de 1967. O consumo de bens duráveis foi estimulado pelo crédito, com financiamentos também à construção civil, graças à criação do Banco Nacional da Habitação e do Sistema Financeiro da Habitação. Capitais externos entravam no país mais facilmente, pois as empresas estrangeiras “multinacionais” buscavam produzir a custos mais baixos. A poupança interna também aumentava, junto com a exportação, numa economia que se compensava pela recessão anterior.

Contudo, crescia também a dívida externa brasileira. Recuperada da recessão, mas não gerando bases materiais para tal acumulação de capital, a economia enfrentou outra crise recessiva, de meados da década de 1970 até meados da década seguinte. A criação de Regiões Metropolitanas (RM) em todo o país, em junho de 1973, concentrava o poder em âmbito federal. A mesma lei complementar adiava a criação da RM do Rio de Janeiro para depois da fusão dos Estados da Guanabara e Rio de Janeiro, devidamente preparada através de medidas como a construção da Ponte Rio-Niterói e a intervenção do governo federal no Estado da Guanabara, via fusão. Isto esvaziou o reduto da oposição no país, e garantiu que o direcionamento político do novo Estado seguisse as políticas públicas federais.

Foi na década de 1970 que Maricá alterou definitivamente o seu perfil econômico, conforme descrição de Martins (1996). Em 1970 (Censo do IBGE), metade da população economicamente ativa atuava no setor primário. A Prefeitura estimava haver 32 mil lotes devedores, cujos impostos, se fossem pagos, somariam Cr\$ 4 milhões, bastantes para pagar

as dívidas e cobrir o orçamento do município. A FUNDREM, criada para gerir a RMRJ, detectara em Maricá um município de baixa arrecadação, e apoiou a municipalidade no trabalho de cadastramento dos lotes. Esta base permitiu a cobrança dos impostos prediais e rurais atrasados, levando a um superávit de Cr\$ 8 milhões em 1978. Em oito anos, um município rural passara a ter nos imóveis a sua maior fonte de renda interna.

Terrenos que já pertenciam a incorporadoras e eram mantidos como reserva foram loteados nesta época, quando a Prefeitura associava-se ao setor no interesse imobiliário. A pesca e a agricultura sofreram maior declínio, pois até comunidades pesqueiras perderam espaço para loteamentos, além de que muitos pescadores largaram o ofício para trabalhar na construção civil. A população residente urbana de Maricá começou então a crescer com a migração, com a fixação de famílias que já tinham casas mas as usavam apenas para veraneio. Este segundo *boom* de loteamentos e de crescimento demográfico foi responsável pelo começo das grandes agressões ao ambiente, com incremento da retirada de terra e areia, lançamento de esgotos *in natura* nas lagoas, desmatamento de vegetação na orla e criação de demandas para as quais o poder público não se preparara, como vagas em escolas, demanda de energia elétrica e de água encanada, coleta de lixo.

A falta de clareza na delimitação dos espaços público e privado, que caracteriza o Brasil desde a época colonial, é assertiva válida também em níveis estadual e municipal. A Ponte Rio-Niterói, desta forma, viabilizava a produção do espaço imobiliário especulativo em Maricá e na Região dos Lagos em geral. O Estado arcava com as despesas improdutivas, garantindo maior margem de lucro aos investidores privados. No entanto, mudanças financeiras nos países centrais e em toda a ordem econômica, social, política e ideológica, ocorridas a partir de 1980, fizeram aumentar as taxas de juros internacionalmente, acarretando em países periféricos, como o Brasil, aumento da dívida e crise fiscal. A crise econômica reduziu os aportes de capital público que o FGTS e a poupança dirigiam ao SFH. Este não suportou a inadimplência, e reduziu os financiamentos. Era através desse sistema que se financiavam também as obras de infra-estrutura, as quais muitos governos estaduais e municipais jamais tiveram recursos para executar.

Isto levou Maricá a uma nova estagnação no setor imobiliário. Seguiu-se então, desde o governo José Sarney e em ritmo exponencial, o enxugamento do Estado no projeto neoliberal mantido até o fim do governo Fernando Henrique Cardoso, com tônica nas privatizações. As camadas populares, perdendo grande parte da proteção do Estado, foram as mais atingidas pelo aumento da fome, da pobreza absoluta, acompanhado do crescimento do

tráfico de drogas, da criminalidade e da violência em geral. A mesma crise é responsável, até este início de século, pela produção da exclusão social e aumento da população carcerária (numa opção pelo sistema penal como punição à pobreza), além de redução de emprego, de qualidade de vida e de convívio no espaço público, motivos que se juntam para empurrar as camadas médias da população urbana do Rio de Janeiro na direção de cidades mais tranquilas como Maricá. A mobilidade recente de população para Maricá com a atual duplicação da rodovia ainda não foi quantificada, porém questões acessórias tratadas no capítulo 3 apontam para a identificação de um terceiro *boom* populacional, com características de fixação de residência por veranistas e chegada de novos compradores – situação que traz riscos e benefícios para os quais a cidade busca se preparar.

1.2 Paisagem e Personagens – A Geografia Socioambiental em Movimento

*Marco Polo descreve uma ponte, pedra por pedra.
 – Mas qual é a pedra que sustenta a ponte? – pergunta
 Kublai Khan. – A ponte não é sustentada por esta ou aquela
 pedra – responde Marco –, mas pela curva do arco que
 estas formam. Kublai Khan permanece em silêncio,
 refletindo. Depois acrescenta: – Por que falar das pedras?
 Só o arco me interessa. Polo responde:
 – Sem pedras o arco não existe.*

(Ítalo Calvino)

A compreensão da dinâmica de interação entre o homem e o meio, cuja forma é estabelecida pela estrutura social, passa pelo entendimento do todo, ou seja, do conhecimento das partes e das formas como estas se relacionam. Em função disso, um panorama geral sobre Maricá torna-se necessário para que se situem algumas análises do capítulo 2⁴³.

Maricá está a 5m do nível do mar e tem clima tropical, influenciado por ventos entre os quais predominam os com sentido Ponta Negra-Maricá, o “vento de tempo bom”; sentido Itaipuaçu-Maricá, “vento de chuva”; e sentido serra-mar, “vento de temporal

⁴³ Este subitem traça uma caracterização básica do município de Maricá, a ser complementada com os dados estatísticos e registros pesquisados apresentados no decorrer do capítulo 3, onde é discutida a questão do crescimento demográfico e suas conseqüências.

forte”. O nível médio de chuva é de 1.100 mm/ano (Estação Pluviométrica do Aeródromo Municipal de Maricá). O município fica a 60 quilômetros da capital, percurso feito em 1h20min em ônibus “especial” (com ar refrigerado) de linha regular, no percurso que vai do Terminal Menezes Cortes (Castelo, Rio de Janeiro) ao Terminal Rodoviário Jacinto Caetano (Centro, Maricá). O principal acesso é feito pela Rodovia Amaral Peixoto (RJ 106), a partir da Ponte Rio-Niterói e da Alameda São Boaventura.

A área do município é de 363,9 km². Conforme o MAPA 1, é limitado ao Norte por Itaboraí e Tanguá; ao Sul, pelo Oceano Atlântico; a Leste, por Saquarema; a Oeste, por São Gonçalo e Niterói. Está dividido em quatro distritos: Maricá, Ponta Negra, Inoã e Itaipuaçu. A sede do município, chamada de *Vila* pela população local, fica no 1º Distrito e próxima ao centro geográfico do município. Concentra a maior parte da população urbana, do comércio e dos serviços de Maricá. Itaipuaçu, o distrito mais novo, é atualmente onde mais cresce o setor imobiliário e o que tem a maior taxa de migração.

MAPA 1. LIMITES DOS DISTRITOS E DO MUNICÍPIO DE MARICÁ



FONTE: HOLZER & BAHIANSE. 2002.

O limite Leste do município foi confirmado em 2001 pelo CIDE – Centro de Informações e Dados do Rio de Janeiro, em resposta a ofício da Prefeitura Municipal contendo solicitações de demarcação definitiva entre Maricá e Saquarema e “posterior colocação de marco geodésico na faixa da Restinga, localizada entre a lagoa de Jaconé e o Oceano Atlântico” (CIDE, 2001). Técnicos do CIDE concluíram que não existiam incoerências entre o texto legal em vigor, a cartografia e a realidade observada no terreno,

“com exceção da barra da Lagoa de Jaconé no Oceano Atlântico, onde foram observadas alterações promovidas por processo de aterramento nas margens da lagoa e do canal de ligação com o mar”. O ofício nº 431 do CIDE descreve a metodologia utilizada:

“Após verificação de campo foi realizada pesquisa de gabinete com a interpretação de fotografias aéreas do ano de 1956. A posição obtida referente à mencionada barra foi posteriormente transposta para as bases cartográficas da extinta FUNDREM. A localização do canal da Barra da Lagoa de Jaconé foi reconstituída de tal forma que as modificações do terreno ocorridas após processo de aterramento não impediram que se chegasse ao preciso posicionamento da mencionada barra da Lagoa de Jaconé, que é no local onde existe, hoje, a rua 60”. (CIDE, 2001)

O CIDE encaminhou ao Governador do Estado, para sanção, uma proposta atualizada de descrição da divisão municipal do território, e como medida imediata solicitou ao Departamento de Estradas de Rodagem (DER/RJ) a colocação de duas placas indicativas destes limites intermunicipais. De acordo com a Secretaria Municipal de Fazenda da Prefeitura de Maricá, áreas deste município estariam sendo demarcadas pelos proprietários como se pertencessem a Saquarema, município onde a legislação, a cobrança e a fiscalização seriam mais brandas. O MAPA 2 (página 40) traz uma cópia da folha topográfica da Carta do Brasil no trecho em questão.

A paisagem de Maricá (MAPA 3, página 41) é bastante variada e vai do mar à serra. Sua extensa planície costeira é limitada por serras com altitudes de mais de 800m e pelo cordão arenoso que forma a chamada “restinga” de Maricá. A bacia hidrográfica praticamente coincide com os limites do município, exceto pela Lagoa de Jaconé, dividida entre Maricá e Saquarema. As outras quatro lagoas de Maricá são interligadas e recebem o deságüe de rios de significativo potencial hídrico, tanto que serviam de canais de escoamento da produção de cana-de-açúcar em séculos passados. Os canais artificiais de Ponta Negra e da Costa fazem a comunicação permanente entre o sistema lacustre e o mar. Precisam ser constantemente desobstruídos, dada a grande atividade do transporte litorâneo. A abertura natural da Barra de Maricá funciona apenas esporadicamente.

“A lenta evolução da paisagem através das eras e períodos geológicos (Geologia Histórica) levam à criação de um diversificado complexo de sistemas ambientais que engloba florestas (Mata Atlântica), manguezais, brejos, pântanos, sistemas fluviais, lagunas, lagos, restingas, dunas, praias, estuários, enseadas, baías, ilhas, falésias, pontões rochosos, etc.” (FRANCISCO, 1999, p.134)

MAPA 2. FOLHA TOPOGRÁFICA DA CARTA DO BRASIL

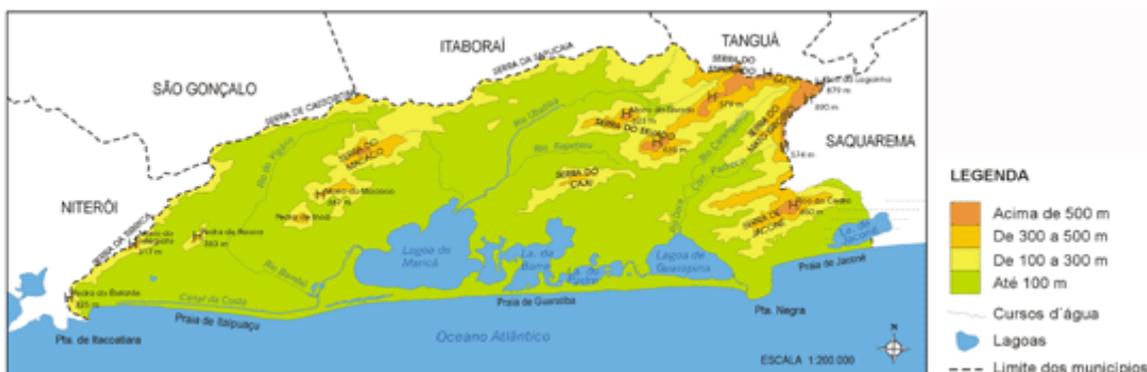
TRECHO: LIMITES ENTRE OS MUNICÍPIOS DE MARICÁ E SAQUAREMA

ESCALA: 1 : 50.000



FONTE: CIDE

MAPA 3. CONDICIONANTES FÍSICOS DO MUNICÍPIO DE MARICÁ



FONTE: HOLZER & BAHIENSE. 2002.

O denominado Sistema Maricá-Guarapina abrange as lagoas de Maricá, da Barra, do Padre e de Guarapina, nas quais a urbanização crescente dos últimos anos tem produzido uma descarga de efluentes não controlada. Foram identificados na região Rio de Janeiro–Cabo Frio três gerações de *beach ridges* (cristas de praias) (Coe et al. apud FRANCISCO, 1999).

A paisagem atual conta com remanescentes das formações florestais que ocupam relevos montanhosos ou solo rochoso ou raso, e foram quase inteiramente despidas de sua vegetação para substituição por lavoura; e formações graminóides em terras planas no relevo montanhoso, nas quais remotamente foi feita a plantação de cana-de-açúcar, sendo recentemente utilizadas como campo de pastagem. O restante do solo vem servindo mais regularmente à ocupação humana. As formações de gramíneas-campestres ocupam também relevo forte ondulado e ondulado nas cabeceiras do rio Caceribu. Nestas matas residuais, as árvores apresentam rebaixamento de altura bem como maior espaçamento entre os indivíduos, em conseqüência da retirada das espécies arbóreas de madeiras nobres, dando lugar à sucessão de invasores como as samambaias. Segundo Francisco, à parte as limitações naturais para o uso agrícola das terras em Maricá, principalmente pelo relevo forte ondulado, montanhoso, escarpado e pedregoso, a limitação maior é dada pela ação antrópica, que faz as terras cultiváveis cederem lugar para a ocupação urbana, inicialmente na forma majoritária de sítios para fins-de-semana, depois formando vilas, condomínios e lotes, sucessivamente. A ocupação de áreas urbanas e também de áreas litorâneas e de restinga, em grande parte desordenada, veio acompanhada de aterros de manguezais, drenagens de áreas úmidas, abertura e/ou fechamento de canais, e tem causado prejuízos consideráveis, pelas mudanças apresentadas e pela poluição dos diversos sistemas

envolvidos. Esta ação antrópica aleatória é “muitas vezes predatória e provocadora de degradação em graus variáveis”:

“A região foi uma das primeiras a sofrer alterações na paisagem, desde a época colonial, com desmatamento contínuo com vistas à implantação da cultura da cana-de-açúcar e outras lavouras. Os baixios pantanosos foram obstáculos logo transpostos, com auxílio do braço escravo. Proliferaram os engenhos e o povo desceu dos morros graças aos recursos que possibilitaram o aterro e drenagem das zonas baixas” (FRANCISCO, 1999, p.132).

Acredita-se que parte da restinga que caracteriza a faixa praiana que vai de Niterói a Saquarema foi formada há cerca de 5.100 anos, quando o mar teria avançado a um nível oito metros acima do atual, recuando em seguida e formando partes arenosas como Itaipuaçu. As restingas de Guarapina, Guaratiba e Piratininga, que formam uma barreira única, podem ter 2.700 anos, e teriam se formado durante a última transgressão (a formação das barreiras e cordões externo e interno das restingas, mediante os movimentos de transgressão e regressão do mar, é abordada no subitem 1.2).

O extenso cordão litorâneo de cerca de 20 quilômetros de extensão atualmente protegido como APA (Área de Preservação Ambiental) – o que, teoricamente, tornaria desnecessária qualquer legislação complementar – é caracterizado geologicamente e em termos de vegetação como uma formação de restinga. Esta caracterização indica um sistema geológico precário que, se não estivesse associado à vegetação, fixadora de seu solo arenoso, poderia ser facilmente destruído pela violência do mar (HOLZER & CRICHYNO, 2002). Em função disso, qualquer intervenção humana na área, em especial a urbanização, deveria ser precedida de um estudo aprofundado e judicioso.

Contrariamente a isso, como ecossistema litorâneo, a restinga foi um dos primeiros ambientes a sofrer intervenção antrópica, como testemunham vestígios arqueológicos pré-históricos encontrados, além de relatos da invasão européia (século XVI) feitos por viajantes como Staden, Léry, Anchieta, Soares de Souza, Neuwied, Darwin, p. ex. “A ocupação do litoral pelos europeus iniciou um ciclo de exploração mais intensivo dos recursos naturais da faixa litorânea, levando ao corte de madeira para diversos fins, e à utilização do solo para fins agrícolas, e no caso das restingas onde o solo é ‘pobre’, para fins de pecuária” (HOLZER & CRICHYNO, 2002). No século XX, o processo de degradação desta faixa litorânea tornou-se mais intenso, com a exploração de areia e de

turfa, a retirada indiscriminada de espécies vegetais, sua utilização como depósito de lixo, além da passagem de veículos motorizados e até competições do tipo *rally*. O parcelamento e ocupação por loteamento, que caracterizam a expansão urbana especulativa e desordenada, pode tornar este processo definitivo. As restingas ocorrem sobre terrenos planos do litoral, o que as torna atraentes para as mais diversas formas de assentamento humano, em que a vegetação remanescente é vista como simples “mato” que nela constroem. Na opinião de Holzer & Crichyno, “como forma de intervenção humana, a urbanização é aquela cujos efeitos são mais deletérios, pois age diretamente na *eliminação* do ecossistema e não somente em sua degradação” [sem grifo no original].

“A Expansão urbana é recente, mas a quase totalidade da restinga já estava loteada na década de oitenta, quando as atividades tradicionais do município, inclusive a pesca já haviam entrado em decadência. Os anos noventa marcam uma expansão, e especulação, imobiliária intensiva, quando o município mais que dobrou sua população de residentes. Atualmente a APA de Maricá é a única área de restinga relativamente preservada no litoral que se estende de Niterói até Saquarema (cerca de 150 km de costa), mas é um local pouco freqüentado por moradores e turistas. A área tornou-se um gigantesco local de despejo. Junte-se a isso o roubo endêmico de areia, que destrói as dunas e compromete a própria estabilidade da restinga, e a retirada indiscriminada de espécies vegetais que são vendidas clandestinamente, além das queimadas promovidas por motivos fúteis. Na ocupação da faixa litorânea por loteamentos, uma prática rotineira é a da eliminação total da vegetação nativa para sua delimitação e urbanização, processo que se completa quando as unidades são implantadas. Quando há um ajardinamento do local, geralmente é feito com plantas exóticas. A eliminação de um ecossistema é acompanhada do empobrecimento da biodiversidade, com a possível extinção das espécies. No caso das restingas pode haver a diminuição do próprio valor econômico do empreendimento imobiliário, pois a ausência de vegetação causa desestabilização do solo (essencialmente arenoso), provocando bloqueio de estradas, invasão das habitações por areia, além de assoreamento e obstrução de lagoas e cursos d’água”. (HOLZER & CRICHYNO, 2002)

A exuberância natural descrita pelos cronistas e naturalistas do século XVI a XIX não existe mais. A vegetação de restinga atual está reduzida, e confinada, a pequenas manchas isoladas remanescentes ou na APA, sendo ainda mais crítica a situação da fauna. Ciclicamente, busca-se discutir e aprovar projetos que tragam emprego e renda aos habitantes de Maricá, entre os quais a construção de conjuntos hoteleiros ou “*resorts*” na restinga, o que tem se mostrado uma questão paradoxal. Esses projetos emperram quando tentam resolver a questão do saneamento básico, e não conseguem equilibrar a construção de redes de água e esgoto com a sustentabilidade da região. Como a restinga é sensível – e

por isso, por definição, área não-edificável –, qualquer construção afetaria seu equilíbrio e, conseqüentemente, sua beleza natural, que é justamente o ponto atrativo para o turista.

O turismo constitui uma importante atividade econômica de Maricá, embora sua participação direta na renda da cidade não esteja quantificada pelo poder municipal. A Secretaria de Turismo informou que não há estatísticas para o setor. É, de qualquer modo, subexplorado diante de seu inequívoco potencial. Indiretamente, os comerciantes de determinados setores percebem o aumento no volume de vendas durante o veraneio e em datas festivas, o mesmo acontecendo quanto à contratação de serviços, regulares ou em sua maior parte, informais. Esse tipo de turismo impõe à cidade um inchamento estrutural durante o verão e nas festas, quando crescem os negócios, aumenta a oferta de empregos formais e informais, a contratação de carros-pipa e a quantidade de lixo. Algo bem próximo da *Sofrônia* assim descrita por Calvino:

“A cidade de Sofrônia é composta de duas meias cidades. Na primeira, encontra-se a grande montanha-russa de ladeiras vertiginosas, o carrossel de raios formados por correntes, a roda-gigante com cabinas giratórias, o globo da morte com motociclistas de cabeça para baixo, a cúpula do circo com os trapézios amarrados no meio. A segunda meia cidade é de pedra e mármore e cimento, com o banco, as fábricas, os palácios, o matadouro, a escola e todo o resto. Uma das meias cidades é fixa, a outra é provisória e, quando termina a sua temporada, é desparafusada, desmontada e levada embora, transferida para os terrenos baldios de outra meia cidade.” (CALVINO, 2002, p.61)

Os dados estatísticos mais recentes quanto à população não-residente são de 1996, quando foi estimada em 9.393 veranistas, ou cerca de 15% da população residente no município àquele ano: 62.883 pessoas. Dados do último Censo do IBGE (2000) informaram a existência de 76.737 habitantes em Maricá, com grande equilíbrio entre mulheres e homens (38.452 e 38.285, respectivamente) e superioridade numérica da população urbana, que atingiu 82% do total (63.399, contra 13.338 moradores de áreas rurais).

Dados estatísticos organizados pelo CIDE comprovam a predominância, em Maricá, dos setores de comércio e serviços, com pouca participação da agricultura e da indústria na composição da economia do município. Há também participação da construção civil, e, em menores partes, da pecuária, da pesca e do artesanato, setores dos quais muitas famílias dependem para sobreviver, mas que já tiveram maior influência na atividade econômica – ou seja, participam do PIB familiar porém são fracas na totalização do PIB do Município. A receita pública municipal depende principalmente da arrecadação de impostos do setor imobiliário, e de

repasse externos. A Viação Nossa Senhora do Amparo destaca-se como maior empresa, inclusive quanto à geração de empregos. Em termos socioeconômicos, Maricá caracteriza-se por oferecer poucos postos de trabalho, e voltados à mão-de-obra não especializada. O desemprego e o subemprego traduzem-se nos seguintes indicadores (TABELA 1).

TABELA 1. INDICADORES SOCIAIS - 2002 - MARICÁ

POPULAÇÃO	IDH ⁴⁴ TOTAL	IQM ⁴⁵	CLASSIFICAÇÃO ⁴⁶	IQM-carências ⁴⁷ (%)
80.314	0,786	0,198	52°	52,90

FONTES: CIDE, 2002. ADAPTADA.

A transferência da terra para uso residencial em larga escala, e a falta de incremento a atividades agroindustriais, faz com que a maior parte da população economicamente ativa ou procure vínculo empregatício em Niterói ou Rio de Janeiro, ou mantenha tais vínculos no caso das famílias que migram para Maricá. Da população que efetivamente trabalha em Maricá, uma minoria tem emprego fixo e carteira assinada. O restante da população vive da pesca e/ou depende de bicos, depende do verão, realiza trabalhos esporádicos, não especializados, obtendo renda baixa e flutuante, numa típica economia de subsistência. Configura-se um município em que o crescimento demográfico é resultado de uma população de classe média que se desloca para Maricá com intenção de morar, e sem pretensão ou possibilidade de se estabelecer, e que por vezes torna-se subempregadora da população já moradora. Novas e mais demandas são geradas. A questão é saber como o pequeno crescimento econômico do município será capaz de atendê-las.

⁴⁴ Índice de Desenvolvimento Humano.

⁴⁵ Índice de Qualidade dos Municípios.

⁴⁶ O Rio de Janeiro contava 92 municípios em 2002.

⁴⁷ Quanto menor é o IQM-carências, menor o grau de carência. O índice de Niterói foi de 34,10 nesse ano.

2 TERRITÓRIO, SOCIEDADE E MODELOS DE URBANIZAÇÃO

No centro de Fedora, metrópole de pedra cinzenta, há um palácio de metal com uma esfera de vidro em cada cômodo. Dentro de cada esfera, vê-se uma cidade azul que é o modelo para uma outra Fedora. São as formas que a cidade teria podido tomar se, por uma razão ou por outra, não tivesse se tornado o que é atualmente. Em todas as épocas, alguém, vendo Fedora tal como era, havia imaginado um modo de transformá-la na cidade ideal, mas, enquanto construía o seu modelo em miniatura, Fedora já não era mais a mesma de antes e o que até ontem havia sido um possível futuro hoje não passava de um brinquedo numa esfera de vidro. (Ítalo Calvino)

Como parte da estruturação espacial da sociedade, o processo de urbanização brasileiro agiu indiretamente – e decisivamente – nas interações dos municípios fluminenses com a cidade do Rio de Janeiro (LIMONAD, 1996, p.69), cuja atuação é quase hegemônica na determinação das políticas locais. Este tipo de estruturação em que o “campo” subordina-se à metrópole conforma uma função periurbana para o município de Maricá, um dos objetos de análise desta dissertação de mestrado.

Milton Santos (1990) distingue, através do tempo, quatro momentos na ação e significado das metrópoles:

- 1º) O comando de uma fração do território (a zona de influência) quando as dificuldades de comunicação mantinham o Brasil urbano em forma de arquipélago;
- 2º) Tentativa de formação de mercado único integrando apenas Sul e Sudeste;
- 3º) Constituição de um único mercado nacional;

- 4º) O momento atual, caracterizado pela segmentação deste mercado único, num mercado hierarquizado e articulado pelas firmas hegemônicas nacionais e estrangeiras que comandam o território com apoio do Estado.

“Ao contrário do que muitos foram levados a imaginar e a escrever, na sociedade informatizada atual nem o espaço se dissolve, abrindo lugar para o tempo, nem este se apaga. O que há é uma verdadeira demultiplicação do tempo, devida a uma hierarquização do tempo social, graças a uma seletividade ainda maior no uso das novas condições de realização da vida social. Com isso, uma nova hierarquia se impõe entre lugares, uma hierarquia com nova qualidade, a partir de uma diferenciação muitas vezes maior que aquela entre os diversos pontos do território.” (SANTOS, 1990, p.84)

Santos aponta para a dissolução e a onipresença cada vez mais impositiva da metrópole, através de um território dissolvido e reagrupado funcionalmente. O espaço tornar-se-ia multiestratificado, ocorrendo uma especialização em núcleos-dormitório, ou centros de consumo, ou de produção (LIMONAD, 1996, p.63). O espaço estaria superado pelo tempo, graças à difusão dos transportes e das redes de informação, ficando em parte ultrapassada a dicotomia centro-periferia, como também entre rural e urbano. O sistema bancário teria ganhado força neste novo território creditizado. “Uma rede arquipélago dos grandes pólos monopoliza os centros de decisões. A distinção entre cidade e campo não é clara nessa nova ordem, nem a distinção entre indústria e serviços.” (Veltz⁴⁸ apud MARICATO, 2000, p.131)

Santos identifica, porém, espaços desprezados ou apenas manchados pelo privilegiado mercado técnico-científico, onde interstícios são ocupados por firmas não-hegemônicas locais. Ao largo desta hegemonia Firmas-Estado, o espaço de baixo consumo constituído por Maricá permitiu o afloramento e a permanência de uma economia que ocupa esses interstícios com empresas locais, principalmente. Mesmo assim, ressalte-se, o Município só pôde fazê-lo por ter seguido a correnteza do interesse maior, adequando-se a uma divisão interurbana do trabalho, especializada e hierárquica. Em suma, a economia local serve em grande parte a uma função de município-dormitório para trabalhadores que já tinham empregos em Niterói/Rio de Janeiro, e se direcionaram para Maricá enquanto moradia, sem contudo estabelecerem-se profissionalmente na cidade.

⁴⁸ VELTZ, P. Hierarquies et reseaux. In: BENKO, G., LIPIETZ, A. *Les régions qui gagnent*. Paris, Presses Universitaires de France, 1992.

Maricá, contudo, não tem somente esta característica, e por isso não se classifica como periferia, mas como espaço periurbano. A periferia caracteriza-se pela autoconstrução e por loteamentos irregulares no entorno das grandes cidades. Estas situações existem em Maricá, mas inserem-se em espaços diversificados, que se assemelham às periferias pela especulação imobiliária e falta de infra-estrutura. Diferentemente da migração para as cidades médias do interior, onde trabalhadores altamente qualificados se estabelecem completamente, a migração para o entorno metropolitano (espaços periféricos e periurbanos) é feita principalmente por moradores que mantêm o vínculo profissional anterior, fazendo da nova moradia uma expansão residencial da metrópole.

2.1 Lei de Terras – A Produção do Latifúndio e da Exclusão Social

Os modelos de formação das cidades brasileiras e as relações estabelecidas entre elas – e dentro delas – guardam forte relação com a historiografia do sistema de propriedade da terra no Brasil, razão pela qual este capítulo detém-se em alguns aspectos da questão fundiária, relacionando-os à urbanização–industrialização e interferências no ambiente.

De acordo com Celso Furtado, mecanismos de mercado são incapazes de solucionar a privação original do acesso à terra e à moradia, situação que o autor aponta como responsável pela pobreza em massa que caracteriza o subdesenvolvimento. Não habilitada por títulos de propriedade, a população rural perde o acesso à terra para trabalhar, enquanto a população urbana sofre o mesmo quanto à moradia (Furtado⁴⁹ apud ARANTES, 2000, p.33). A raiz dessa inabilitação é a Lei n° 601, a *Lei de Terras*, que veio confirmar uma opção pelo latifúndio e pela exclusão social no Brasil (MARICATO, 1998 e 2000).

As sucessivas reformas do final do século XIX e começo do século XX recosturaram o tecido social e urbano no país, alterando o panorama do trabalho e determinando novas “senzalas” para a massa pobre e desempregada, em grande parte composta de ex-escravos. Os centros urbanos, importantes pólos de conexão entre a produção agrícola e o mercado internacional, começaram a adquirir importância própria e determinante, com progressivo esvaziamento do predomínio rural. O desenvolvimento das cidades, na descrição de MARICATO (1998), articula-se com a estrutura geral de

⁴⁹ FURTADO, Celso. A construção interrompida. São Paulo, Paz e Terra, 1992.

produção dos bens, onde se inclui a produção no campo e, de forma cada vez mais decisiva, o valor de mercadoria e de especulação adquirido pela terra.

Durante o Brasil Colônia, sesmarias eram entregues em regime de concessão. Uma cláusula permitia a retomada de áreas desocupadas, *improdutivas* ou inadimplentes (devendo impostos), mas a abundância de terras livres tornou desnecessário qualquer rigor na aplicação desta cláusula. Desse sistema resultou a produção de latifúndios, e, por conseguinte, a necessidade de trabalho extensivo sobre essas grandes extensões de terra, de forma a mantê-la produtiva. Isto fez com que a propriedade de escravos fosse ainda mais importante e valiosa do que a da terra em si, pois esta era cedida gratuitamente ou vinha por meio da posse.

Quando o país ficou independente de Portugal, em 1822, suspendeu a concessão de sesmarias, com a justificativa de que era necessário enfrentar o descontrole na ocupação da terra e a estagnação da agricultura, devidos justamente ao latifúndio e à escravidão. Para isso, o ministro do Império, José Bonifácio de Andrada e Silva, propôs nova ordenação da terra, baseada na demarcação e venda de propriedades menores. A proposta encontrou muita resistência de setores do governo e entre grandes proprietários rurais. Conseqüentemente, exceto pelos núcleos estabelecidos no Sul do país, não foi criado espaço para esta alternativa fundiária. Ao contrário, a indefinição do Estado quanto ao ordenamento do solo provocou ocupações ferozes no período de 1822 até 1850. As grandes propriedades tornaram-se maiores com a expulsão de pequenos sítiantes, abrindo caminho para a consolidação do latifúndio. “[Pouco sobrou] do projeto liberal que pretendia utilizar as terras devolutas (terras do Estado) para com sua venda financiar uma colonização branca (imigração de europeus), baseada na pequena propriedade” (MARICATO, 1998, p.23).

“Já destacamos, como fizeram inúmeros autores, a correlação entre propriedade privada da terra (o cativo da terra) com a libertação dos escravos (o cativo do trabalho). Os conflitos sociais que marcam todo o século XX revelam a forte e evidente relação que articula acesso à terra, mão-de-obra e colonização.” (MARICATO, 2000, p.149)

Tal escolha teve um objetivo: dificultar o acesso de imigrantes à propriedade da terra, forçando-os a trabalhar, com disponibilidade e custo baixo, nas fazendas de café e em outras atividades antes desenvolvidas por escravos – a mão-de-obra negra livre ficava, assim, *e intencionalmente*, excluída. Finalmente, todo esse processo de apossamento e

concentração da propriedade do solo foi abençoado e oficializado pela Lei nº 601, que em 1850 institucionalizou a propriedade privada da terra⁵⁰. O processo de urbanização brasileiro jamais se livrou da herança deixada pela Lei de Terras, como é conhecido o estatuto, que traduz um pacto histórico mediante o qual as classes dominantes brasileiras asseguraram juridicamente que a propriedade do solo permanecesse intocável. Devido a esta lei e suas conseqüências, “desde 1854⁵¹ até praticamente nossos dias as terras devolutas têm sido privatizadas, tirando proveito de uma situação de fragilidade na demarcação da propriedade da terra no Brasil durante mais de quatro séculos, apesar das medidas que buscaram proteger o patrimônio público” (MARICATO, 2000, p.149).

A partir da lei, a demarcação das terras devolutas foi feita pelo governo central com base nas informações dos grandes proprietários, ou “coronéis”, processo que carrou para a esfera privada um vasto patrimônio do Estado, urbano e rural. “A antiga forma corriqueira de acesso à terra – concessão arbitrária ou ocupação pura e simples – passaria a ser considerada crime a partir de então”, e parte da população branca livre ficou sem terra, dependente dos latifundiários para sua sobrevivência” (MARICATO, 1998, p.23), vítima de uma lei que seria aplicada conforme as circunstâncias. Quando a abolição da escravidão veio liberar 800 mil escravos no Brasil, todo o sistema de crédito agrícola foi abalado, pois se baseava na colheita e nos escravos para obtenção de empréstimos. Sem mais o que oferecer como garantia, muitos fazendeiros fluminenses hipotecaram suas terras, que passaram às mãos dos bancos.

“Embora a urbanização da sociedade brasileira se dê praticamente no século XX, sob o regime republicano, as raízes coloniais calcadas no patrimonialismo e nas relações de favor (mando coronelista) estão presentes nesse processo. A terra é um nó na sociedade brasileira... também nas cidades. A legislação é ineficaz quando contraria interesses de proprietários imobiliários ou quando o assunto são os direitos sociais.” (MARICATO, 2000, p.150)

Criada durante o Império, a Lei de Terras pareceu ter sido feita sob medida para uma nascente República empenhada em apagar qualquer evidência da escravidão. O país

⁵⁰ O caput da Lei nº 601 informa que esta “dispõe sobre as terras devolutas no Império, e acerca das que são possuídas por título de sesmaria sem preenchimento das condições legais, bem como por simples título de posse mansa e pacífica: determina que, medidas e demarcadas as primeiras, sejam elas cedidas a título oneroso, assim para empresas particulares, como para o estabelecimento de colônias de nacionais e de estrangeiros, autorizado o Governo a promover a colonização estrangeira na forma que a lei declara.”

⁵¹ Ano em que a Lei foi regulamentada.

queria se aparentar moderno para atrair capital externo e bancar a expansão do mercado do café, com investimentos que, na cidade do Rio de Janeiro, traduziram-se na ampliação do porto, da capacidade de armazenamento e do sistema viário. Mudanças radicais foram promovidas nos centros urbanos. A partir desta intenção, e com as possibilidades abertas em 1850, mudava também a maneira de se encarar a propriedade, partindo-se para uma demarcação mais precisa, inclusive nas cidades, com delimitação de ruas, calçadas etc. Tal demarcação da cidade dava início a um processo de modernização excludente. A economia da cidade do Rio de Janeiro, principalmente depois que os capitais associados ao café dirigiram-se definitivamente a São Paulo, voltava-se para um predomínio industrial direcionado para seu próprio mercado urbano, como evidencia o aumento da participação dos setores de alimentação e vestuário na produção (segundo censos industriais das duas primeiras décadas do século XX, citados por LIMONAD, 1996, p.115).

No Rio de Janeiro, a reforma urbana foi chamada de “Regeneração” e adquiriu importância maior pelo fato de a cidade ser capital federal. As obras “conjugaram embelezamento e segregação territorial” (MARICATO, 1998, p.29), tratando as áreas centrais de forma estética, paisagística e higiênica. Ao mesmo tempo em que abria espaço para a produção emergente, expulsava para os subúrbios e favelas os trabalhadores e pobres em geral. Este processo atuou em várias frentes. Moradores já segregados em cortiços foram despejados: o transporte ferroviário fora desenvolvido, e esta população dirigiu-se para os subúrbios ou para morros mais próximos do centro, criando favelas; o cortiço não era eliminado, apenas transferido. Para manter-se na cidade, precisaria de poder aquisitivo para comprar ou construir. Como os serviços de saneamento e infra-estrutura atendiam apenas o núcleo central, as habitações ali localizadas valorizaram-se. Além disso, novas construções precisavam atender à nova legislação, o que significava gastos que a maioria não podia fazer.

O engenheiro Francisco Passos, indicado pelo presidente Rodrigues Alves como prefeito do Distrito Federal, encarregou o sanitarista Oswaldo Cruz de vacinar e desinfetar a cidade, assolada por seguidas epidemias devidas a suas péssimas condições de saneamento. Evidentemente, estas condições eram piores nos cortiços. Muitas habitações foram destruídas, fora aquelas que deram lugar a prédios e avenidas alargadas. Em 1904 eclodiu a Revolta da Vacina, que fez da cidade uma praça de batalha e foi duramente reprimida. Desempregados, mendigos, prostitutas e demais pessoas sem documentos foram expulsos do Centro da cidade.

A cidade hegemônica oficial inaugurou uma modernização excludente, onde a legislação urbana servia tanto para expulsar indesejáveis quanto para ser manipulada convenientemente pelos “desejáveis”. A valorização da área urbana deriva diretamente dos investimentos públicos aplicados em obras, e raramente de gastos efetuados pelos proprietários. Nas três primeiras décadas do século XX, tornou-se fundamental para o nascente capital imobiliário o controle dos recursos públicos. Empreiteiras assumiram as obras, iniciando uma articulação entre “proprietários de terra e imóveis, capitais imobiliários, construtoras, parlamentares e governantes e as concessionárias de serviços públicos controladas por capital estrangeiro” (MARICATO, 1998, p.31), grupo que se tornaria responsável, na prática, pelas decisões importantes envolvendo a produção do espaço urbano.

Em seguida a este período, conformam-se diversos fatores que uniram especulação imobiliária e classes médias, interessadas e capitalizadas para promover um retorno migratório do grande centro urbano na direção de cidades como Maricá. Entre estes fatores, destacou-se inicialmente a crise na indústria carioca, decorrente do alto custo das matérias-primas e da competição dos similares importados. Este processo acentuou-se com a Depressão econômica de 1929, fazendo com que o capital financeiro se interessasse não mais pela indústria, mas por atividades “de alto caráter especulativo e baixo caráter multiplicativo, tais como as transações imobiliárias e a construção urbana, além da intermediação comercial e financeira” (Szmrecsanyi⁵² apud LIMONAD, 1996, p.115-116). Contribuíram para o fortalecimento cíclico do setor imobiliário em Maricá a industrialização urbanizada e excludente do Rio de Janeiro, e o fortalecimento de classes médias, especialmente com a expansão do setor estatal após 1950.

As cidades re-formadas a partir de 1930-40 re-criaram relações diversificadas com seu entorno. A nova urbanização pós-colonial transformou a cidade em sede do Estado, do comércio e da indústria⁵³. Com a crise de 1929; a revolução de 1930 e o Estado Novo, em 1937; e a Segunda Guerra, em 1939, o Estado assumiu participação direta e acentuada no processo de industrialização, estabelecendo diretrizes, regulando a relação capital-trabalho e fundando diversas indústrias estatais. A cidade atraiu ainda maiores levas de

⁵² SZMRECSANYI, M^a. I. “Rio de Janeiro”. Revista do Instituto de Estudos Avançados – USP. São Paulo, 1994, p.207.

⁵³ Inexistia na industrialização brasileira “uma rede urbana e uma divisão social e territorial do trabalho diversificada pretérita que a ligasse ao campo como na Europa do século XVIII e XIX, dado o caráter auto-suficiente da produção agrícola e seu direcionamento para a exportação” (LIMONAD, 1996, p.116).

trabalhadores, porém gerou taxas de urbanização superiores ao preenchimento dos postos de trabalho. A abertura de loteamentos populares atraiu parte da população ao subúrbio e daí para a Baixada Fluminense. Posteriormente, o desenvolvimento do sistema de transportes e de serviços na região das Baixadas Litorâneas, aliado à capitalização pessoal (por renda ou crédito), promoveu a mobilidade de pequenas parcelas proletárias para estas cidades, seguidas da chegada de membros das classes médias baixas e, mais recentemente, das classes médias de maior poder aquisitivo.

2.2 Marketing e Discurso – O Solo como Mercadoria

*Você sabe melhor do que ninguém, sábio Kublai, que jamais se deve confundir uma cidade com o discurso que a descreve.
(Italo Calvino)*

As cidades precisam de crédito, cada vez mais. Capital privado e interesse público tentam afinar metas. Segundo ARANTES, VAINER e MARICATO (2000), “cidades do pensamento único” tornam-se padrões mundiais de desenvolvimento. Sustentam os autores que o “business” que permeia toda a sociedade moderna transformou também a cidade em empresa, cuja planilha de custos têm impacto nulo sobre a pobreza e o meio ambiente, e distanciam-na da promoção verdadeira do desenvolvimento humano. Enquanto empresa, a cidade deve gerar lucro; atividades empresariais devem ser promovidas e bancar o funcionamento do município, preferencialmente atraindo capitais externos. “Ser” cidade torna-se sinônimo de atrair indústria, comércio, cultura, e, conseqüentemente, promover a valorização imobiliária. Nessa visão, simplesmente desenvolver-se, atendendo às necessidades de sua população, é quase uma *meta menor*.

Com esta perspectiva, tornou-se natural a utilização do marketing. A cidade começou a se confundir e ser confundida com sua imagem, a qual passou a depender não das metas de planejadores. Inversamente, as metas devem quase atender à projeção mercadológica com a qual pretende-se atrair investimentos privados, o que geralmente significa – mantendo a tradição Colônia-Império-República – drenar o orçamento público e transferir verbas para o setor privado (ARANTES, 2000, p.17). O planejador, a partir da

década de 1970, passou a ter como objetivo principal “azeitar a máquina” para o empreendedor, adequando códigos e planos. Municipalidades européias e norte-americanas começaram a assessorar-se em escritórios de desenvolvimento, fundindo-se planejador e empreendedor, na tentativa de que o funcionamento da cidade obedecesse a:

“(...) todos os requisitos de uma empresa gerida de acordo com os princípios da eficiência máxima, e prestação de serviços capaz de devolver aos seus moradores algo como uma sensação de cidadania, sabiamente induzida através de atividades culturais que lhes estimulem a criatividade, lhes aumentem a auto-estima, ou os capacitem do ponto de vista técnico e científico (...) na condição de isca ou imagem publicitária.” (ARANTES, 2000, p.47)

A busca obsessiva de crescimento relegou a segundo plano a orientação e o controle da expansão urbana. Foi então que, mundialmente, a legislação ambiental começou a tomar forma, em parte pelo aumento acelerado da necessidade, em parte porque administradores/empreendedores começaram a utilizar a natureza como valor agregado. Para dar corpo a esta crença economicista da possibilidade de expansão contínua da atividade (ou seja, do consumo), relata Arantes, veio dos Estados Unidos a fórmula da “revitalização urbana”, acompanhada de expressões de efeito como ‘parceria’ entre setor público e iniciativa privada, encarregada por sua vez de ‘alavancar’ investimentos privados com fundos públicos. Tais investimentos englobaram, inclusive, a cultura e o espetáculo. Estes foram expropriados do popular, perdendo seu contexto festivo ou revolucionário, e tornaram-se também instrumentos de controle social (Hall⁵⁴ e Harvey⁵⁵ apud ARANTES, 2000, p.22).

O projeto europeu-americano de cidade foi febrilmente exportado. Cidades de países em desenvolvimento adotaram reflexos pálidos e parciais desse espetáculo sedutor. No Brasil, em um re-impulso no processo anterior de urbanização, uma nova elite financeira apropriou-se efetivamente da grande cidade e de sua estruturação, e também dos mecanismos de controle e utilização sobre os subúrbios e as cidades periféricas. Entretanto, há um ponto a destacar: o que, efetivamente, tem valor na cidade, e é oferecido por esta como mercadoria? A terra.

⁵⁴ HALL, Peter. *Cidades do amanhã*. São Paulo, Perspectiva, 1995.

⁵⁵ HARVEY, David. *A condição pós-moderna*. São Paulo, Loyola, 1992.

“Embora se saiba que as cidades modernas sempre estiveram associadas à divisão social do trabalho e à acumulação capitalista, que a exploração da propriedade do solo não seja um fato novo, (...) há algo novo a registrar nessa fase do capitalismo em que as cidades passaram elas mesmas a ser geridas e consumidas como mercadorias (...) a cidade-negócio está ancorada numa pseudomercadoria, o solo, um outro nome para a natureza, que aliás não foi produzida pelo homem, muito menos para ser vendida num mercado, [tese que] nada mais é portanto do que uma explicitação da contradição recorrente entre o valor de uso que o lugar representa para os seus habitantes e o valor de troca com que ele se apresenta para aqueles interessados em extrair dele um benefício econômico qualquer.” (ARANTES, 2000, p.26)

Este modelo generalizou-se com a retomada da hegemonia americana, a chamada globalização. Mais uma vez, com nova nomenclatura, setores do espaço urbano foram privilegiados com melhoramentos, ou “revitalizados”, para servir aos que têm condições de acessar tais melhorias, reduzindo no lado oposto da balança os padrões de outros setores da mesma cidade. Em mecanismo semelhante, reduziram-se também os padrões de cidades menos importantes, ou menores, muitas das quais assumiram funções subsidiárias a serviço da cidade-mãe. Quem “faz” a cidade, explicita Arantes, são as grandes empresas com as mediações de praxe, buscando a meta ideal de planificar tudo o que lhes interessa, processo definido pela autora como apropriação do espaço legitimada pelo *upgrading* cultural (em Maricá, tal coordenação guarda sua correspondência: em vez de megaincorporadoras multinacionais, atuam com interesses comuns os setores imobiliário e de transporte, cabendo aos demais setores importância menor na economia).

É gerada, segundo Arantes, uma disputa inédita por crescimento, numa situação “de mobilização competitiva permanente para a batalha de soma zero com as cidades concorrentes”. A meta “crescimento” é apresentada como garantia de geração de empregos, e tal competição faz de cada cidade uma nova pátria, como caracteriza VAINER (2000, p.105-119). Movimentos de cooperação regional têm sido buscados no Brasil, enquanto a competição entre os municípios é contraditória. Se cada cidade tentar fazer a si mesma independentemente, atrair investimentos privados como parte da gestão pública, tornando-se uma pátria soberana dentro de um país, e relegar seu planejamento a segundo plano (principalmente envolvendo legislação e recursos socioambientais), estará na certa inventando uma solução e um problema: caso obtenha sucesso, e como a cidade não é um feudo murado, atrairá novos moradores e usuários desejosos de usufruir de seus empregos, ou segurança, ou ambiente despoluído, ou vagas em escolas, hospitais, e assim por diante, o que logo tornará seus novos recursos insuficientes.

A aposta no crescimento econômico oculta que todo o crescimento verificado no Brasil contemporâneo fez aumentar o PIB na proporção do aumento da concentração de renda, e geralmente vem acompanhado de danos ambientais. Embora as políticas nas várias esferas (federal, estaduais e municipais) e correntes partidárias tenham perseguido o crescimento, diversos autores contestam a validade da teoria de que este caminho contenha alguma solução social e ambiental. O autor-pesquisador tende a concordar com a idéia de que o crescimento econômico, longe de ser uma panacéia, acarreta danos ambientais e não resolve o social. A possibilidade de um crescimento contínuo e ao mesmo tempo sustentável do consumo é uma hipótese não comprovada, e não há garantias de que o crescimento trará distribuição de renda. Alier é enfático nesta contestação:

“Como se pode aliviar a pobreza? Mediante a redistribuição, ou mediante o crescimento econômico geral, tal como sustenta o Informe Brundtland? Nesta seção argumentamos que uma estratégia para aliviar a pobreza que se baseie na esperança de crescimento econômico pode ser contraproducente, pois faz com que se dêem pequenos valores atuais aos benefícios futuros e, portanto, leva a mais esgotamento de recursos e a mais contaminação, comprometendo o bem-estar futuro. (...) Quanto mais recursos se utilizem agora, menos haverá no futuro, porém, para a economia ortodoxa, isto simplesmente não pode ser aceito (...) supõe-se que as inovações técnicas suprirão a escassez de recursos naturais (...) exigimos a evidência de que a mudança tecnológica poderá fazer frente ao esgotamento dos recursos e à inserção dois poluentes”. (ALIER, 1998, p.138-139).

Entretanto, se as cidades detém o território e o administram como empresas, será que são as próprias empresas que, sem mandato para tal, determinam de fato a administração das cidades? Segundo Vainer, a analogia cidade-empresa “desliza, suave e sutilmente, para uma analogia cidade-empresários”, novos coronéis de vilas cuja “natureza mercantil e empresarial instaura o poder de uma nova lógica, com a qual se pretende legimitar a apropriação direta dos instrumentos de poder público por grupos empresariais privados” (VAINER, 2000, p.89). Segundo Milton Santos, existe uma administração solidária das mudanças em plano mundial, graças à mundialização capitalista. “A administração da solidariedade, seja como colaboração entre países e firmas ou como nova forma de dependência, é um dado fundamental no entendimento do que se passa, sobretudo nos países subdesenvolvidos”. Ressalta o autor que “as mutações urbanas a que assistimos (...) aparecem como parte das mutações concomitantes da sociedade e do espaço” (SANTOS, 1991, p. 76-77).

Maricá, pois, sofre os efeitos dessa expansão altamente desigual da rede de cidades, processo que vem da colônia e multiplica-se em gravidade com o acelerado desenvolvimento das últimas décadas. Esta polarização, hierárquica, desregula as condições de trabalho e de ocupação do solo na cidade periférica; relega as questões de injustiça social e danos ambientais, que no máximo são minimizadas por políticas públicas compensatórias, se tanto. O modelo, que nada tem de novo, traz de fato modernização, mas não desenvolvimento. Não pensa numa ecologia do desenvolvimento, e pratica de fato um crescimento insustentado, porque gera enriquecimentos mas não protege o meio ambiente nem reduz a pobreza, além de não equilibrar as demandas da população com os recursos naturais e tecnológicos.

2.3 Contexto Local – A Função Periurbana de Maricá

A dependência de Maricá com Niterói e Rio de Janeiro é basicamente uma questão de mercado. Segundo Francisco Oliveira, citado por Maricato, “o mercado é entendido como o lugar onde você exercita o seu direito e a sua capacidade de escolha. A periferia não formou mercados e portanto não formou o lugar da autonomia” (Oliveira⁵⁶ apud MARICATO, 2000, p.121). Entre os fatores históricos causadores desta relação com a metrópole estão o direcionamento dado à economia local, a interferência privada nas ações e orientações políticas do Município, e a oscilante participação regional de Maricá. Embora, em alguns casos, tente atuar enquanto município turístico da Região dos Lagos, não chegou, de fato, a livrar-se de uma função predominantemente periurbana.

Enquanto a grande cidade assiste à formação de conglomerados empresariais, Maricá convive com a sucessão familiar dentro do poder econômico. Atividades públicas e privadas são muitas vezes financiadas por pequeno grupo de empresários – dos quais depende, por exemplo, o patrocínio de eventos populares e dos meios de comunicação. A cidade, através de seus agentes hegemônicos, tomou a decisão de adotar um crescimento não-planificado, baseado em loteamentos não fiscalizados, e no qual a arrecadação própria do município passou a depender em grande parte de impostos prediais e territoriais. E, como acontece na maioria das cidades brasileiras, depende principalmente de

⁵⁶ OLIVEIRA, F., em entrevista à Revista Vintém. São Paulo, Editora Hedra, ano 2. n.º 3, 2000.

financiamentos externos, compondo seu orçamento prioritariamente com os repasses de verbas federais, conforme demonstram alguns dados do capítulo 3.

A associação entre os setores imobiliário e de transporte tornou desinteressante a adoção, em proporção significativa, de programas de geração de trabalho e renda localizados no próprio município. Não existem também programas indiretamente associados, como incentivos para atração de atividades econômicas, benefício tributário relativo ao IPTU ou ao ISS, doação de terras, fornecimento de infra-estrutura, distrito industrial⁵⁷. A municipalidade beneficia-se da arrecadação gerada pelo acréscimo de população residente e pelo turismo de veraneio, mas desconhece estatisticamente a participação do setor de turismo na economia local⁵⁸ e não tem controle sobre as conseqüências do aumento na densidade demográfica, que cresce com planificação mínima.

Desde os tempos da cultura da cana-de-açúcar, a produção desenvolvida na região visava algum mercado externo. Eduardo Figueiredo narra o que considerava “uma aberração inacreditável” que acontecia nos anos 1600, quando “em Maricá criava-se elevado número de suínos e vacas leiteiras, porém consumia-se em quantidade toucinho, queijo e manteiga vindos de Minas Gerais via Rio de Janeiro a preços elevados” (FIGUEIREDO, 1953, p.28). Segundo Limonad, “as cidades e vilas do território do atual estado configuravam-se como entrepostos de troca de mulas no caminho das Geraes ou como aldeamentos jesuítas”. O ciclo do café veio intensificar os negócios entre o interior fluminense e a metrópole, com exceção de Campos, que teve recursos para manter-se no comércio do açúcar, modernizando sua produção, e adquiriu maior independência devido à “fragilidade dos meios de comunicação com o Rio de Janeiro”, que fez da cidade “o centro regional mais importante da província depois da capital” (LIMONAD, 1996, p.76).

Maricá, enquanto isso, vivenciava o que pode ser classificado como um isolamento pobre. Com o fim do ciclo do açúcar, verificou-se “a desagregação de muitas das grandes propriedades” e o surgimento, “com a máxima intensidade, (...) da pequena lavoura, passando os lavradores do município a abastecer, em grande escala, de legumes e frutas os mercados de Niterói e Distrito Federal” (FIGUEIREDO, 1953, p.30). “Com isto, Maricá entra mais diretamente na área de influência da Cidade do Rio de Janeiro, não somente pela colocação de seus produtos neste mercado, mas também porque o café destinado à exportação escoava por este porto e era o elemento sustentador da economia municipal” (MARTINS, 1986, p.11).

⁵⁷ IBGE, Pesquisa de Informações Básicas Municipais, 2001.

⁵⁸ Informação prestada pela Secretaria de Turismo.

Se ao narrar a visita de Maximiliano de Wied-Neuwied a Maricá, ocorrida em 1815, Lamego chamou de “gente das areias” a população que o príncipe encontrou – detectando um isolamento que a teria mantido entorpecida e quase inalterada ao longo do tempo em torno de suas lagunas –, quando da segunda edição da obra (1974) afirmava o mesmo autor que Maricá estava progredindo. Lamego via garantia de maior desenvolvimento, graças à estrada de ferro e à venda de pescado para o centro consumidor da Guanabara:

“Atualmente Maricá progride. Em seu núcleo urbano elevam-se construções modernas em bons arruamentos. Dos municípios das lagunas tem este a vantagem geográfica de estar próximo ao grande centro consumidor e expansivo da Guanabara, e só isto lhe basta para a garantia de um progresso imediato, já visível parcialmente em suas grandes pescarias que notabilizam o nome da laguna.” (LAMEGO, 1974, p. 143)

Figueiredo ressalta a opção pelo rodoviário feita na ocasião, destarte o tremendo esforço do grupo de maricaenses que, após cinco anos de empresa, viram pouco recompensados seus grandes sacrifícios. O autor resume a história da ferrovia, uma conquista histórica para o município: “Com o embargo oposto, em Alcântara, à travessia da linha da Companhia Cantagalo (Leopoldina Railway), começaram a trafegar somente dessa localidade em diante, sendo inaugurado o trecho entre Alcântara e Rio do Ouro (...) em 25 de novembro de 1888”. Era uma grande conquista, mas não resolvia o problema. Um ano depois, em 1889, inauguraram o trecho de Itapeba; o percurso até a estação Maricá, no Centro, só foi inaugurado em 1894, e a ligação até Manoel Ribeiro, “decorridos sete longos anos”, em 1901. Depois disso, descreveu Figueiredo:

“(...) por aí ficaria (...) se o governo de Nilo Peçanha não lhe desse o grande impacto que deu até Iguaba Grande, em Araruama, e não conseguisse ultrapassar os trilhos da Leopoldina, levando as suas linhas até o litoral, construindo a Estação de Neves. É preciso notar, entretanto, que de há muito havia periclitado o capital do grupo organizador, tendo passado a auspiciosa empresa para a administração de uma companhia belga, que depois foi transferida para uma outra de nacionalidade francesa, ‘Com. Générale ax. Chemins de Fer’. O resto de sua história é assaz recente: a encampação operada pelo Governo da República, em 1933, sendo logo prolongados os seus trilhos até Cabo Frio, e operada a sua *entrosagem* com a Central do Brasil, tornando agora o ritmo natural e o encaminhamento desejado para a sua verdadeira finalidade” (FIGUEIREDO, 1953, p. 36 e 37) [sem grifo no original]

Segundo análise anterior de Figueiredo, a ferrovia não alcançou o movimento projetado porque teria faltado aos construtores verdadeira noção da eficiência econômica das vias férreas para transportes de pequenos percursos, nos quais seriam mais adequados os caminhões. Torres⁵⁹ apud FIGUEIREDO (1953, p.36) defende que as estradas de ferro estimulam a exploração extensiva, por exigirem grande quantidade produtiva, em vez de simplesmente promover circulação e distribuição econômica dos excessos e produtos naturais de pequenos núcleos. A ferrovia foi desativada em 1964. Entretanto, o trabalho anterior operado pela ferrovia e a melhoria da condição da acessibilidade das rodovias interromperam o isolamento de Maricá e integraram o município à área de influência de Niterói e Rio de Janeiro, principalmente através da venda de pescado. Na época, assim como fizera Lamego, Figueiredo previa crescimento para o município:

“Esses empreendimentos estão consubstanciados no eficaz programa de saneamento geral, execução do importante plano rodoviário e demais problemas correlatos. Se o Município de Maricá, que vivera mais de três séculos de absorvente marasmo, cercado de serras quase intransponíveis, na agonia latente dessa enervante estagnação, vê-se agora envolvido nessa onda de progresso, donde ressurgirá, muito em breve, ocupando o lugar que o destino lhe traçou.” (FIGUEIREDO, 1953, p.37)

Contudo, mesmo com a retificação e asfaltamento da estrada, não teve Maricá o progresso previsto e duradouro como município produtor, mas, inversamente, redirecionou-se no sentido de manter uma condição de crescente dependência da metrópole. Existe uma relação direta entre a melhoria do sistema de transportes e a urbanização/ocupação de Maricá por uma classe média urbana recém-formada. A Rodovia Amaral Peixoto não passa pelo Centro de Maricá. O Centro, recentemente, é que se expandiu até a estrada. Segundo Martins, inicialmente Maricá representava uma passagem para quem se dirigia a Saquarema, Araruama ou Cabo Frio pela RJ-106. A ocupação de Maricá, conforme descrito no capítulo 3, deu-se posteriormente, por uma população de menor poder aquisitivo (MARTINS, 1986, p.46).

A relação entre o cidadão e os poderes constituídos é mediada por leis e, principalmente, pela aplicação ou não destas leis. Maricato chama atenção para “o descolamento entre as matrizes que fundamentaram o planejamento e legislação urbanos, no Brasil, e a realidade socioambiental de nossas cidades, em especial o crescimento da

⁵⁹ TORRES, Alberto. *Organização Nacional*, 1914, p.221.

ocupação ilegal e das favelas”. Segundo a autora, “o urbanismo brasileiro (entendido aqui como planejamento e regulação urbanística) não tem comprometimento com a realidade concreta, mas com uma ordem que diz respeito a uma parte da cidade, apenas” (MARICATO, 2000, p.121-123). O recente arcabouço jurídico ambiental brasileiro é emanado da Constituição Federal de 1988 e regulado por leis, resoluções e decretos onde as esferas, da federal à municipal, devem relacionar-se respeitando a hierarquia da lei maior, a partir da Política Nacional do Meio Ambiente definida na Lei Federal nº 6.938/81. A legislação estadual ou municipal pode determinar maiores exigências, nunca menores.

Colocam-se, portanto, três questões por vezes conflitantes: se a legislação existente é adequada à realidade; se é aplicada, e de que forma; se existe respeito à hierarquia legal. Nem sempre a aplicação de leis federais é garantida pelos códigos municipais ou pelos planos diretores, muitos deles defasados. O Plano Diretor de Maricá data de 1984. Uma tentativa de atualizá-lo foi feita em 1995, mas o projeto não foi aprovado. A Lei Orgânica, intitulada Constituição do Município de Maricá, foi promulgada em 5 de abril de 1990. Tais questões tornam-se ainda mais cruciais num momento em que o país procura caminhar para o fortalecimento dos municípios.

As tentativas de regulação do espaço passam por diversos tipos de legislação, desde códigos federais a leis municipais. Nesta categoria incluem-se ainda os planos diretores, de desenvolvimento etc. Estatutos supralegais, como o recente Estatuto da Cidade, formam corpos jurídicos que procuram agrupar as possibilidades legais e concentrar esforços em sua aplicação, visando a determinados objetivos comuns. Outros tipos de estatutos têm função legislativa e formadora da função de cada município nos contextos regional e estadual. O Estatuto da Cidade (Lei Federal n. 10.257, de 10 de julho de 2001), enquanto regimento diretamente emanado da Constituição em vigor, cumpre neste momento um papel regulador de grande parte dos demais corpos jurídicos, pois procura colocar em prática as leis maiores que regem temas como a propriedade, a sustentabilidade, a preocupação social, os estudos de impacto ambiental, o planejamento municipal, a gestão democrática das cidades, entre outros.

Entre os instrumentos previstos no Estatuto da Cidade estão as operações urbanas consorciadas, conforme estabelece a Seção X da Lei 10.257:

Art. 32. Lei municipal específica, baseada no plano diretor, poderá delimitar área para aplicação de operações consorciadas.

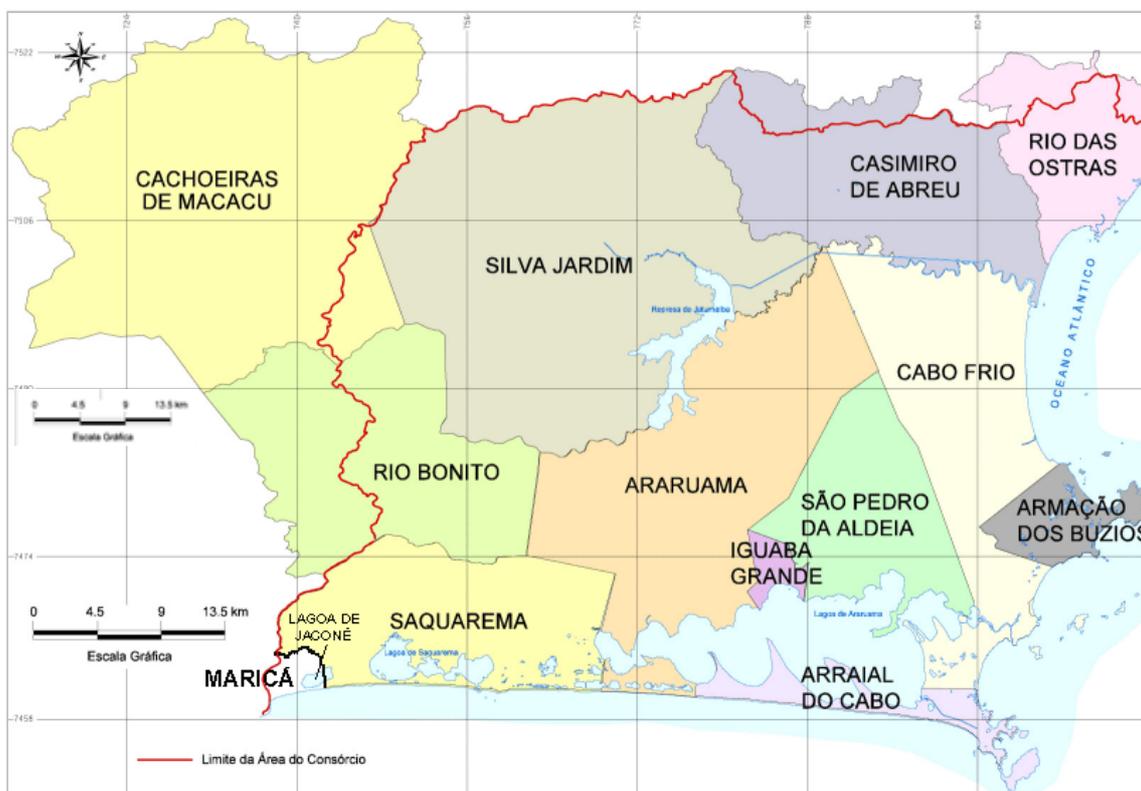
§ 1º Considera-se operação urbana consorciada o conjunto de intervenções e medidas coordenadas pelo Poder Público municipal, com a participação dos proprietários, moradores, usuários permanentes e investidores privados, com o objetivo de alcançar em uma área transformações urbanísticas estruturais, melhorias sociais e a valorização ambiental.

Art. 33. Da lei específica que aprovar a operação urbana consorciada constará o plano de operação urbana consorciada (...).

§ 2º A partir da aprovação da lei específica de que trata o caput, são nulas as licenças e autorizações a cargo do Poder Público municipal expedidas em desacordo com o plano de operação urbana consorciada.

Vale destacar o *Consórcio Intermunicipal Lagos São João*⁶⁰ (CILSJ), com sede na cidade de Araruama, que atua sobre recursos hídricos de parte da Região das Baixadas Litorâneas (MAPA 4). Maricá tem a peculiaridade de comportar nos limites do município a sua *Bacia Hidrográfica* (MAPA 5, página 63). Ambientalistas e administradores enxergam nisso uma facilidade para a criação e administração de um futuro Comitê de Bacia, mas também é verdade que haverá maior ingerência da política local sobre o meio ambiente, e risco de isolamento do Município quanto à questão hídrica, ficando sozinho na conquista de verbas.

MAPA 4. ÁREA DE ATUAÇÃO DO CONSÓRCIO SÃO JOÃO

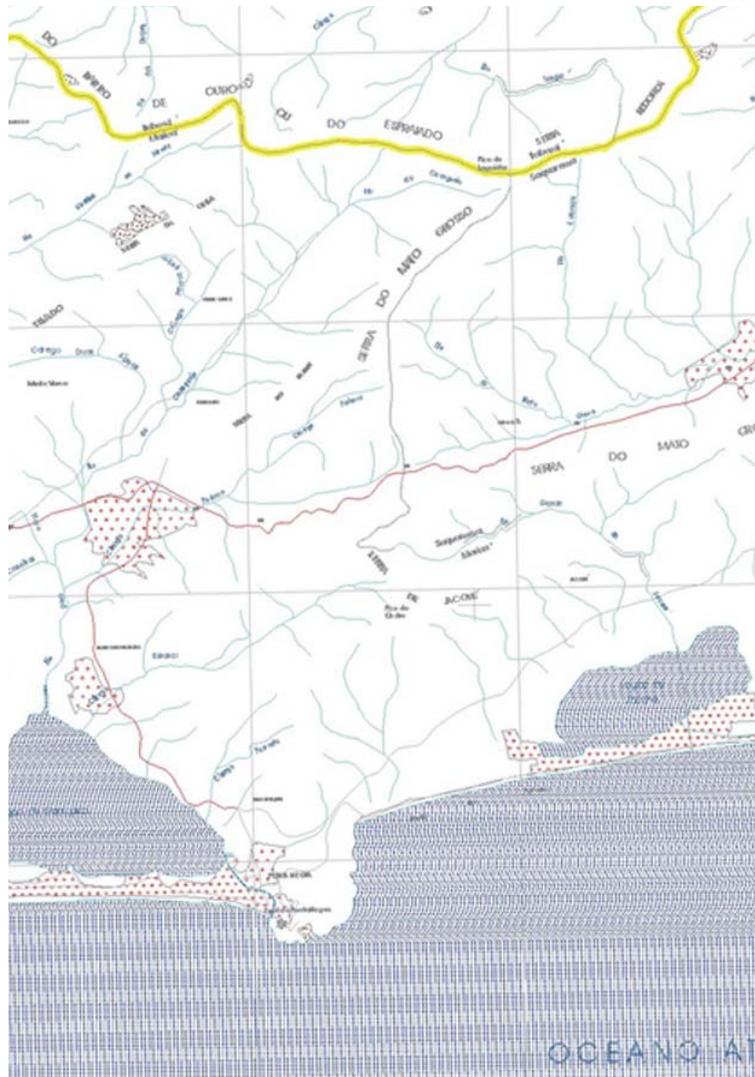


FONTE: CILSJ (ADAPTADO)

(Na área ocupada pela “Escala Gráfica” situa-se Maricá)

⁶⁰ Com a ampliação de sua área de atuação, foi rebatizado como “Consórcio Intermunicipal para Gestão Ambiental das Bacias da Região dos Lagos, do Rio São João e Zona Costeira”.

praticamente coincide com os limites do município (linha cinza, mais fina).

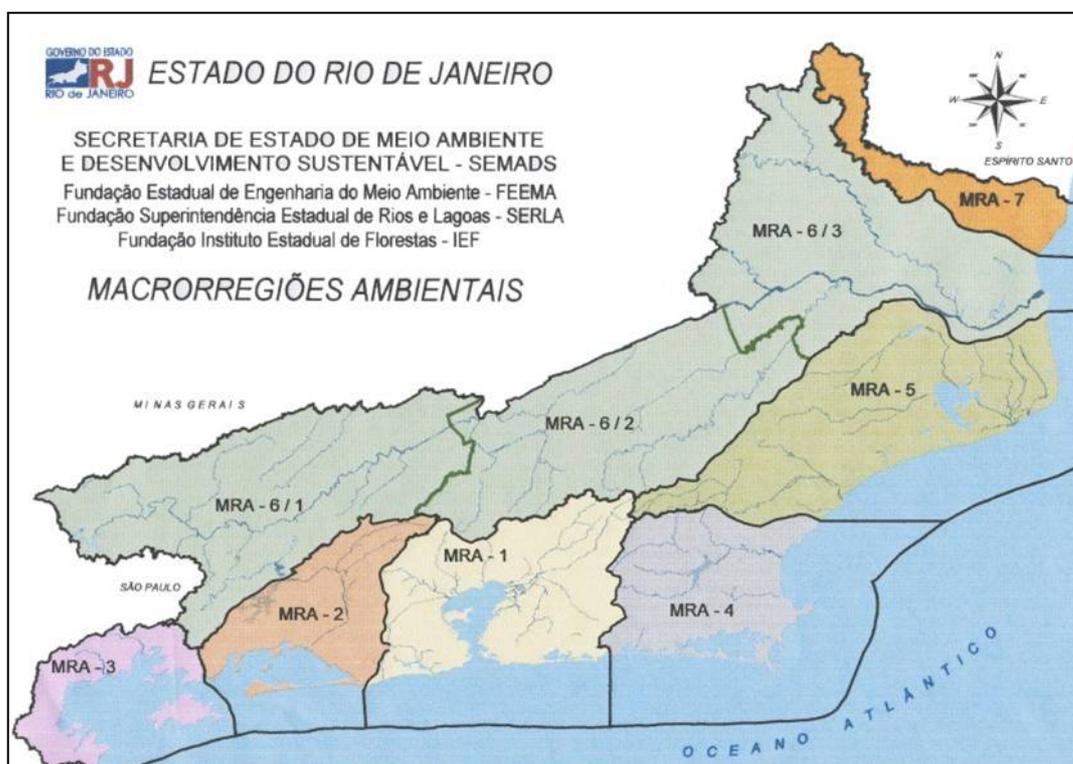


O fato de a bacia hidrográfica não se comunicar com águas de outros municípios foi visto como desvantajoso por Figueiredo, no texto incluído no Anuário Geográfico do Estado do Rio de Janeiro de 1952. Com o subtítulo de “cruel problema das vias de comunicação”, escreveu:

“Acreditamos que não haja neste Estado outro município nas condições do de Maricá, completamente isolado dos demais territórios por um especial sistema orográfico, que o circunda de um extremo a outro, deixando somente livre a única passagem na extensa faixa de restinga que acompanha o oceano. Também não tem rios provenientes de outros municípios, nem, tão pouco, para outros envia os seus. Todas as suas águas surgem no seu território e o atravessam indo lançar-se nos lagos, com destino ao mar”. (FIGUEIREDO, 1953, p.31)

Oficialmente, Maricá aderiu ao consórcio em 2003, mas isola-se naturalmente por não fazer parte da Bacia do Rio São João, um dos aglomeradores do consórcio e razão inicial de sua criação. Exceto por pequeno trecho de Maricá, o Consórcio principalmente atua na Macrorregião Ambiental 4, enquanto Maricá está incluído na MRA-1⁶¹ (MAPA 6).

MAPA 6. MACRORREGIÕES AMBIENTAIS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO



FONTE: SEMADS - FEEMA - SERLA - IEF

⁶¹ O Decreto estadual nº 26.058, de 14 de março de 2000, dividiu o território do Estado do Rio de Janeiro em sete macrorregiões ambientais, para fins de gestão ambiental. A MRA-1 é composta das Macrorregiões Ambientais da Bacia da Baía de Guanabara, das Lagoas Metropolitanas e da Zona Costeira Adjacente; a MRA-4 engloba a Bacia da Região dos Lagos, do Rio São João e Zona Costeira Adjacente.

“Oito municípios têm seu território integralmente situado na área do Consórcio, enquanto 5 têm parte de seu território nela englobada. No primeiro caso estão Saquarema, Araruama, Iguaba Grande, São Pedro da Aldeia, Arraial do Cabo, Cabo Frio, Armação de Búzios e Silva Jardim, e, no segundo, os municípios de Rio Bonito, Cachoeiras de Macacu, Casimiro de Abreu, Rio das Ostras e Maricá. Dos que tem parte de seu território parcialmente abrangido, apenas Cachoeiras de Macacu e Maricá possuem suas sedes fora da área”. (CILSJ, 2003)

De fato, Maricá integra o consórcio (do qual pouco participa) por ter em seu território parte da lagoa de Jaconé, que é isolada do complexo lagunar Maricá-Guarapina, onde deságuam exclusivamente os rios de Maricá. Em 6 de novembro de 2002, foi criada a Comissão Pró-Comitê de *Bacia*⁶² *Hydrográfica do Sistema Serrano-Lagunar Maricaense* (ver MAPA 5, página 63), bacia esta considerada completa no seu ciclo de formação e vazão. A reunião elaborou um texto provisório contendo diretrizes gerais de constituição, representação e funcionamento do futuro Comitê, para discussão e aprofundamento do processo, em continuidade quando do encerramento desta pesquisa.

Dados relativos aos mananciais existentes em Maricá são apresentados no capítulo 3. Contudo, adiante-se que a alegada questão do “isolamento hídrico” pode esconder outros interesses, a exemplo do que ocorreu com a Região Oceânica de Niterói (R.O.), que tem características físicas e humanas similares a Maricá. Por anos seguidos, a verticalização das construções foi barrada por ambientalistas graças ao expediente de se exigir consulta prévia à CEDAE sobre a capacidade de atendimento à nova demanda. A Companhia respondia a estas consultas alegando não ter capacidade de aumentar o abastecimento na região. Depois da criação da companhia Águas de Niterói, numa tendência de municipalização do setor que tende a atingir outros municípios, grande parte da Região Oceânica foi rapidamente dotada de rede geral e abastecida pelo reservatório de Laranjal. Em seguida, foi iniciado um acelerado processo de construção vertical residencial em toda a área. Este processo se refletiu, em Maricá, num reforço para a tese da falta de água: esperava-se uma solução com recursos de Laranjal, que já abastecia São Gonçalo e, tendo passado a abastecer a R.O., teria perdido a capacidade de suprir também a necessidade de Maricá. Há promessas de ampliação

⁶² “A cobrança pelo uso da água captada diretamente de mananciais por consumidores e a criação de Comitês de Bacia estão entre as principais inovações da Lei das Águas (nº 9.433/97) que instituiu a Política Nacional de Recursos Hídricos. Os Comitês de Bacia estão permitindo descentralizar a política de recursos hídricos, e inauguraram a gestão democrática das águas. São responsáveis pela fiscalização dos recursos hídricos e definição do valor a ser cobrado por cada metro cúbico de água utilizada. Cabe, ainda, aos comitês, integrados pelos diversos segmentos da sociedade, escolher onde e como as receitas serão aplicadas”. (SENADO FEDERAL, 2004)

desta estação, e não se pode abandonar a hipótese de que uma solução ampla ao estilo da R.O. esteja sendo guardada para um loteamento vertical (e abundantemente servido de água) da Barra de Maricá e demais bairros da região de praia-restinga, principalmente.

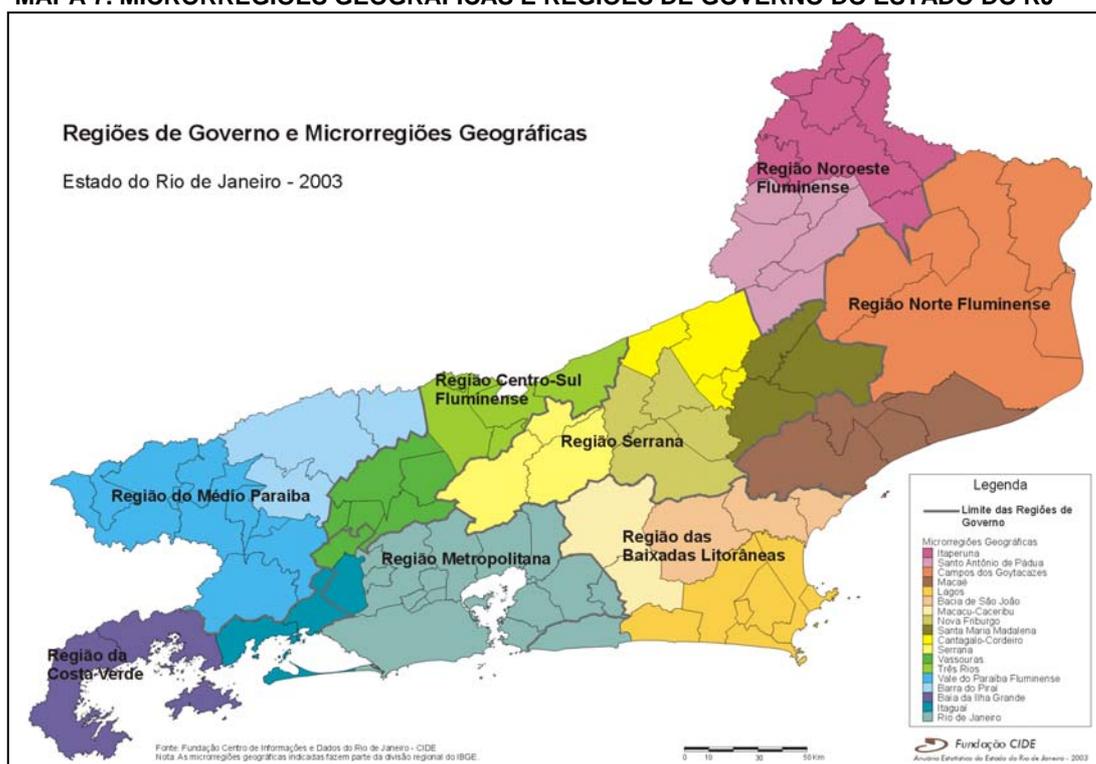
De maneira geral, e exceto pela inclusão no CILSJ, além da possibilidade aberta pela Conferência das Cidades, Maricá não tem adotado como instrumento de gestão a participação ou criação de consórcios intermunicipais. De acordo com as informações obtidas pela Pesquisa de Informações Básicas Municipais do IBGE, realizada em 2001 junto às prefeituras dos 5.560 municípios brasileiros relativamente ao tema Gestão Pública, Maricá respondeu “não” quanto à existência de todos os 14 tipos de consórcio pesquisados ⁶³. O município enfrenta grandes dificuldades em seu abastecimento de água, quanto à captação e distribuição. A solução para este problema e o da poluição da água tem sido buscada junto aos municípios do Eixo Leste Metropolitano, que determinaram a criação de um *consórcio* entre os municípios participantes, com múltiplas finalidades ligadas à vida urbana.

Maricá não tem uma clara associação regional. Situa-se ao mesmo tempo como parte da Região Metropolitana, principalmente pela proximidade geográfica; e parte da Região dos Lagos, por seu potencial turístico. Comumente, a posição que caracteriza Maricá como um *município intermediário* acaba por desfocar a política local e isolá-lo ainda mais de ambas as regiões. Grande parcela da população residente viaja diariamente ao Rio de Janeiro para trabalhar, tendo Maricá como dormitório, o que caracterizaria esta cidade enquanto parte da RMRJ. A segregação urbana dentro do município é grande, com privilégio para a ligação rodoviária intermunicipal – há mais horários de ônibus e alternativos (“vans”) nas linhas com destino a Niterói e Rio do que nas linhas municipais (ver subitem 3.2.5 Sistema Viário). Esta dupla inserção regional apresenta diversas características, e causa algumas distorções. No campo das telecomunicações, por exemplo: Maricá faz parte da região de código 21 para Discagem Direta à Distância (DDD), porém toda ligação para fora do município é cobrada como interurbana, mesmo para cidades com o mesmo código, como São Gonçalo, Niterói e Rio de Janeiro. Entre estas três cidades, a ligação telefônica tem tarifa local.

⁶³ No item “Estrutura Administrativa e Recursos para Gestão”, subitem “Consórcios Intermunicipais”, foram relacionados como não existentes em Maricá os Consórcios para: 1) aquisição e/ou uso de máquinas e equipamentos, 2) atendimento na área de educação, 3) atendimento na área de saúde, 4) coleta de lixo, 5) coleta de lixo especial, 6) coleta seletiva de lixo, 7) habitação, 8) limpeza urbana, 9) processamento de dados, 10) reciclagem de lixo, 11) remoção de entulhos, 12) serviços de abastecimento de águas, 13) serviços de esgotamento sanitário, 14) tratamento ou disposição final do lixo (IBGE, 2001).

Na atual divisão regional do Estado, segundo mesorregiões e microrregiões geográficas, Maricá insere-se na *Mesorregião Metropolitana do Rio de Janeiro*, composta por quatro microrregiões. A *Microrregião Metropolitana do Rio de Janeiro* engloba Maricá, Belford Roxo, Duque de Caxias, Guapimirim, Itaboraí, Japeri, Magé, Mesquita, Nilópolis, Niterói, Nova Iguaçu, Queimados, Rio de Janeiro, São Gonçalo, São João de Meriti e Tanguá⁶⁴. Quanto à divisão político-administrativa, segundo as regiões de governo, a legislação estadual o incluiu na *Região das Baixadas Litorâneas*, composta por Araruama, Arraial do Cabo, Búzios, Cabo Frio, Cachoeiras de Macacu, Casimiro de Abreu, Iguaba Grande, Maricá, Rio Bonito, Rio das Ostras, São Pedro da Aldeia, Saquarema e Silva Jardim⁶⁵. Observa-se, portanto, que a região de governo das Baixadas Litorâneas engloba municípios de quatro microrregiões geográficas, o que pode ser identificado no MAPA 7: Macacu-Caceribu, Lagos, Bacia de São João e Metropolitana.

MAPA 7. MICRORREGIÕES GEOGRÁFICAS E REGIÕES DE GOVERNO DO ESTADO DO RJ



FONTE: FUNDAÇÃO CIDE

⁶⁴ Completam esta Mesorregião as Microrregiões de Itaguaí (Itaguaí, Mangaratiba e Seropédica), Serrana (Petrópolis, São José do Vale do Rio Preto e Teresópolis), de Vassouras (Engenheiro Paulo de Frontin, Mendes, Miguel Pereira, Paracambi, Paty do Alferes e Vassouras), de Macacu-Caceribu (Cachoeiras de Macacu e Rio Bonito).

⁶⁵ FONTE: CIDE, Anuário Estatístico do Estado do Rio de Janeiro 2003, “Quadro 2.1 – Divisão político-administrativa, segundo as Regiões de Governo, municípios, distritos e regiões administrativas”, “Quadro 2.2 – Divisão político-administrativa, segundo as Regiões de Governo e municípios – Estado do Rio de Janeiro – 2003” e “Quadro 2.3 – Divisão regional, segundo as mesorregiões, microrregiões geográficas e municípios – Estado do Rio de Janeiro – 2003”.

No âmbito estadual, Regiões de Governo ou Regiões-Programa foram estabelecidas pela Secretaria de Estado de Planejamento e Controle a fim de orientar as ações governamentais visando o desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro. A Lei estadual nº 1.227, de 1987, aprovou o Plano de Desenvolvimento Econômico e Social 1988/1991 e estabeleceu divisões regionais. Posteriormente, várias leis complementares alteraram esta divisão, movendo municípios entre as regiões. A Lei Complementar nº 87, de 16/12/1997, além de ampliar a Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ), instituiu (Art. 2º) a Microrregião dos Lagos. A Lei Complementar nº 97, de 2/10/2001, retirou o Município de Maricá da RMRJ, incluindo-o na *Microrregião dos Lagos*, composta por mais oito municípios da Região das Baixadas Litorâneas. Desta forma, embora a Lei não explicita, Maricá passou a fazer parte da Região das Baixadas Litorâneas (ver MAPA 7, página 67).

Nas décadas de 1960 e 1970, a intensificação do sistema de transporte rodoviário culminou com a inauguração da Ponte Rio–Niterói, em 1974. Seguiram-se a fusão dos Estados do Rio de Janeiro e da Guanabara, a perda do estatuto de capital por Niterói e a criação da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ) pela Lei Complementar n. 20/74, composta pelos municípios localizados em torno da Baía e sua área de influência⁶⁶, caso de Maricá. A FUNDREM, criada pelo decreto-lei n. 14/75, foi encarregada de gerir a nova região, tendo inclusive elaborado um Plano Diretor. Com a extinção da FUNDREM, na década de 1980, o Estado ficou sem um órgão gestor metropolitano – o Estado jamais voltou a atuar com o peso de então no município de Maricá. Tampouco a região tem explorado a possibilidade de formação de consórcios intermunicipais oferecida pelo Estatuto da Cidade. Este é o objetivo da Conferência das Cidades do Eixo Leste Metropolitano do Rio de Janeiro, da qual Maricá participa.

A recente divisão regional não foi por enquanto absorvida politicamente pela região, e outras divisões e agrupamentos se superpõem de acordo com o objetivo pretendido. O órgão do governo do Estado, por exemplo, para efeito de políticas do setor turístico, criou um novo grupamento, diverso das duas regiões listadas, e agrupou sob a denominação “Costa do Sol” os municípios de Araruama, Arraial do Cabo, Barra de São João, Búzios, Cabo Frio, Casimiro de Abreu, Iguaba Grande, Macaé, Maricá, Quissamã, Rio das Ostras, São Pedro da Aldeia e Saquarema, nos quais identifica vocação turística

⁶⁶ A RMRJ era constituída de 14 municípios: Duque de Caxias, Itaboraí, Itaguaí, Magé, Mangaratiba, **Maricá**, Nilópolis, Niterói, Nova Iguaçu, Paracambi, Petrópolis, Rio de Janeiro, São Gonçalo e São João de Meriti.

semelhante⁶⁷. Em Maricá, a municipalidade trabalha por firmar a imagem do município como “portal da Região dos Lagos”, porém algumas situações prendem-no à periurbanidade de Niterói e Rio de Janeiro.

A Prefeitura lutou pela inclusão de Maricá na *Região dos Lagos*, num verdadeiro *lobby* político. Comemorou esta inclusão como uma conquista, e seus representantes (em 2003) informaram que o governo municipal quer que a cidade seja tratada como parte desta região. Em 2003, instalou na entrada da cidade um outdoor com os dizeres “Portal da Região dos Lagos”. Contudo, no mesmo ano ingressou na Conferência das Cidades do *Eixo Leste Metropolitano do Rio de Janeiro* (MAPA 8). Este encontro regional faz parte do processo preparatório da Conferência Nacional das Cidades, proposta pelo Ministério das Cidades com o objetivo de se pensar políticas integradas para os municípios brasileiros, por haver “necessidade de uma gestão partilhada de políticas setoriais (...). As nossas cidades são pensadas aos pedaços, numa fragmentação de visões que ultrapassam toda lógica e que como resultado somente contribui para o aumento das desigualdades no acesso aos direitos básicos” (SALANDIA, 2003, p.13).

MAPA 8. EIXO LESTE METROPOLITANO DO RIO DE JANEIRO



FONTE: FUNDAÇÃO CIDE (DETALHE - ADAPTADO)

⁶⁷ Fonte: Companhia de Turismo do Estado do Rio de Janeiro (TURISRIO).

De acordo com os Anais da 1ª Conferência das Cidades do Eixo Leste Metropolitano do Rio de Janeiro, a união de esforços na gestão compartilhada deve iniciar-se pela criação dos Conselhos Municipais de Política Urbana de Itaboraí, Maricá, Niterói, Rio Bonito, São Gonçalo e Tanguá, que “conduzirá o foco para a abordagem e tratamento das questões comuns fazendo com que as propostas e ações tenham convergência para o Consórcio do Eixo Leste Metropolitano⁶⁸” (BARATTA, 2003, p.29). Ao participar, ao mesmo tempo, do Consórcio São João e da Conferência do Eixo Leste, a cidade tenta romper seu “isolamento hídrico”. O relatório final da Conferência, aprovado em plenária, incluiu a proposta de se construir uma nova estação de tratamento de águas para a região, como suporte ao sistema existente, bem como municipalizar a distribuição das águas em todos os municípios (proposta n. 11). A proposta n. 58 é “ampliar os programas de despoluição em todos os municípios do Eixo Leste Metropolitano, incluindo o Município de Maricá, hoje excluído dos programas existentes por não fazer parte da Bacia da Baía de Guanabara” (Anais, 2003, p.90)⁶⁹. O ANEXO III lista os representantes de Maricá na 1ª Conferência, indicados pelos delegados do Município.

A Constituição Federal de 1988 materializou o princípio constitucional da Função Social da propriedade e da elaboração de Planos Diretores para cidades acima de 20.000 habitantes. Maricá, que atingiu 84.000 habitantes em 2002 e superou os 92.000 residentes em 2004 (de acordo com estimativas do IBGE), aproxima-se do padrão atual de cidade de porte médio, que é de 100 mil habitantes (Santos, 1991) – no atual padrão, isto acontecerá em 2005. Em 2001, o Estatuto da Cidade reafirmou o princípio das funções sociais da cidade e da propriedade urbana (Arts. 182 e 183 da Constituição) e da criação de conselhos municipais⁷⁰. Ao filiar-se à Conferência, Maricá assumiu o compromisso de adequar sua

⁶⁸ Problemas comuns à RMRJ começaram a ser rediscutidos no *Seminário Niterói Eixo 21*, denominação dada à microrregião leste metropolitana constituída por Itaboraí, Maricá, Niterói, São Gonçalo e Tanguá. Quando da realização da 1ª Conferência, a Coordenação Executiva Regional da Conferência das Cidades sugeriu a inclusão dos municípios de Rio Bonito, Guapimirim e Cachoeiras de Macacu no novo Eixo Leste. Guapimirim, apesar de fazer parte do consórcio leste, optou por participar da Conferência Regional da Baixada Fluminense, e o município de Cachoeiras de Macacu não aderiu à conferência regional.

⁶⁹ A Bacia do São João, através do Consórcio, já vem atuando na despoluição das lagoas e na questão do abastecimento, mas estas providências não atingiram Maricá.

⁷⁰ O Estatuto da Cidade “estabelece diretrizes e instrumentos (jurídicos, tributários e urbanísticos) para a política urbana, dispõe sobre procedimentos para elaboração/revisão de planos diretores e suas relações com o planejamento municipal ao incorporar as proposições e prioridades no PPA, LDO e LOA, amplia as hipóteses de obrigatoriedade do plano diretor (municípios integrantes das 16 regiões metropolitanas e das aglomerações urbanas), assegura a gestão democrática da cidade por meio de vários instrumentos, entre eles os órgãos colegiados” (BARATTA, 2003, p.28)

legislação ao Estatuto da Cidade. Ou seja, a criação de um novo plano diretor tornou-se necessária para sua permanência na Conferência.

Diante disto, e “considerando o que dispõe a Lei n. 10.257”, através do decreto municipal n. 388, de 31 de outubro de 2003, foi instituída uma Comissão Técnica para a elaboração da proposta de Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano. O texto legal admitiu que o PDU atual, por datar de 1984, “necessita ser revisado e adequado às atuais demandas e necessidades urbanísticas da cidade e da região”. O Estatuto da Cidade considera que o plano diretor é “instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana” (Cap. II, Art. 40), e que deve ser revisto a cada dez anos; o processo de elaboração e implementação do plano deve ser democratizado através de audiências públicas e debates, além de ampla publicidade.

A regulação do espaço urbano e da ocupação do solo depende da aplicação de leis às vezes confusas e nem sempre convergentes, a começar por planos diretores desatualizados. Empreendimentos mais recentes podem ter sido feitos ao largo das necessidades atuais dos municípios, como muitos loteamentos e a obra de duplicação na Rodovia Amaral Peixoto no caso estudado. “Incentivar o trabalho conjunto, por meio da formação de consórcios, da celebração de convênios ou de outras formas de cooperação já previstas legalmente, porém pouco praticadas”, podem afinar problemas legais, ou minorar os resultantes da disparidade econômica, defendem PINTO *et al* (2003) em artigo publicado na Revista de Administração Municipal, do IBAM. Segundo os autores, as demandas sociais e as dificuldades provocadas pela falta de recursos podem impedir o Município de cumprir o que dispõe a Constituição da República quanto a sua autonomia⁷¹.

A Federação brasileira, na prática, possui quatro esferas governamentais: (1) União; (2) Estados e Distrito Federal; (3) grandes e médio-grandes Municípios; (4) médio-pequenos e pequenos Municípios, afirmam os autores. “O pacto federativo que balizou a Constituição de 1988 explicitou o Município como ente federado, o que garantiu sua autonomia plena sob o ponto de vista formal” e lhe atribuiu “competência para legislar sobre assuntos de interesse local e para suplementar a legislação federal e estadual no que couber”, porém manteve a denominada “síndrome da simetria”, que “ignora a variedade da situação dos Municípios, as particularidades históricas, econômicas e culturais que influenciam sua forma de agir”. Ignora também o grau de urbanização, fatores climáticos, nível de institucionalização:

⁷¹ A Constituição de 1988 concedeu aos municípios autonomia idêntica à da União, Estados e Distrito Federal (Arts. 1º e 18). Os Arts. 29 e 30 permitiram-lhes elaborar leis orgânicas sem interferência do Estado.

“Em uma mesma região existem Municípios que, fortalecidos pelos recursos de que dispõem, resultantes de fatores extremamente variados, podem oferecer à população serviços diversificados e com alto padrão de qualidade, ao passo que em outros a carência de meios impõe a seletividade e a modéstia no que concerne à prestação de serviços que, a rigor, deveriam ser basicamente os mesmos” (PINTO et al, 2003, p.4).

A Lei Federal nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, deixa claro no art. 12 que “tanto o loteamento quanto o desmembramento não só devem seguir os padrões definidos na legislação municipal, como também submeter-se-ão ao prévio controle do município” (GOMES, 2003), somente sendo admitido o parcelamento do solo para fins urbanos “em zonas urbanas, de expansão urbana ou de urbanização específica, assim definidas pelo plano diretor ou aprovadas por Lei Municipal” (art. 3). Entretanto, muitos municípios eximem-se da fiscalização por considerar que a Lei não lhes determina esta responsabilidade.

A Lei Federal nº 9.785, que em 29 de janeiro de 1999 modificou a Lei nº 6.766, deu segurança jurídica para a população de baixa renda na aquisição de lotes ou unidades habitacionais de empreendimentos efetuados pelo Poder público, permitindo: 1) a dispensa do título de propriedade para fins de registro do parcelamento popular de área desapropriada, sendo necessário que o Poder Público já tenha judicialmente a posse do imóvel; e 2) a cessão da posse para as pessoas que adquiriram os lotes do Poder Público por instrumento particular tendo caráter de escritura pública. A cessão de posse deve ser obrigatoriamente aceita como garantia nos contratos de financiamentos habitacionais. A lei, “contudo, altera as responsabilidades e obrigações do loteador e do Poder Público quanto aos requisitos e critérios urbanísticos para a implantação de loteamentos urbanos” (JUNIOR, 2000).

Entre medidas flexibilizadoras do parcelamento do solo urbano instituídas pela lei de 1999 estão a eliminação da percentagem obrigatória de no mínimo 35% de áreas públicas destinadas para o sistema de circulação, a implantação de equipamento urbano e comunitário, bem como a espaços livres de uso público, item que, de exigido, passou a ser permitido à legislação urbanística municipal. Quanto à infra-estrutura básica para loteamentos populares, foi retirada a exigência das redes de esgoto sanitário, de energia elétrica pública e domiciliar e de vias de circulação pavimentadas ou não, tornando facultativo ou não a implantação desta infra-estrutura por parte do loteador e do Poder Público. Também foram eliminadas, pelo parágrafo único do artigo 53 da nova lei, sanções por implantação de loteamento irregular ou clandestino (sem obras e serviços) considerado de interesse público.

“Esta norma acaba na prática com a possibilidade de penalizar criminalmente os loteadores e demais agentes responsáveis pela implantação dos loteamentos clandestinos e irregulares nas cidades, [mudanças estas que] podem acarretar uma maior degradação urbano-ambiental, reduzindo ainda mais a qualidade de vida nas cidades, mediante a expansão de loteamentos sem condições básicas de infraestrutura”. (JUNIOR, 2000)

Contrários a detalhamentos feitos pela Lei 9.785, a Constituição Federal de 1988 e o Estatuto das Cidades, de 2001, buscam levar o ordenamento da ocupação do solo às cidades brasileiras. As Prefeituras Municipais, segundo o art. 37 das leis 6.766/9.785, poderão promover a notificação do loteador que vender ou prometer vender parcela de loteamento ou desmembramento não registrado; o art. 40 estabelece que “*poderá* regularizar loteamento ou desmembramento não autorizado ou executado sem observância das determinações do ato administrativo de licença” – ou seja, clandestinos ou irregulares [sem grifo no original]. Embora a lei tenha optado pelo termo “poderá”, a Constituição Federal de 1988 deixa clara sua função fiscalizadora quando, no art. 30, estabelece entre as competências dos municípios “promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano”, devendo “legislar sobre assuntos de interesse local” e “suplementar a legislação federal e a estadual no que couber”.

“Algumas de nossas Cortes têm adotado o entendimento de que não está ali prevista mera faculdade aos agentes municipais, mas sim aquilo que a doutrina costuma tratar como poder-dever da Administração Pública. Ou seja, há verdadeira obrigação de fazer, a partir de poder especial conferido à autoridade administrativa. [Em recursos] apreciados pelo STJ⁷² tem-se explicitada a obrigação municipal. Entendemos como correta essa posição. No seu poder-dever de promover o desenvolvimento urbano, o Governo Municipal realmente não pode deixar a ilegalidade perpetuar-se. Isso nada mais seria do que fugir da atribuição constitucional”. (GOMES, 2003, p.50)

Tem força de lei a Resolução nº 001 do CONAMA⁷³, de 1986, que determina a realização de Avaliação de Impacto Ambiental no licenciamento de atividades modificadoras do meio ambiente tais como “projetos urbanísticos, acima de 100ha. ou em áreas consideradas de relevante interesse ambiental a critério da SEMA e dos órgãos municipais e estaduais competentes”. Contudo, os loteamentos estabelecidos de forma

⁷² Superior Tribunal de Justiça.

⁷³ Conselho Nacional do Meio Ambiente.

irregular ou em locais de preservação valem-se do *estatuto do fato consumado*, a não ser que se admitisse despejar os moradores ou expropriar os donos dos terrenos. Entretanto, medidas legais compensatórias, entre as quais pode-se citar o ajuste de conduta, poderiam ser aplicadas quando o dano estiver praticado, e de forma que desestimule mais ilegalidade. Segundo parecer,

“(…) o desfazimento completo do empreendimento não é remédio único. Sendo passível de aproveitamento dentro da lei e havendo interesse público na urbanização daquela área. Pecaria contra a razoabilidade a destruição completa daquilo já feito, se os equívocos forem corrigíveis. Em último caso, se não houver solução exequível pelas pessoas envolvidas, cumprirá ao Município assumir a realização das medidas necessárias para legalização, devendo se ressarcir, sempre que possível, dos beneficiados por sua intervenção, prioritariamente voltando-se contra o parcelador”. (GOMES, 2003, p.50)

Há muitos terrenos abandonados em Maricá, e a Prefeitura Municipal alega não ter fiscais suficientes para garantir que os proprietários dos terrenos mantenham-nos em acordo com os códigos de obras e de posturas. Muitos lotes não têm muros nem são limpos, nem a vizinhança conhece os proprietários, que pouco aparecem. Posses acontecem sem que venham a saber de imediato. Segundo as Secretarias Municipais de Fazenda, Governo, Infra-Estrutura Urbana e Turismo, pedidos recentes de licenciamento têm sido concedidos mediante cumprimento rigoroso da lei de parcelamento do solo urbano. A Prefeitura informou que apenas condomínios dotados de infra-estrutura estão sendo aprovados, e não mais os loteamentos feitos anteriormente sem infra-estrutura. Contudo, a lei não faz distinção entre condomínio e loteamento. O Capítulo I da Lei 6.766/1979, nos arts. 4 e 5, considera lote o terreno servido de infra-estrutura básica, ou seja, dos “equipamentos urbanos de escoamento das águas pluviais, iluminação pública, redes de esgoto sanitário e abastecimento de água potável, e de energia elétrica pública e domiciliar e as vias de circulação pavimentadas ou não”. O Capítulo II, art. 4, estabelece que o loteamento tenha como requisito áreas destinadas a sistema de circulação, equipamentos urbano e comunitários e espaços livres de uso público em proporções previstas na própria lei e na legislação municipal, inclusive com faixas *Non Aedificandi*.

Com este rigor maior, a Prefeitura busca realmente evitar uma possível favelização no município, como consequência do atual *boom* migratório. O processo de adquirir terras que logo seriam valorizadas a partir de infra-estrutura fornecida pelo poder público, verificada em décadas anteriores em outros municípios, não aconteceu em Maricá. A oferta

de terrenos sem infra-estrutura não impediu que fossem comprados por pessoas de variado poder aquisitivo, que assumiam conscientemente o ônus de providenciar os próprios recursos, processo que será mais bem descrito no capítulo 3. Finalmente obrigados a cumprir a legislação, novos incorporadores acrescentam ao preço dos lotes o custo das áreas preservadas, e o que deveria ser cumprimento da lei tornou-se *ferramenta de vendas*. O valor agregado pela natureza e pela tranquilidade traduz-se já no nome dos condomínios, compostos por palavras como chácara, fazenda ou sítio (alguns realmente eram chácaras, fazendas e sítios antes de loteados), e ainda amendoeiras, azul, cajueiros, chácara, coqueiros, éden, esperança, estâncias, eucaliptos, fazenda, fazendinha, granja, jardim, lago, lagunas, mangueiras, mar, palmeiras, paraíso, parque, pássaros, pedra, recanto, remanso, rincão, sítio, sol, solar, sossego, vale, verde, entre outras.

O Decreto Municipal n. 387, de 29 de outubro de 2003, que aprovou a planilha de valores para a cobrança de IPTU do exercício de 2004, manteve os valores cobrados em 2003. Um total de 264 loteamentos é listado no Anexo I do Decreto, “Planta de Valores por Valor do Metro Quadrado”. A precariedade de algumas moradias que não ficam em condomínios é evidenciada pela leitura da alínea a, item IV do Anexo I, segundo a qual “o valor venal do imóvel será decrescido de 10% se o logradouro for sujeito a inundação”. Não existe quantificação das carências habitacionais do município, nem das deficiências das moradias. Os dados mais recentes são de 1991, quando o IBGE contabilizou 9.091 domicílios com inadequação por carência de infra-estrutura, e 1.943 com deficiência de infra-estrutura, num universo de 12.022 domicílios. Informações prestadas pela Prefeitura (IBGE, 2001) são contraditórias. A existência de favelas ou assemelhados é admitida, mas não a de loteamentos clandestinos ou irregulares. Por consequência, não existe cadastro de lotes clandestinos ou irregulares. Contudo, também não existe cadastro de favelas ou assemelhados. Quanto à existência de cortiços, a Prefeitura relatou não saber informar.

Moradores relatam diversos casos de áreas inteiras verdadeiramente invadidas por grupos estimulados por políticos, que às vésperas de eleições diziam-lhes poder apossar-se de determinado local e que a situação já estaria “arranjada”. Até décadas depois, estas áreas ainda são ocupadas pelas mesmas pessoas, ou por sucessores que compraram suas posses. Estas, por não terem o título de propriedade correspondente, atingem preços inferiores aos do mercado oficial. Em outra situação, bairros inteiros em área de restinga servem de moradia a pescadores, cujo direito às terras que ocupam foi reconhecido pela Lei Estadual n. 3.192, de 15 de março de 1999, com base no § 3º do art. 257 da Constituição do Estado do Rio de

Janeiro. Segundo a lei, “fica o Poder Executivo autorizado a reconhecer o direito real de uso sobre a propriedade aos pescadores artesanais que estejam ocupando suas terras, bem como a emitir-lhes os títulos respectivos e assumir, junto ao órgãos federais competentes, a regularização da ocupação, sem ônus para os pescadores” (art. 1). Por pescadores artesanais, a lei define aqueles que tiverem a pesca como atividade principal para sua subsistência, podendo possuir embarcação de no máximo 8 metros de comprimento⁷⁴.

Aos pescadores, evidentemente, interessa continuar morando junto às margens das lagoas e às praias. Contudo, para aqueles que não dependem da pesca para sobreviver, a concessão de títulos tem-se configurado nacionalmente como política de desalojamento. O título, desacompanhado de emprego e de efetiva inclusão social, confere ao novo proprietário um súbito “enriquecimento”, seguido da imediata venda da propriedade. Na prática, a simples concessão de títulos funciona como desapropriação e transferência de terras para as classes médias. De maneira geral, a valorização do solo expulsa rapidamente os antigos moradores de suas terras, e não se paga muito por suas habitações precárias. Logo em seguida, chega a infra-estrutura. Em Maricá, porém, os novos habitantes ocuparam áreas sem infra-estrutura nem perspectiva de solução dos problemas em curto prazo.

Outro instrumento legal e usual das prefeituras municipais está na concessão de anistias de impostos como o IPTU⁷⁵. Questões como estas costumam esconder a verdadeira situação de insolvência da população não-cidadã, já que sequer tem condições financeiras para arcar com os impostos dos próprios bens. Maricato descreve como a ilegalidade produz a segregação territorial, e esta, danos ambientais e sociais:

“(…) as anistias periódicas visando a regularização de imóveis são alimento fecundo da relação clientelista. A ilegalidade é portanto funcional – para as relações políticas arcaicas, para um mercado imobiliário restrito e especulativo, para a aplicação arbitrária da lei, de acordo com a relação de favor. Dependendo do ponto de vista, no entanto, ele é muito disfuncional: para a sustentabilidade ambiental, para as relações democráticas e mais igualitárias, para a qualidade de vida urbana, para a ampliação da cidadania. A segregação territorial e todos os corolários que a acompanham – falta de saneamento ambiental, riscos de desmoronamentos, risco de enchentes, violência – estão a ele vinculados”. (MARICATO, 2000, p.123)

⁷⁴ Quanto à regularização de parcelamentos populares informais em geral, em área de posse do poder público, a Lei n. 9.785/99 alterou o § 4º do art. 18 de Lei 6.766/99, autorizando o registro de imóveis cuja posse provisória seja do poder público expropriante. A mesma Lei garantiu que, ainda antes de terminado o procedimento expropriatório, o registro provisório do parcelamento popular possa ser feito no Registro de Imóveis (TAVARES, 2003, p.68).

⁷⁵ Em 2003, a Prefeitura de Maricá promoveu descontos no pagamento de IPTU atrasado, porém não utilizou a anistia.

Na Restinga de Maricá, contudo, embora as tentativas de obtenção de licença para loteamentos venham sendo impedidas pela ação de ambientalistas, o vazio de fiscalização tem permitido sua ocupação por moradias isoladas, desde casebres a casas luxuosas. Este movimento não só é ilegal, visto parte da área ter sido constituída em APA, como ameaça as manchas de vegetação nativa que resistem à ação antrópica. Goldstein⁷⁶ apud HOLZER & CRICHYNO (2002) verificou que a forma circular minimiza a relação perímetro x área e aumenta a chance de sobrevivência destas ilhas de vegetação original. Segundo o autor, “a tendência histórica da urbanização de dividir os parcelamentos em lotes retangulares faz com que as manchas de vegetação eventualmente preservadas sejam pequenas e sujeitas à intervenção humana”. Os autores chamam a atenção para estudos de Blouin e Connor (1985), que consideram comportamentos culturais como o de cercar ou murar os lotes. Mesmo com outros formatos de lotes, poderia haver fragmentação da mancha verde e uma grande intervenção no centro da mesma, local de encontro das cercas.

Holzer & Crichyno destacam como exemplo a tentativa de regular a ocupação humana no local pelo Plano Diretor de Maricá, elaborado pela FUNDREM em 1979, que alertava para os impactos negativos que determinados empreendimentos poderiam ter para o ecossistema local. O Plano cita o projeto de estrada litorânea Niterói – Rio das Ostras entre os empreendimentos que poderiam ter aspectos negativos para a restinga. Na época, o arquiteto M. Roberto, a cujo escritório fora encomendado um estudo, alertou para o perigo de a estrada vir acompanhada do loteamento de toda a restinga, dizendo que isto e o grande tráfego de veículos ameaçariam a preservação dos aspectos naturais da região. O Plano Diretor propunha que se proibisse a ocupação de dunas e praias e que a circulação ficasse restrita às vias já existentes. De acordo com os autores, a não observância a estes critérios tem causado problemas aos próprios ocupantes:

“Segundo o Plano Diretor, a “Zona Especial da Restinga” deveria ser objeto de um plano urbanístico detalhado, que lamentavelmente não foi implantado. (...) Implementado o Plano Diretor, que foi aprovado em dezembro de 1983, algumas medidas iniciais de salvaguarda a restinga e à orla marítima foram adotadas. Esta determinação que na orla marítima deve ser respeitada faixa estabelecida pela Regulamentação Urbanística, além das disposições existentes no Código Florestal e demais legislações aplicáveis; que: ‘será considerada como ZNAM (Zona *Non-Aedificandi* Marítima) a faixa de 50 metros ao longo do mar a partir da linha média da maré’; que ‘os projetos de urbanização na área da restinga deverão respeitar a vegetação

⁷⁶ GOLDSTEIN, E. L. *Exploration in birdland geometry*. Urban Ecology (5): 113-124, 1981.

nativa e as dunas cujas características de excepcional beleza e raridade evidenciam a necessidade de sua preservação'. Podemos ver que tanto o Plano Diretor quanto o PDU consideravam a fragilidade do ecossistema da restinga e ofereciam mecanismos para a sua preservação. No entanto nesta ZNAM, por exemplo, foram implantados quiosques, e inclusive residências, que foram destruídos por um ciclone de maio de 2001, e novamente por uma ressaca, em 2002. Os quiosques foram implantados sobre a primeira faixa de vegetação de restinga, a que fixa o solo arenoso e o protege no embate com as marés, sobre uma rua projetada, ainda que inviável de ser implantada, que se configurava como área *Non Aedificandi*. Eis o motivo de sua destruição”.

A área urbanizável de Maricá é grande. MARTINS (1986) destaca Decreto de 1975, da Câmara Municipal de Vereadores, que considerou passíveis de parcelamento 70% da superfície total, o que deixava excluída da urbanização uma área de 102 km² – o município tem hoje uma área de 363,9 km². No ano seguinte, ao criar o Plano Diretor Urbano de Maricá, a FUNDREM considerou não edificante uma área de 130 km² (faixa acima da cota de 75m acrescentada à área do complexo lacustre). Considera-se atualmente como área de preservação aquela localizada acima da cota de 50m, além do Parque Estadual da Serra da Tiririca e da APA da Restinga de Maricá.

“Pode-se notar que a verdadeira intenção do decreto da Câmara Municipal era exatamente a de deixar mais áreas livres para ação dos agentes loteadores antes da aprovação do PDU-Maricá da FUNDREM, que já se encontrava em fase de elaboração. A ação dos agentes loteadores produziu um total de 89.625.146 m² de área parcelada”.⁷⁷ (MARTINS, 1986, p.79)

Praticamente toda a área liberada e, ao menos por enquanto, comercialmente interessante de Maricá (o trecho de maior valorização vai da orla ao entorno da rodovia Amaral Peixoto) está loteada, embora nem toda tenha sido colocada à venda. Contudo, a forma como está sendo e será ocupada depende de planos diretores claros, atuais e que sejam realmente aplicados, para garantir razoabilidade na ocupação humana, com limites que garantam a preservação de áreas diversificadas, das quais dependem os próprios ocupantes.

⁷⁷ Mais 20 km² teriam sido acrescentados caso tivesse seguimento o projeto da Cidade São Bento da Lagoa, a “Cidade Feteira”.

3 ÔNUS DA EXPANSÃO POPULACIONAL MARICAENSE

Quem vai a Olinda com uma lente de aumento e procura com atenção pode encontrar em algum lugar um ponto não maior do que a cabeça de um alfinete que um pouco ampliado mostra em seu interior telhados antenas clarabóias jardins tanques, faixas através das ruas, quiosques nas praças, pistas para as corridas de cavalos.

Aquele ponto não permanece imóvel: depois de um ano, já está grande como um limão; depois, como um cogumelo; depois, como um prato de sopa. E eis que se torna uma cidade de tamanho natural, contida na primeira cidade: uma nova cidade que abre espaço em meio à primeira cidade e impele-a para fora. (Ítalo Calvino)

A população de Maricá manteve-se quase estável durante a maior parte do século XX. Durante os anos 1940, o declínio agrícola levou desemprego a toda a região, provocando um movimento migratório na direção de favelas do Rio e de Niterói, e de bairros populares de São Gonçalo e da Baixada Fluminense. Trabalhadores que não deixaram o município nesta época passaram a viver da construção civil e da extração de areia, ou ainda de uma agricultura de subsistência. Outros incorporaram-se como mão-de-obra em Niterói e São Gonçalo.

Nas décadas de 1940 e de 1950, loteamentos diversos representaram o novo uso dado à terra, mas não representaram ocupação imediata significativa. Embora a população tenha começado a aumentar, os lotes colocados à venda na ocasião só começaram a ser maciçamente ocupados a partir de 1980, conforme evidencia a TABELA 2. As totalizações de lotes autorizados apresentados neste gráfico foram feitas a partir do Cadastro municipal, cujos funcionários informaram que a listagem estaria inferior à realidade por ter havido um incêndio que destruiu parte dos registros. Além disso, não foram computados registros sem

data, problema já descrito por MARTINS (1986, p.75). Mesmo assim, a listagem é válida para estabelecimento de uma proporcionalidade comparativa década a década.

TABELA 2. COMPARAÇÃO ENTRE NÚMERO DE LOTES AUTORIZADOS E CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO RESIDENTE - 1940-2000 - MARICÁ

DÉCADA	1940	1950	1960	1970	1980	1990
LOTES APROVADOS NA DÉCADA	5.000	65.000	5.000	20.000	9.000	10.000
POPULAÇÃO AO FINAL DA DÉCADA	18.976	19.468	23.664	32.618	46.545	76.737

FONTE: CADASTRO DE IMÓVEIS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ / CENSOS IBGE

Comparadas as duas tendências (lotes e população), observa-se que as décadas de 1980 e 1990, com relativamente poucos loteamentos, apresentaram substanciais aumentos demográficos. O pico de autorização de loteamentos aconteceu na década de 1950, que bateu recordes em áreas parceladas, principalmente a do Jardim Atlântico, em Itaipuaçu, segundo maior loteamento da América Latina ⁷⁸, com uma área de 7.750.000 m² loteados entre 1943 e 1955. esta fase não foi acompanhada de elevado crescimento populacional

Na década de 1940, a modernização urbana trazida pelo Estado Novo e, em termos fluminenses, pelo governo de Amaral Peixoto, refletiu-se na abertura da Rodovia Amaral Peixoto, bem como na criação da Avenida Presidente Vargas, no município do Rio de Janeiro, e da Avenida Amaral Peixoto, em Niterói. Data desta época uma “epidemia” de avenidas Amaral Peixoto existentes até hoje em muitas cidades do Estado. Em Maricá, nesse surto “modernizador”, foi demolida a quase totalidade das construções coloniais que existiam na praça da Câmara (atual Praça Orlando de Barros Pimentel) e na Avenida Nossa Senhora do Amparo, via que liga esta praça à Estrada do Boqueirão. Na praça sobrou apenas a Câmara Municipal, hoje Casa de Cultura. Logo após este período, um grande número de loteamentos foi aprovado em Maricá, transformando rapidamente o espaço da orla das lagoas e das fazendas.

Depois do êxodo da década de 1940-1950, quando o crescimento demográfico médio foi de apenas 0,04%, a crise econômica levou retração ao mercado imobiliário nos anos 1960. Nos anos 1950, a defasagem entre loteamentos e crescimento demográfico indicava que o mercado ainda preferia cidades mais famosas, atraentes e infra-estruturadas, como Cabo Frio. Assim como atualmente, quando fazendas desativadas aguardam o bom momento de lotear, formou-se na época um estoque de terras urbanas em Maricá, sendo dada a largada

⁷⁸ O maior é o de Jardim Catarina, em São Gonçalo.

na especulação. Em 1975, fundiram-se os estados do Rio e da Guanabara; Maricá passou a compor a RMRJ; foi inaugurada a ponte Rio-Niterói, colocando Maricá a 1h20min de *distância* do Centro do Rio de ônibus, e acelerando sobremaneira o processo de parcelamento do solo seguido de ocupação. O turismo aliado ao surfe direcionou, inicialmente, um fator de atração maior para a vizinha Saquarema, também nesta década. Em 1979, a construção da pequena ponte do Boqueirão fez a ligação rodoviária da Vila à Barra por terra, estendendo o surto loteador às praias do 1º Distrito – até então, só havia acesso por barcos. A possibilidade de chegar ao mar por via terrestre a partir da Vila de Maricá, fez crescer o interesse por essas terras e impulsionou definitivamente o loteamento da região de restingas. Nos anos 1980 ocorreu nova retração do mercado; contudo, foi quando começaram a ser ocupadas as terras já vendidas. Para isso, foram fatores decisivos a possibilidade de construir uma casa própria a custo menor, numa cidade tornada relativamente próxima dos centros de oferta de emprego. A TABELA 3 compara os percentuais de aumento demográfico em Maricá e algumas cidades próximas. No decorrer deste trabalho, este mesmo conjunto de cidades, que foi denominado de **GRUPO-BASE**, será utilizado outras vezes para efeito comparativo, por reunir cidades com as quais Maricá mantém relacionamento e que pertencem às duas regiões (política e geográfica) nas quais se insere.

TABELA 3. PERCENTUAIS DE CRESCIMENTO DEMOGRÁFICO - 1970-1991 - GRUPO-BASE

MUNICÍPIOS	1970-1980 (%)	1980-1991 (%)
ARARUAMA	24	18
MARICÁ	38	43
NITERÓI	22	10
RIO DE JANEIRO	20	8
SÃO GONÇALO	43	27
SAQUAREMA	16	34

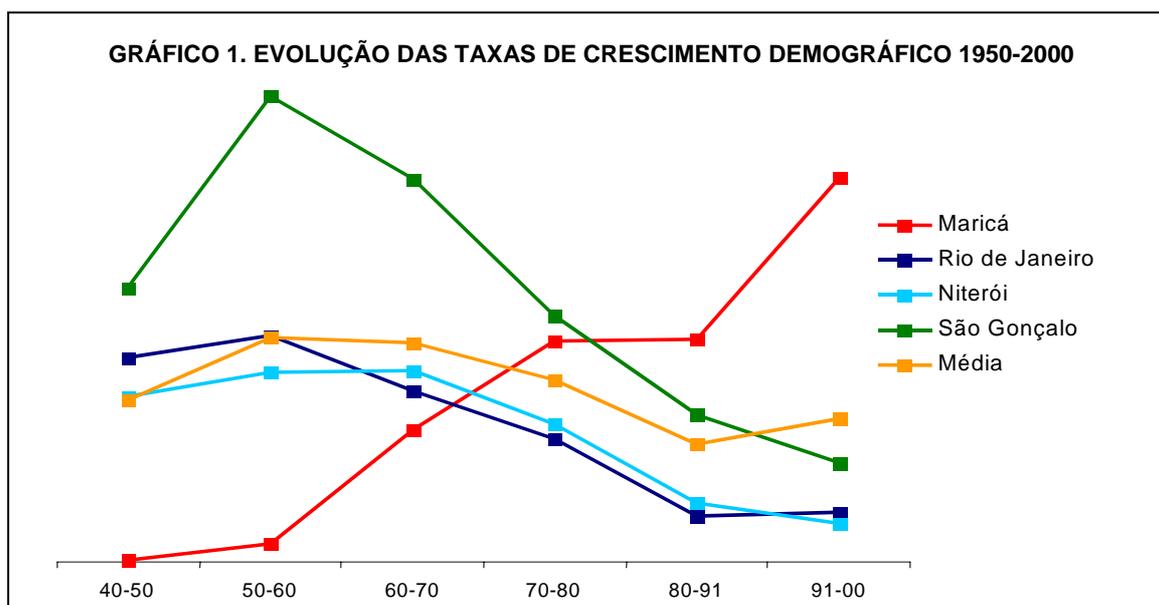
Nas últimas quatro décadas, dois fluxos vêm impulsionando o deslocamento intraestadual da população, deslocamento que, neste trabalho, é chamado genericamente de migração. O fluxo de expulsão, que afasta a população dos grandes centros, e o fluxo de atração exercido pelas cidades menores. Num primeiro momento, a RMRJ assistiu ao povoamento de municípios da Baixada Fluminense. Dentro do eixo leste metropolitano, movimento semelhante ocorreu pouco depois em direção a São Gonçalo. Nos dois casos, o motivo foi a busca de moradia barata e não muito distante do centro empregador. A

migração começou a atingir cidades menores, como Maricá, quando entraram em ação os fatores de expulsão, e novos fatores de atração além do custo da terra. Maricá passou a receber parte da migração vinda do Rio e de Niterói, e também de São Gonçalo, migração esta composta por famílias de variado poder aquisitivo.

De acordo com o IBGE (2000), as cidades de Maricá, Niterói, Rio de Janeiro e São Gonçalo, juntas, registraram entre 1991 e 2000 uma taxa média de crescimento demográfico anual de 2,13%, relativamente estabilizada neste patamar durante todo este período⁷⁹, mas com uma distribuição geográfica bastante diferenciada entre cada município: a taxa registrada em Maricá foi 2,68 vezes maior que a média dos quatro municípios. A Taxa Média Geométrica de Crescimento Anual é composta pela Taxa Líquida de Migração mais a Taxa de Crescimento Vegetativo. Dados do Censo 2000 expostos na TABELA 4 demonstram que tanto Niterói quanto Rio de Janeiro têm “perdido” população, apresentando taxas negativas de migração, e que devem as suas pequenas taxas de crescimento populacional ao crescimento vegetativo, fator que também é componente principal do adensamento demográfico de São Gonçalo. Já em Maricá, a diferença entre nascimentos e óbitos responde por pouco mais de 21% da expansão populacional.

Partindo dos percentuais verificados em 1950, o GRÁFICO 1 (página 83) mostra a evolução da Taxa de Crescimento Demográfico na segunda metade do século XX. Percebe-se que a taxa média dos quatro municípios (linha alaranjada) apresenta curva semelhante ou em parte sobreposta às das taxas de Niterói e Rio de Janeiro, diferentemente de Maricá e São Gonçalo. Segundo a Coordenação Executiva da 1ª Conferência das Cidades do Eixo Leste Metropolitano do Rio de Janeiro, estes índices demonstram “um deslocamento cada vez maior da população em busca de acesso à terra barata, ultrapassando a capacidade de investimentos destes municípios” (SALANDIA, 2003). Este mesmo conjunto de cidades tinha 3.819.852 habitantes em 1960, quando da transferência da capital federal para Brasília; 20 anos mais tarde, após a fusão e a construção da ponte Rio-Niterói, somava 6.135.793 habitantes, representando um crescimento total de 61% – no período, São Gonçalo concentrou um crescimento de 148%. Em 2000, o total atingiu 7.285.211 habitantes, um aumento de 19% desde 1980, período durante o qual a população de Maricá cresceu 135%.

⁷⁹ Estas taxas mantiveram-se relativamente estáveis de 1980 a 2000.



FONTE: CENSOS IBGE / ANUÁRIO ESTATÍSTICO CIDE-2002

TABELA 4. MÉDIAS DE CRESCIMENTO DEMOGRÁFICO 1991-2000

MUNICÍPIO	TAXA MÉDIA GEOMÉTRICA DE CRESCIMENTO ANUAL (%)	TAXA LÍQUIDA DE MIGRAÇÃO (%)
MARICÁ	5,71	4,49
NITERÓI	0,58	- 0,27
RIO DE JANEIRO	0,74	- 0,13
SÃO GONÇALO	1,49	0,28

FONTE: CENSOS IBGE

A maioria dos novos proprietários de imóveis em Maricá não é veranista. Escolheu o município como moradia pois nele encontrou casa própria barata, escola para os filhos com mensalidades acessíveis, e, para a família, uma qualidade de vida onde se confundem natureza e paz. Alguns mudam-se com intenção de instalar um negócio, outros já conheciam o município como veranistas. Em enquete realizada pela Prefeitura Municipal através de seu site oficial na Internet, quase metade dos votantes se disse atraída pela tranquilidade de Maricá. Foram apresentadas quatro respostas pré-definidas à pergunta: “Qual motivo levou você a escolher Maricá para morar?”. Os resultados foram os seguintes⁸⁰:

TRANQUILIDADE	45,66 %
QUALIDADE DE VIDA	29,03 %
BELEZA NATURAL	15,88 %
NASCI AQUI	9,43 %

⁸⁰ Posição obtida em 6/3/2004, às 10h06min, num universo de 403 votos.

O item *proximidade* não foi incluído na pesquisa da Prefeitura, porém foi citado por várias pessoas entrevistadas na pesquisa desta dissertação. Em que pese a supremacia do item *tranquilidade*, a confiança em uma cidade mais segura é menor entre os novos moradores, que levantam muros mais altos e em maior quantidade, utilizam mais os cães de guarda e algum equipamento de vigilância. A convivência que buscaram em Maricá é prejudicada por esses muros, e acaba acontecendo em quiosques, igrejas, reuniões sociais e praças públicas.

Diversas características conferem a Maricá a imagem de terra pacata, onde pães, sorvetes, frutas e legumes ainda batem à porta dos moradores, vendidos em bicicletas, carroças, automóveis. Como muitas cidades onde casas dão forma à quase totalidade das habitações, vende-se também de porta em porta produtos como material de limpeza e perfumaria, coleções de enciclopédias, cadeiras de praia e de balanço, lixeiras para calçadas e mesmo sistemas eletrônicos de segurança, os quais têm pouca receptividade. Caminhões circulam nas vias principais com abacaxis, melancias, tangerinas; alguns oferecem de tempos em tempos a compra de ferro-velho. Ao mesmo tempo, redes comerciais estendem-se, trazendo a comodidade típica de cidades maiores, com entregas domiciliares de gás e água, em geral por encomenda, além de compras de supermercado e de medicamentos.

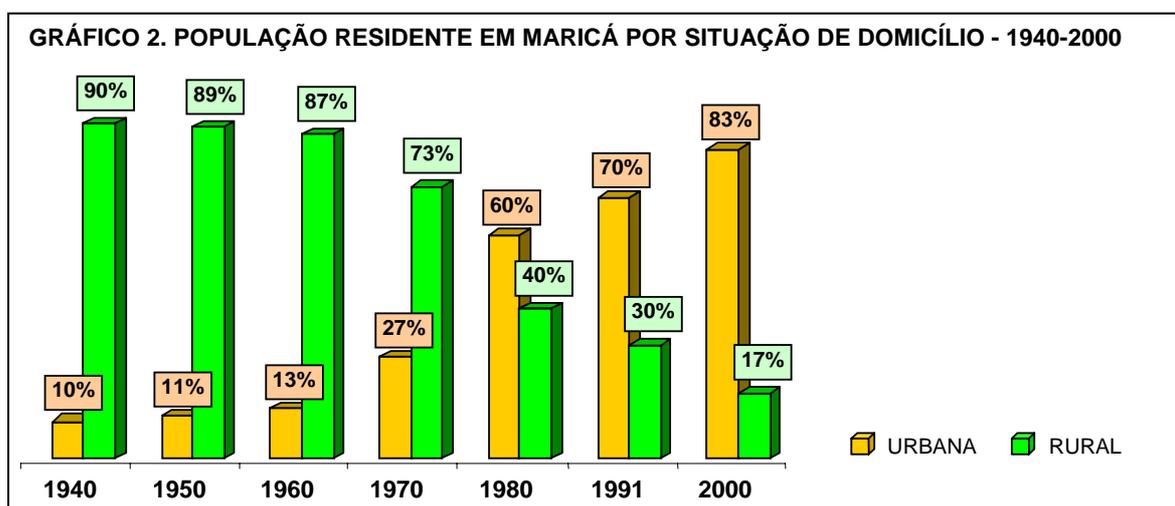
Na *vila*, há maior dificuldade de estacionamento e trânsito durante feriados. Passantes declararam que, em 2004, mesmo após o verão, notaram maior ocupação das vagas nas ruas e calçadas do Centro durante os dias úteis. Nesses dias de expediente normal, traços de cidade do interior espalham-se à parte carioca do trajeto da linha de ônibus⁸¹, cujos motoristas costumam parar gentilmente para a subida ou descida de passageiros, independentemente da localização oficial dos pontos de parada. No Centro de Maricá, resistindo aos sinais dos tempos, é também comum ver motoristas particulares pararem o carro – bloqueando o trânsito da cidade – para uma conversa rápida com alguém na rua, ou outro motorista. Em calçadas, ao lado de modernos quiosques de sorvete, carrocinhas ainda vendem pele frita, sorvetes feitos com gelo raspado.

O asfalto é quase tão usado pelos pedestres quanto as calçadas, assim como por homens a cavalo e carroças, nada raros. Por dois motivos principais – escassez de condução municipal e pouco dinheiro para as passagens –, boa parte da população adquiriu o hábito de caminhar grandes distâncias nas tarefas do dia-a-dia, ou fazê-lo em bicicletas. Um exemplo é a chamada Estrada do Boqueirão, que liga o Centro às praias e liga também diversos bairros populares ao

⁸¹ Note-se que a linha não se chama Maricá-Rio, mas Maricá-Castelo, o que seria comum apenas caso ligasse dois bairros da mesma cidade.

Centro. Assim como outras vias, não dispõe de calçadas nem cicloviás – pedestres e ciclistas enfrentam o trânsito de veículos locomovendo-se na própria pista, trânsito este que se intensifica e ganha velocidade. A falta de calçadas em muitos bairros do município transpôs o hábito de caminhar pelas ruas para o Centro da cidade, embora existam calçadas no bairro.

O loteamento e a ocupação de Maricá trouxeram nova conformação ao município, predominantemente rural até 1970 (GRÁFICO 2). Comparado aos municípios do entorno metropolitano, em 2000 Maricá ainda apresentava densidade demográfica relativamente baixa: 210,9 habitantes por quilômetro quadrado, contra taxas de 3.416,00 em Niterói; 3.583,10 em São Gonçalo; e 4.858,10 no Rio de Janeiro. A ocupação do solo avança inclusive em área não urbana, onde se vendem terrenos em condomínios rurais, a partir de 5.000 m². Mesmo assim, Maricá já sofre com alguns problemas típicos de cidade grande (embora não desfrute das facilidades de um grande centro), conseqüências de uma ocupação desordenada e concentrada em determinados locais – 83% da população vivem em área considerada urbana, embora seja, na maior parte, desprovida de redes de água e esgoto. No período 1991-2000, a densidade demográfica aumentou 64,64%, e a taxa de urbanização, 17,5%, conforme dados expostos na TABELA 5.



FONTE: CENSOS IGBE

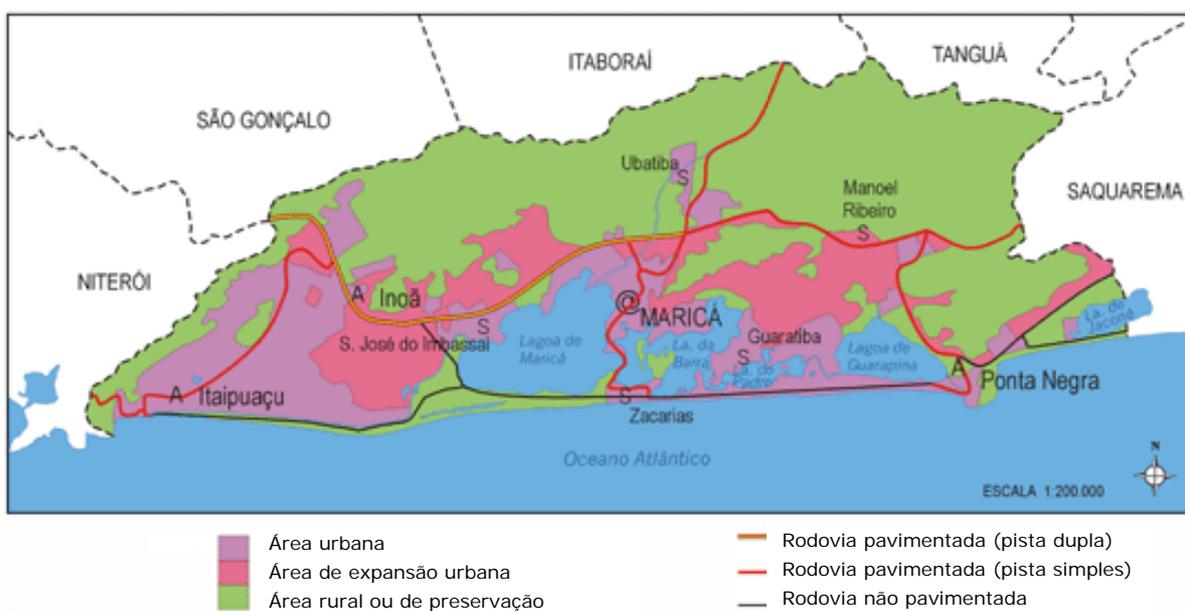
TABELA 5. DENSIDADE DEMOGRÁFICA E URBANIZAÇÃO - MARICÁ

	1991	2000	%
DENSIDADE DEMOGRÁFICA	128,1	210,9	64,64
TAXA DE URBANIZAÇÃO	70,3	82,6	17,50

FONTE: CIDE, 2002

Segundo o MAPA 9, às margens e ao sul da Rodovia Amaral Peixoto, na direção das praias e lagunas, concentram-se as áreas urbana e de expansão urbana do município. Mesmo estas áreas ainda caracterizam-se pela baixa densidade populacional, embora toda a área passível de ocupação já esteja loteada. Na direção das serras, ao norte da estrada, ficam as áreas rurais e de preservação.

MAPA 9. SITUAÇÃO DA URBANIZAÇÃO EM MARICÁ



FONTE: HOLZER & BAHIENSE. 2002.

3.1 Aceleração de Impactos – A Duplicação da Rodovia RJ-106

BELLIA & BIDONE (1993, p. 99) caracterizam que, “quando atravessa uma área urbana, a via de transporte, por aumentar a acessibilidade no seu sentido longitudinal, pode ser considerada como um vetor direcional do crescimento urbano, viabilizando a ocupação de áreas anteriormente sem uso urbano”.

Os impactos ambientais provocados por obras rodoviárias podem ser agrupados em três segmentos, de acordo com a fase do empreendimento: impactos dos planos e programas, impactos das obras em si e impactos na operação, afirmam os autores.

Modificações no uso e ocupação do solo⁸² são estudadas como efeitos indiretos das rodovias, e representam o primeiro tipo de impacto ambiental vinculado. Os considerados impactos indiretos são estudados na fase de planejamento e exigem grande atenção, pois são os que adquirem maiores dimensões nesse tipo de obra. A faixa de influência de uma rodovia em área urbana é de 40 quilômetros para cada lado, configurando uma área de influência até mil vezes maior que a área efetivamente construída.

Quando o município está preparado, atenuam-se os impactos desta nova ocupação. Tal preparo depende diretamente da existência e da efetividade da legislação municipal. Se o uso e a ocupação do solo estiverem controlados por leis adequadas, como um plano diretor atualizado, a cidade pode se manter próxima a padrões de crescimento desejados, mesmo que o dinamismo característico à produção do espaço urbano crie alguns conflitos (BELLIA & BIDONE, 1993, p. 98). Uma ocupação racional, com uso adequado do solo, depende das possibilidades de implantação da infra-estrutura necessária para receber esta nova população, fazendo com que a via cumpra sua função e tenha impacto positivo⁸³. Algumas conseqüências negativas – advindas dos impactos ambientais mais comuns e significativos em empreendimentos rodoviários – destacadas pelos autores referenciados aplicam-se claramente a Maricá quando se avalia a duplicação da RJ-106, conforme o quadro a seguir.

QUADRO 1. IMPACTOS DAS RODOVIAS EM ÁREAS URBANAS E RECOMENDAÇÕES

TIPO DE IMPACTO	CONSEQÜÊNCIAS NEGATIVAS	MEDIDAS MITIGADORAS
Modificações no uso e ocupação do solo	Ocupação desordenada de áreas desocupadas. Intensificação de ocupação de áreas, alteração de uso, migração, favelização, redução de receita de pequenas empresas, desemprego.	Sugerir e colaborar com a municipalidade para o desenvolvimento ou reavaliação do plano diretor. Colaborar com a municipalidade na obtenção de recursos para implantação de infra-estrutura urbana.
Segregação urbana	Ruptura ou redução da acessibilidade a atividades.	Criar canais de acesso considerando a possibilidade de rebaixamento da pista mantendo acessos na superfície. Desenvolvimento ou reavaliação do plano diretor.

FONTE: BELLIA & BIDONI, 1993, P.113. ADAPTADO.

⁸² O termo *ocupação do solo* refere-se aos índices que dimensionam quantidades e intensidades de uso (como as taxas de ocupação); *uso do solo* diz respeito à qualidade desta ocupação, ou seja, se a finalidade é comercial, agrícola, ou residencial, entre outras. “(...) a malha viária ocupa um espaço da cidade e é, portanto, um uso do solo” (BELLIA & BIDONE, 1993, p.98). Logo, sua implantação ou ampliação representa uma modificação no uso do solo.

⁸³ O autor-pesquisador desta dissertação de mestrado utiliza o termo infra-estrutura em referência a componentes dos campos da economia, comunicações, educação, saneamento básico, saúde, sistema viário, turismo, cuja demanda aumenta com o crescimento demográfico.

Fica claro que, independentemente de outras medidas mitigadoras, a prevenção de várias conseqüências negativas potenciais torna necessária a colaboração empreendedor-municipalidade, num trabalho sobre o plano diretor e a infra-estrutura urbana.

“Em se tratando da ocupação do solo, a rodovia, por facilitar a acessibilidade em uma parte da cidade, pode atrair populações, gerando migrações intra-urbanas, intensificando a ocupação e gerando problemas de infra-estrutura não dimensionados convenientemente para esta nova ocupação, cujo ônus irá recair fatalmente sobre a municipalidade”. (BELLIA & BIDONE, 1993, p. 101)

Além disso, destacam os autores, é interessante haver participação da comunidade.

“Uma medida que facilita o processo de avaliação e tratamento destes impactos é o envolvimento da comunidade afetada (...) [que] tem muito a contribuir na busca de soluções. (...) a busca da discussão com a comunidade certamente facilitará a sua aceitação dos empreendimentos rodoviários, dos possíveis transtornos advindos de sua implantação, e irá influenciar a forma como esta comunidade irá se apropriar do empreendimento quando em operação”. (BELLIA & BIDONE, 1993, p.112)

Ao menos oficialmente, o DER não fez uma análise prévia destas questões. Este processo ocorre – ou deveria ocorrer – através de estudo prévio e público de impacto ambiental, previsto e incentivado por um conjunto legal baseado na própria Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 5 de outubro de 1988. Segundo o artigo 225⁸⁴, o poder público tem assegurado o direito de “exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividades potencialmente causadoras de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, *ao qual se dará publicidade*” [sem grifo no original]. Desde 1986, a Resolução CONAMA nº 001/86 estabeleceu a *exigência* de realização de Estudo de Impacto Ambiental (EIA) como condição prévia para o licenciamento de obras de diversos tipos, inclusive estradas. Segundo o decreto, o processo é finalizado com a elaboração de um Relatório de Impacto sobre o Meio Ambiente.

O procedimento, que forma o conjunto conhecido por EIA-RIMA, não foi adotado no planejamento da duplicação da Rodovia. O Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Rio de Janeiro (DER-RJ), órgão do governo estadual responsável pela obra, não fez uma

⁸⁴ Capítulo VI – do Meio Ambiente; Título VIII – da Ordem Social, parágrafo 1º, inciso IV.

análise prévia, pública e oficial do impacto da obra ⁸⁵. Ou seja, Maricá, Município por onde passa grande parte do trecho duplicado da Rodovia, desconhece em maior profundidade as possíveis conseqüências da obra (por exemplo, sua implicação na aceleração na taxa de crescimento demográfico e a capacidade de suporte de Maricá). O diagnóstico do EIA, afirmam Bellia & Bidone, deve envolver dados censitários sobre população e migrações. Inexistindo um processo oficial de EIA-RIMA, a população de Maricá não teve a oportunidade de uma assembléia pública que avaliasse os benefícios e os riscos do alargamento e modernização da estrada, nem de sugerir previamente alterações que evitassem problemas e danos que já estão acontecendo, a exemplo de dezenas de casos de atropelamentos. A Secretaria Municipal de Infra-Estrutura Urbana e Desenvolvimento Sustentável informou ter recebido queixas da população quanto à falta de passarelas e retornos, e que não participou do planejamento ou da execução da obra e que desconhece a existência de EIA-RIMA. Este, quando é realizado, deve ter cópias encaminhadas a cada Prefeitura envolvida.

A segregação urbana, conforme destacado por Bellia & Bidone no QUADRO 1 (página 87), foi instalada em Maricá com a abertura da Rodovia Amaral Peixoto, que dividiu a cidade em duas, fortalecendo espaços dicotômicos: no sentido Tribobó-Maricá, à direita da estrada ficam o urbano, as praias, a cidade; à esquerda, o rural, as montanhas, a roça. Além da realidade da divisão, são *espaços* também no sentido das imagens mentais que se instalam também no imaginário dos moradores⁸⁶. E foi (a segregação) multiplicada com a duplicação do trecho Tribobó-Maricá da RJ-106, que veio acompanhada da construção de mureta central e de desnivelamento entre os acostamentos e as margens em determinados trechos, criando impedimentos ou redução na acessibilidade no sentido transversal à via.

Este tipo de segregação urbana, gerado neste caso pela via de transporte, afeta principalmente as atividades de escolas e comércios. Há casos na RJ-106 onde parte da

⁸⁵ Foram encaminhadas diversas perguntas ao DER, que não forneceu resposta àquelas que diziam respeito ao planejamento e estudos de impacto. Quanto às demais perguntas, o Departamento de Estradas de Rodagem (DER), órgão do governo estadual responsável pela obra, informou que seu cronograma prevê concluir até dezembro de 2004 a duplicação e ampliação da rodovia Amaral Peixoto. Segundo informações prestadas pela Assessoria de Comunicação do Departamento, a primeira fase do projeto, em 2001-2002, investiu R\$ 54,5 milhões para duplicação de 21 quilômetros da estrada, no trecho Maricá-Várzea das Moças. A obra foi retomada em 2003, em mais 10 quilômetros no trecho entre Várzea das Moças e Tribobó, ao custo de cerca de R\$ 18 milhões. A RJ-106 atravessa dez municípios, de São Gonçalo a Macaé, cortando toda a Região dos Lagos e ligando o Rio também às regiões Norte e Noroeste Fluminense. De acordo com a Assessoria, a segunda parte do projeto, que foi retomado em 2003, prevê duplicação da pista, construção de muretas divisórias, retornos, sinalização horizontal e vertical, drenagem, terraplanagem e pavimentação. Com o término das obras de recuperação e ampliação, o DER calcula que a rodovia passará a receber, em média, 33 mil veículos diariamente - duplicando o índice registrado antes do início da ampliação, que era de 15 mil.

⁸⁶ Os conceitos de *imageabilidade* e *imagem mental* são trabalhos por LYNCH (1997).

população precisa atravessar a pista para chegar às escolas, e onde já ocorreram atropelamentos quando a pista era simples. A duplicação da pista também intensifica os níveis de acesso e ocupação de locais cuja infra-estrutura muitas vezes não acompanha a velocidade e o volume das migrações. Conforme já foi destacado, isto ocorre com maior gravidade quando o planejador abdica da participação da municipalidade e da comunidade afetada, e também deixa de consultar os demais órgãos envolvidos⁸⁷, que estão além da faixa de domínio da obra.

Recursos pessoais impetrados junto à Prefeitura de Maricá queixam-se da falta de retornos na via e de meios de atravessá-la. Em 40 entrevistas informais aleatórias realizadas, além de 10 conversas mantidas com autoridades municipais e representantes partidários, a obra foi considerada necessária e benéfica, porém as críticas também são consensuais. Entre as diversas opiniões externadas, as recorrentes foram:

QUADRO 2. OPINIÕES SOBRE EFEITOS DA OBRA NA RJ-106 TRECHO TRIBOBÓ-MARICÁ

DESvantagens ANTES DA OBRA:	DESvantagens DEPOIS DA OBRA:
<p>Colisões em razão de ultrapassagens feitas pela contramão;</p> <p>Manobras perigosas realizadas por motoristas para cruzar a pista ou retornar;</p> <p>Maior demora no percurso, como a provocada por impossibilidade de ultrapassagem de algum veículo mais lento, como um caminhão;</p> <p>Grandes congestionamentos durante feriados e fins-de-semana;</p> <p>Más condições das pistas simples, sendo citados a pouca existência de placas ou faixas de sinalização e os buracos causados no asfalto após chuvas fortes, levando a danos em veículos mais leves e a riscos de acidentes.</p>	<p>Dificuldade para atravessar a pista (a pé ou de bicicleta) devido a seu alargamento, à construção da mureta e à maior velocidade dos veículos;</p> <p>Falta de passarelas para pedestres e ciclistas;</p> <p>Falta de retornos junto a bairros e condomínios populosos.</p>

Na atualidade, nos trechos já alargados, veículos desenvolvem maior velocidade. Uma passarela construída na altura da localidade de São José de Imbassai é o único canal de travessia entre as margens ao longo de todo o trecho Tribobó–Maricá. Em qualquer outro ponto, inclusive junto à principal entrada para a cidade, a pista só pode ser atravessada pelo chão, utilizando-se aberturas pequenas e estreitas nas muretas. Estudantes queixaram-se de ter que avançar três quilômetros além da faculdade de educação física

⁸⁷ São exemplos de instituições também envolvidas com impactos causados pela duplicação da RJ-106: IBAMA, FEEMA, secretarias estaduais e municipais de meio ambiente, saúde, educação, cooperativas habitacionais, companhias de saneamento, autoridades rodoviárias e institutos florestais.

Maria Thereza para fazer o retorno quando chegam do Rio/Niterói. Principalmente à noite, pois a via tem pouca iluminação artificial, aumentou a quantidade de atropelamentos de pedestres e ciclistas – o maricaense tem o costume de andar a pé e de bicicleta.

O governo estadual financiou a primeira e a atual etapa do empreendimento, que envolvem a duplicação da rodovia. Instâncias do governo municipal de Maricá defendem a realização da obra, porém alegam que a Prefeitura não participou de sua concepção ou implantação. A Prefeitura também informou que não foi consultada sobre qualquer aspecto da obra, entre os quais a falta de retornos para veículos e de travessias para pedestres⁸⁸, e que não tem ingerência sobre o processo nem dispõe de recursos para fiscalizar a totalidade das possíveis ocupações de suas áreas ou para realizar obras complementares. Enquanto isso não ocorre, motoristas que deixam o Centro de Maricá com destino a algum ponto no outro lado da pista, em geral a própria residência, evitam percorrer maiores distâncias e optam por uma solução perigosa: fazer o retorno antes de atingir a altura desejada e seguir na contramão pelo acostamento, com os faróis altos e pisca-alerta ligados para chamar mais atenção. A linha de ônibus sentido Maricá-Niterói, que possui dois horários em que o trajeto se faz via São José do Imbassá, foi autorizada pela Prefeitura a fazer o retorno na contramão para poder acessar o bairro.

“Como se pode observar, apesar de não caber ao empreendedor rodoviário o estabelecimento de normas para regulamentação de uso e ocupação do solo das áreas urbanas, as rodovias produzem uma forte influência na maneira como se desenvolvem as atividades urbanas, cabendo então, ainda na fase de planejamento/projeto de empreendimentos rodoviários, a adoção de medidas que eliminem ou atenuem este tipo de impacto”. (BELLIA & BIDONE, 1993, p.112)

Um dos entrevistados, quando indagado sobre a inexistência de EIA-RIMA, reagiu dizendo que seria melhor não tocar no assunto pois a cidade precisava da estrada com urgência. Esta parece ser uma percepção comum e generalizada. Entretanto, a importância da obra para o município e seus cidadãos é destacada por todos os entrevistados, e a maior facilidade de acesso já atrai novos moradores. No que se relaciona a esta pesquisa, o interesse pela duplicação da estrada deve-se a seu potencial de causar aumento da população, possivelmente motivada pela redução no tempo da viagem, que se faz sentir antes mesmo de

⁸⁸ Informações obtidas junto às secretarias municipais de Infra-Estrutura Urbana, de Fazenda e de Turismo, e à Coordenadoria de Meio Ambiente.

a obra terminar. Conforme demonstram os dados do IBGE organizados nos GRÁFICOS 1 e 2, houve uma acentuação no ângulo da linha de crescimento da população a partir de 1991. No período 1991-2000, as taxas anuais de crescimento demográfico sofreram poucas variações, produzindo um ritmo quase constante de aumento populacional, que compôs uma média de 5,7 % na década. Contudo, Maricá está passando por um impacto potencialmente acelerador da taxa medida em 2000. Este fator, de efeitos ainda não mensurados, é a duplicação na Rodovia Amaral Peixoto, estrada que influencia fortemente a vida dos maricaenses e visitantes. A duplicação da rodovia no trecho Tribobó-Maricá⁸⁹, em andamento, já provoca mudanças na paisagem física e social de todo o município, acelerando trocas de vários tipos, num estímulo de certa forma comparável ao exercido pela ponte Rio-Niterói nos anos seguintes ao início de seu funcionamento, em 1975.

Os efeitos da duplicação da Rodovia Amaral Peixoto sobre Maricá não se refletem claramente em registros estatísticos pós-2000, os quais, além disso, são escassos ou imprecisos. Na percepção dos diversos personagens entrevistados nesta pesquisa de mestrado, entre os quais funcionários municipais e secretários de governo, alguns atestam por observação própria um aumento na chegada de novos moradores, e não hesitam em atribuir o fato às novas condições de acesso dadas pela estrada; outros, contrariamente, afirmam que o ritmo de sua rotina de trabalho não aumentou (por exemplo, na concessão de “habite-se”).

Quinze entrevistados (populares) citaram a questão do trânsito e da maior dificuldade de estacionamento no Centro como reflexos do crescimento demográfico. A observação é confirmada por estudos de Raphael Brêtas acerca do tráfego no Centro de Maricá, segundo os quais há um déficit de aproximadamente 1.000 vagas para estacionamento, déficit que é agravado em determinados finais de semana, quando são fechadas, à noite, algumas ruas da área central. Contagem de tráfego realizada pelo autor em dia de semana, no horário das 12h às 14h, detectou nos quatro sentidos da Praça Orlando de Barros Pimentel a passagem de 13.944 pedestres, 4.224 carros, 3.552 bicicletas e 1.152 motocicletas, medição feita no primeiro semestre de 2004 (BRÊTAS, 2004, p.38 e 39).

É possível detectar indícios do impacto da “nova” estrada sobre o mercado imobiliário de todo o município, mercado que ensaia os primeiros passos de uma revitalização, bem como no setor da construção civil. Aumentou o número de lançamentos imobiliários (condomínios de terrenos) em 2003, principalmente ao longo da rodovia; nestes condomínios, oferecem-se terrenos

⁸⁹ A obra na Rodovia RJ-106 vai de seu início, em Tribobó (São Gonçalo), ao Km 30, segunda entrada para Maricá.

a preços bem maiores que os praticados em 2001 e 2002, embora com as mesmas facilidades de parcelamento e até sem comprovação de crédito. Lotes do mesmo tipo dos que antes se vendiam por R\$ 15 mil a R\$ 25 mil, foram colocados à venda por no mínimo R\$ 25 mil. O condomínio “Bosque de Itapeba”, à beira da estrada, agregou equipamentos comunitários como quadra de tênis, piscinas, saunas, campo de futebol e uma reserva de 66.000 m² de Mata Atlântica, e vende terrenos com as mesmas metragens dos demais a preços que vão de R\$ 35 mil a R\$ 70 mil, sendo o único loteamento à venda no qual a empresa avisa haver consulta prévia ao SPC e ao SERASA, pois em geral a própria incorporadora financia suas vendas.

Outro indício da maior urbanização e ocupação humana são as obras particulares iniciadas recentemente, principalmente em residências mas também no comércio. Espalham-se por pontos diversos no município, num aumento da quantidade de construções observado mais fortemente a partir do segundo semestre de 2003. Para efeito de amostragem, foi escolhida a Lagoa de Araçatiba, que, no complexo lagunar, situa-se na área contígua à *Vila*. Funciona como ponto de encontros e de caminhadas e corridas. Tem duas pequenas pousadas e um pequeno bar-restaurante, junto ao píer. Logo além de sua parte mais freqüentada, fica o novo Fórum e, mais adiante, o Aeroporto. Na outra direção, havia uma estátua de José de Anchieta (depredada em 2003), como marco de sua visita e da “pesca milagrosa”. Praticamente na metade do comprimento da pista, existe uma praça que centraliza shows e outros eventos, como festas juninas e de Ano Novo. Em dias comuns, é freqüentada por ciclistas e alunos de auto-escolas.

Em 2003/2004 foi realizada uma obra que estendeu o calçamento da rua e do passeio até onde a pista da Lagoa de Araçatiba encontra a pista da Estrada do Boqueirão (prolongamento da BR-114), que dá acesso às praias. A lagoa tornou-se uma opção na ligação entre o Centro e as praias, e uma linha de ônibus já dedica alguns horários fazendo o trajeto pela lagoa. A calçada facilitou a prática de caminhadas e corrida, mas agora os que se exercitam precisam conviver com maior trânsito de veículos na pista, além da poluição trazida por estes. O trecho mais freqüentado da Lagoa, com 6 quilômetros de extensão, que vai do campo de futebol ao lado do Fórum à BR-114, a encosta que compõe o lado oposto à margem da lagoa, e na qual ficam as casas, está passando por uma ocupação mais acelerada. Neste trecho, de três quilômetros de extensão, 22 novas casas começaram a ser construídas ou entraram em reforma durante o primeiro semestre de 2004. Nesta contagem não se incluem as construções e reformas em ruas adjacentes à orla, que também são muitas.

Diante das taxas de crescimento já medidas e do impulso proporcionado pela obra na rodovia, o item seguinte busca quantificar e qualificar dados setorizados, na intenção de avaliar a adaptação da infra-estrutura do município e de seus habitantes, antigos ou novos, às demandas que acompanham esse aumento populacional.

3.2 Qualidade Socioambiental de Maricá – Pirâmide Informacional

A qualidade de vida dos habitantes de Maricá depende fortemente de suas capacidades individuais de arcar com os custos econômicos de serviços públicos deficitários.

Há raízes históricas para a imbricação do público com o privado na formação da cultura política nacional, e de Maricá, em particular. O sistema de capitanias hereditárias já representava um esforço de atrair investimentos privados para a colonização, investimentos estes compensados com valorizações patrimoniais dependentes do poder público. Modernamente, quando Maricá deu início ao processo de urbanização de seu território, não foram poucos os exemplos de participação privada em setores de responsabilidade governamental. Maria do Amparo Caetano, em livro biográfico sobre o pai, transcreve diversos relatos dando conta da ação que ele, Jacinto Caetano, teria adotado na administração da cidade enquanto empresário.

“Maricá não tinha energia elétrica, Jacinto adquiriu um motor de origem alemã”⁹⁰, que era ligado das 18h às 22h30min. (p.93)

“A iluminação das principais artérias da cidade foi feita pelo Sr. Jacinto Luiz Caetano, proprietário conceituado...”⁹¹. (p.93)

“Para o Posto de Puericultura de Maricá, doou os lotes 01 e 02, quadra D do loteamento Jardim Balneário Vistamar e ajudou a construir o Posto de Saúde Dr. Ildelfonso Gonçalves Ferreira. Também doou ao Estado do Rio de Janeiro as terras para o Posto de Saúde S. José de Imbassay”. (p.98)

“A falta de saneamento básico levou Maricá a uma epidemia grave: a febre malária. Jacinto arregimentava homens para a limpeza das valas e também fazer roçadas na beira das ruas”. (p.95)

“Aos funcionários da Prefeitura Municipal de Maricá, quando o pagamento estava atrasado, ele nunca negou mercadorias do armazém e ainda dava ‘vales’ para os remédios nas farmácias”. (p.79)

“Em 1939 começa a 2ª Guerra Mundial (...). Embora tenha ocorrido, em caráter temporário, uma pequena queda no ritmo acelerado do trabalho, Jacinto não deixava os operários sem serviço. Para tanto, contratava empreitadas para limpeza de canais, roçada das estradas, abertura da barra, etc.” (p.69)

(CAETANO, 2000)

⁹⁰ Depoimento identificado pela autora como de *tio Júlio*.

⁹¹ Nota do jornal “A Defensiva”, publicada em 6/7/1939.

Também são relatadas doações de terrenos para fins diversos, doações de material de construção, de mantimentos, construção de escolas e pagamento de professoras.

Mais que iniciativa de um ou mais empresários interessados no desenvolvimento da cidade, a execução privada de serviços públicos é prática corrente na Maricá de hoje – pode-se dizer que faz parte da cultura local, e o lema de que “não adianta esperar pela prefeitura” é rapidamente ensinado aos novos habitantes⁹². Cabe ao novo proprietário resolver seus problemas de saneamento básico, em geral através da escavação de poços artesianos ou de manilha, e da construção de fossas ou simples sumidouros, ou ainda de ou acoplamento clandestino com direção a alguma lagoa ou corpo d’água”. Há relatos de moradores que instalaram iluminação pública a rua a partir de seus relógios de luz, e mesmo os que escavaram a rua, acrescentando canos à rede da CEDAE – a companhia, posteriormente, aceita abrir os registros para passagem de água, instalar hidrômetro e proceder à cobrança mediante a assinatura de um termo de doação da rede comprada e instalada pelo morador. Algumas ruas foram cimentadas por moradores. Muitos dão cabo do lixo queimando-o em suas propriedades ou terrenos baldios. Terrenos abandonados pelos proprietários são freqüentemente carpidos e limpos por vizinhos, incomodados com o acúmulo de lixo e a proliferação de ratos e mosquitos.

Moradores que se mudaram para Maricá há menos de 10 anos relatam sua estranheza com esta situação. Os que optaram por residir em condomínios de casas solucionam grupalmente suas necessidades, por exemplo através da construção de redes abastecidas por poços artesianos. A maioria vem de bairros do Rio de Janeiro ou Niterói, onde não tinha contato direto com o “mundo oculto” de água, esgoto, energia elétrica, calçamento, situações antes resolvidas pelo poder público e pelos condomínios de apartamentos. O principal impacto desta privatização do serviço público são os gastos inesperados com manutenção.

⁹² Discursos paralelos mantêm a estrutura social de Maricá polarizada entre “nativos” e “forasteiros”, muitas vezes independentemente da classe socioeconômica (um dos que declarou sentir-se “estrangeiro” é juiz de direito aposentado e membro de um Rotary Club local). As entrevistas informais realizadas neste trabalho detectaram um paradoxo: mesmo os que moram no município há mais de 30 anos afirmaram não ser de Maricá. Disseram claramente que não se sentem totalmente inseridos na comunidade mais ampla, e que já foram chamados de “forasteiros” ou “aves de arribação”, embora paguem impostos, façam compras e votem no município (a relação população apta a votar/eleitores inscritos é alta: em 2000, havia 48.203 eleitores aptos numa população de 55.692 residentes com 16 anos ou mais, e população residente total de 76.737, o que pode indicar o cadastro eleitoral de visitantes que preferem votar na cidade ou não deixar o município durante o feriado eleitoral). Pessoas dos dois grupos demonstram percepções distintas sobre, por exemplo, a ação da Prefeitura e do empresariado local (entre os entrevistados, moradores nascidos em Maricá reclamam mais da Prefeitura e orgulham-se de algumas empresas locais, enquanto os que migraram são mais tolerantes com a atuação pública, e mais críticos aos ícones da cidade). Trata-se de uma percepção real dos dois grupamentos quanto ao sentido de **pertencimento**, questão da esfera da representação social importante de ser destacada mas que escapa dos objetivos deste trabalho, podendo ser tema de interesse para estudos futuros.

Como a água da CEDAE é escassa ou não existe, o dispêndio de energia elétrica com o funcionamento de bombas é considerável. Há também gasto maior com combustível, pois a cidade é mal servida de transporte municipal; com água potável, rações, obras na casa. A cidade tem custos menores que a metrópole em outras áreas, como mensalidades escolares, mas, mesmo com esta compensação, a família tem seu poder aquisitivo reduzido, frustrando parcialmente a expectativa de consumo do comércio local. Ou seja, esta situação de privatização do serviço público reduz os capitais familiares aos gastos essenciais. Outra conseqüência é a manutenção de certa dependência com o local de origem – médicos, por exemplo (aos poucos, planos de saúde vêm cadastrando novos serviços em Maricá).

3.2.1 Água

Presume-se que Isaura, cidade dos mil poços, esteja situada em cima de um profundo lago subterrâneo. A cidade se estendeu exclusivamente até os lugares em que os habitantes conseguiram extrair água escavando na terra longos buracos verticais. (Ítalo Calvino)

Em relatório de 1975, a CEDAE classificou como “precário” o abastecimento de água de Maricá (FUNDREM, 1975), que depende de poços e do manancial do Rio Ubatiba. Segundo este relatório, o sistema constava então “de quatro poços profundos, dois fora de operação, (...) de adutora de ferro fundido (...) conduzindo a um reservatório (...) com capacidade de 180 mil litros”. A população abastecida pelo sistema era de aproximadamente 2.000 pessoas, ou seja, 400 ligações, todas na sede urbana do 1º Distrito. Ainda no relatório, a CEDAE fazia uma série de recomendações as quais, se atendidas, garantiriam o abastecimento apenas do núcleo urbano de Maricá... por mais 10 anos (!). Em 1982, a CEDAE projetava para Maricá uma população urbana de 35 mil no ano 2000 (CEDAE⁹³ apud RIOS, 2002) – o IBGE viria a contar pouco mais de 63 mil habitantes nesse ano. Em 1992, dados do Censo indicaram 2.300 ligações de água no município, e 5.200 em 2000, ainda segundo o IBGE, dados estes

⁹³ *Relatório dos Estudos Socioeconômicos e de Demanda de Água da Região Metropolitana do Rio de Janeiro*: RP-000.1.001-revisão.1 – v. I e II – Rio de Janeiro, RJ: CEDAE, 1982. (Plano Diretor encomendado pela CEDAE à empresa ENGEVIX)

baseados em informações da CEDAE. Em 2000, o abastecimento de água canalizada restringia-se ao 1º Distrito, nos bairros do Centro e da Barra de Maricá, e não atingia sequer a metade da população deste Distrito, de 30 mil habitantes.

A falta de perspectivas concretas de solução compromete a sustentabilidade futura do desenvolvimento local – é mesmo difícil imaginar como se continuará a receber novos habitantes urbanos sem oferta de água canalizada. A oferta enfrenta lentidão em investimentos em infra-estrutura, a contaminação ou exaustão de águas superficiais, e principalmente a redução no potencial hídrico, causada por construções e desmatamento nas margens e encostas, por lançamento de efluentes e/ou resíduos, tanto domésticos quanto industriais, dispostos no ambiente inadequadamente e até sem tratamento. O sistema Imunana/Laranjal capta água em Imunana, Guapimirim, e a transporta até a Estação de Tratamento de Água de Laranjal, de onde ela é distribuída à população de São Gonçalo e também dos municípios de Niterói e Itaboraí e parte do Rio de Janeiro (Ilha de Paquetá). O sistema já operava quase no limite e, como explanado no capítulo 2, estendeu sua operação à região Oceânica de Niterói. Dificilmente, portanto, poderá abastecer minimamente Maricá, embora a CEDAE acene com sua ampliação:

“Segundo o Superintendente de Interior da CEDAE, José Alexandre Silva dos Santos, Maricá é o município mais problemático sob sua administração porque não tem um manancial suficiente para suprir a demanda da população o que implica na necessidade de suportes de abastecimento através de poços. E todos esperam a obra de ampliação do Sistema de Imunana/Laranjal, o que será uma solução definitiva para a cidade. (VIPNEWS, 2004)

O abastecimento canalizado feito com a água atualmente captada e tratada na própria cidade é restrito aos bairros do Centro e à orla marítima – um duto liga as duas áreas, ao longo da estrada de acesso às praias (RJ-114). Nem os bairros cortados pela estrada recebem água deste duto, exceto os imóveis situados às margens da via. Em todas as áreas urbanas, a água só entra no máximo três vezes por semana, restrita a uma ou nenhuma vez em feriados e no verão. A grande maioria da população vale-se de poços artesianos ou de manilha, mais uma solução adotada em nível individual e sem supervisão pública, o que significa que não há garantias de manter os poços produtivos ou incontaminados por fossas. Em épocas de calor e pouca chuva, reduz-se o nível dos mananciais e o abastecimento cai. Muitos poços sofrem esgotamento, em geral temporário – em geral, abre-se outro poço como alternativa. O

consumo também aumenta nestas épocas, com o turismo, favorecendo o comércio de carros-pipa e o uso intenso dos poços, mesmo pelos que dispõem da ligação de água da CEDAE. De maneira geral, a população utiliza água mineral de garrações.

Na TABELA 6 (página 99) é feita uma comparação com os municípios vizinhos de Saquarema e Araruama, que além da localização têm território ou população semelhantes a Maricá. Os três captam água na própria região. Segundo as estatísticas relativas ao ano 2000, Araruama, com número de habitantes e de domicílios próximo aos de Maricá, tem uma rede de água canalizada quase 4 vezes maior, e quase 5 vezes mais ligações. Em Araruama e Saquarema, a vazão distribuída é, respectivamente, 6 e 2 vezes maior que em Maricá, com capacidade de atendimento que supera suas populações, enquanto em Maricá esta capacidade atinge cerca de 16% dos residentes fixos.

Embora, percentualmente, o aumento no abastecimento por rede geral seja significativo entre 1992 e 2000, a quantidade de novos domicílios atingidos continua pequena. O restante da demanda de água tem sido suprido com a escavação de poços, segundo dados dos Censos do IBGE expostos na TABELA 7 (página 99). O número de domicílios abastecidos por poços ou nascentes ultrapassa o triplo dos aonde chega a rede geral da CEDAE. Embora o IBGE agrupe poços e nascentes num único item, a predominância de população urbana (83%) permite concluir que poucos domicílios dispõem de nascentes. Na realidade, a quantidade de poços é ainda maior, visto que há residências com mais de um poço.

Não há orientação ou fiscalização do setor público quanto à abertura indiscriminada de poços, o que abre caminho à contaminação ou exaustão dos lençóis freáticos. A responsabilidade legal é da CEDAE. O Decreto 553/76, que regulamenta os serviços de abastecimento e esgotamento sanitário realizados pela CEDAE, em seu § 2º do Art. 7 do Título III - Disposições Preliminares, diz o seguinte: “O abastecimento de prédio por meio de poço ou manancial próprio, em local dotado de rede pública de abastecimento de água, somente será permitido mediante autorização da CEDAE”. De acordo com a própria CEDAE, “através desse Decreto o Governo do Estado do Rio de Janeiro concede à CEDAE o poder de fiscalizar e autorizar ou não, a construção desses poços. Portanto, a abertura indiscriminada de poços é ilegal e está sujeita a penalidades previstas na legislação vigente”. (CEDAE, 2003)

TABELA 6. SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA - 2000 - ARARUAMA, MARICÁ E SAQUAREMA

MUNICÍPIO	MANANCIAL	VAZÃO DISTRIBUÍDA (L/S)	CAPACIDADE DE ATENDIMENTO (HABITANTES)	REGIME DE ABASTECIMENTO	TERRITÓRIO (KM²)	POPULAÇÃO	DPP *		LIGAÇÕES	
							TOTAL	C/ REDE GERAL		
ARARUAMA	LAGOA DE JUTURNAÍBA	350,00	200.000	CONSTANTE	639,5	82.803	23.671	18.792	25.794	
SAQUAREMA		138,00	80.000	CONSTANTE	353,6	52.461	15.023	3.588	4.807	
MARICÁ	CENTRO	RIO UBATIBA	47,00	11.280	PERMANENTE	363,9	76.737	22.866	4.920	5.565
	BARRA DE MARICÁ		13,00	3.120	INTERMITENTE					

ABASTECIMENTO: PERMANENTE = CONTÍNUO; CONSTANTE = REGULAR; INTERMITENTE = IRREGULAR

* DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES

FONTE: CIDE, 2003

TABELA 7. DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES (DPP) POR FORMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA - 1992-2000 - MARICÁ

FORMA DE ABASTECIMENTO	1992	2000
REDE GERAL	1.682	4.920
POÇO OU NASCENTE	9.840	16.999
OUTRA FORMA **	961	947

FONTE: IBGE, 2000; CIDE, 2003.

** Abastecimento de água captada de chuvas, levada por carros-pipa ou apanhada fora da propriedade em fontes públicas, poços ou bicas.

3.2.2 Comunicação

Maricá possui duas agências de correios e cinco bancárias, todas na sede municipal. O problema de recepção de sinais de televisão foi resolvido no final dos anos 1980, com a instalação de uma antena cobrindo todo o município. Antes, a recepção dependia de antenas parabólicas individuais. Há um número considerável de domicílios equipados com miniantenas parabólicas, para recepção de sinais de satélite de tevês por assinatura. Existe um número indefinido de títulos de jornais, poucos dos quais circulam com a frequência estabelecida. A lista telefônica contida no Guia Turístico 2003/2004 (REVISTA MARICÁ JÁ, 2003) relaciona 15 jornais circulantes (há cerca de 40 títulos registrados); lista também 7 estações de rádio em frequência modulada (FM).

O município tem pontos cegos na recepção de telefones celulares. Provavelmente devido à baixa densidade demográfica e dispersão da população por um vasto território, a cobertura de toda a área, que dependeria da instalação de mais antenas, criaria uma relação antena/consumidores de alto custo para as empresas prestadoras desses serviços. Antes do surto nacional de uso de celulares, em Maricá só havia recepção de sinais nos centros de cada distrito. A recepção de celulares foi ampliada depois que foi expandida a rede convencional, monopolizada pela TELEMAR⁹⁴.

De Maricá, que tem o código 21 na telefonia fixa, é preciso pagar tarifas interurbanas para ligações com as outras cidades de mesmo código, motivo que confere alguma vantagem ao uso de celulares. Dados da TELEMAR divulgados pelo CIDE dão conta de uma grande expansão na rede telefônica fixa do município, conforme a TABELA 8 (página 101). De fato, em 2001, Maricá detinha a maior quantidade de terminais instalados em relação aos demais municípios da Baixada Litorânea (TABELA 9, página 101).

Esta expansão, que significou a instalação de novas linhas digitais e melhor manutenção das já instaladas, possibilitou a informatização de serviços como cartões de crédito e outros dependentes de modem para conexão por linha telefônica, bem como o desenvolvimento do uso da Internet em Maricá, que até 2001 não tinha provedor local. Os usuários, contudo, podiam conectar provedores gratuitos com tarifas de ligação local. No começo de 2001 este acesso foi bloqueado pela TELEMAR, passando a ser necessária a ligação interurbana. Em meados do mesmo ano foi inaugurado o primeiro provedor na

⁹⁴ Até junho de 2004, nenhuma outra empresa se interessara por atuar no município.

cidade, que hoje tem três provedores de acesso discado: dois no Centro e outro no distrito de Itaipuaçu. Ligações entre telefones com prefixos diferentes no próprio município eram cobradas como interurbanas até que uma ação pública vitoriosa obrigou a companhia telefônica a aplicar tarifa de ligação local entre os ramais de toda Maricá, em 2004 (JORNAL OUTRAS PALAVRAS, 2004, p.1; JORNAL DO MUNICÍPIO, 2004, p.2). Com isso, os três provedores puderam oferecer conexão local em todo o município.

Na prática, contudo, a utilização de Internet enfrenta dificuldades. O ar marinho causa oxidação nos fios telefônicos. Segundo técnicos que trabalham para a empresa, linhas próximas ao mar e à lagoa são mais problemáticas. Em geral, informaram alguns profissionais, consertos são feitos com uso de emendas, e não da substituição do fio inteiro, o que gera mais pontos sujeitos a oxidação, aumentando o ruído nas linhas. Muitas delas têm boa qualidade para conversação, mas não para a transmissão de dados. Por conta disso, a própria TELEMAR ainda não oferece conexão por banda larga no município. Um dos provedores fornece acesso por cabo e rádio, mas restrito ao Centro de Maricá e alguns condomínios próximos. Têm ocorrido roubos de fios telefônicos durante a noite, sendo este um dos motivos alegados pelo provedor para não estender os cabos de acesso à Internet além do Centro por enquanto.

TABELA 8. TELEFONES INSTALADOS - 1994-2001 - MARICÁ

TIPO DE INSTALAÇÃO	1994	2001
TERMINAIS INSTALADOS	3.703	24.531
TELEFONES PÚBLICOS	54	1.635

FONTE: CIDE, 1996 e 2003.

TABELA 9. TELEFONES INSTALADOS - 2001 - MUNICÍPIOS DAS BAIXADAS LITORÂNEAS

MUNICÍPIO	TERMINAIS TELEFÔNICOS INSTALADOS	TELEFONES PÚBLICOS
ARARUAMA	20.023	1.026
ARMAÇÃO DOS BÚZIOS	6.498	357
ARRAIAL DO CABO	5.365	256
CABO FRIO	5.157	1.333
CACHOEIRAS DE MACACU	7.093	343
CASIMIRO DE ABREU	3.643	188
IGUABA GRANDE	6.609	240
MARICÁ	24.531	1.635
RIO BONITO	8.221	493
RIO DAS OSTRAS	10.593	543
SÃO PEDRO DA ALDEIA	12.326	654
SAQUAREMA	12.599	727
SILVA JARDIM	2.054	172
REGIÃO BAIXADAS LITORÂNEAS	154.710	7.968

FONTE: CIDE, 2003.

3.2.3 Economia

A participação de cada habitante no Produto Interno Bruto (PIB), expressa na TABELA 10 (página 103), situa-o em nível próximo aos de municípios de seu entorno, no caso, Araruama, São Gonçalo e Saquarema. Estatísticas do CIDE confirmam que as finanças públicas de Maricá dependem principalmente de repasses externos, e que a economia local segue atrelada à política de loteamentos. A principal receita pública interna vem dos tributos do IPTU, enquanto o setor privado é liderado, por ordem, por: 1) *Aluguéis*; 2) *Construção Civil*; 3) *Transportes e Comunicações*. Estes três itens apresentam os maiores valores no Produto Interno Bruto por setor gerado em 2001 no município. Todos são setores ligados aos contextos do crescimento demográfico em Maricá. Como conseqüência, em quarto lugar aparece a *Prestação de Serviços*, fruto da nova demanda da população. Também cresceu a *Administração Pública*. Mesmo o comércio, importante empregador local, tem participação bem menor no PIB do município (TABELA 11, página 103).

Maricá tem cinco agências bancárias, todas no Centro do 1º Distrito, sendo que quatro delas foram reformadas e modernizadas em 2003. No comércio, os maiores mercados e a quase totalidade das farmácias e drogarias associaram-se a redes que já existiam em outras cidades. Com isso, obtiveram melhores preços e o atendimento foi informatizado. Nos mercados, não existe a mesma variedade de marcas oferecidas pelos grandes estabelecimentos, mas a qualidade e preço têm provocado uma inversão de costumes. Veranistas que antes chegavam a Maricá com o carro cheio de mantimentos começaram a fazer compras na cidade, inclusive para levar na volta. O verão, especialmente feriados e fins-de-semana, representa bons negócios para os setores de comércio e serviço locais, podendo ser citados lojas de autopeças e auto-serviços, bazares, de materiais de construção, restaurantes. Não existe gás canalizado, e o comércio de botijões e de garrações de água prospera com entregas em domicílio.

Em que pese o aumento demográfico de 5,71 % ao ano, correspondente estatisticamente à chegada de 3.624 novos moradores de 2001 para 2002, o mercado de trabalho formal pouco se alterou no período, tendo gerado apenas 117 novos postos em 2002, conforme dados do CIDE constantes da TABELA 12 (página 105). Novos postos foram gerados principalmente no Comércio e na Indústria. Relatório de Contribuintes da PMM lista a existência de 3.567 firmas inscritas no cadastro municipal (PMM, 2004),

incluindo as inativas. Informalmente, a Secretaria Municipal de Fazenda estimou que a quantidade de empresas com CNPJ atuantes no município esteja estabilizada nos últimos três anos (havia 1.428 em 1998, segundo o Censo IBGE 2000), sendo o número de novas firmas aproximadamente equivalente ao número de firmas extintas.

TABELA 10. INDICADORES ECONÔMICOS - 2001 - GRUPO-BASE

MUNICÍPIOS	POPULAÇÃO	PIB (R\$ 1.000,00)	PIB/HAB (R\$ 1.000,00)
ARARUAMA	85.620	358.673	4,19
MARICÁ	80.314	305.015	3,80
NITERÓI	462.211	3.955.103	8,56
RIO DE JANEIRO	5.902.587	83.705.777	14,18
SÃO GONÇALO	904.304	3.336.129	3,69
SAQUAREMA	54.188	179.537	3,31

FONTES: CIDE, 2003.

TABELA 11. PIB POR SETOR DE ATIVIDADE - 2001 - MARICÁ

SETOR	(1.000 R\$)
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	24.539
AGROPECUÁRIA	359
ALUGUÉIS	104.316
COMÉRCIO ATACADISTA	57
COMÉRCIO VAREJISTA	9.742
CONSTRUÇÃO CIVIL	70.733
EXTRAÇÃO MINERAL (EXCETO PETRÓLEO)	2.147
INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO	3.690
INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	7.141
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	25.486
SERVIÇOS INDUSTRIAIS DE UTILIDADE PÚBLICA	14.469
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES	42.337

FONTES: CIDE, 2003.

Dados sobre Serviços indicam a informalidade e/ou a criação de empresas familiares: em dez anos, em que pese o crescimento em número de estabelecimentos, houve redução em termos de pessoal contratado. Também no período 1991-2001 (TABELA 13, página 105), o setor da Construção Civil cresceu em número de estabelecimentos e em produtividade, mas reduziu a contratação de pessoal, pelo menos no

mercado formal. No Comércio, o crescimento do setor equivaleu à quantidade de novos empregos formais. Os percentuais de pessoal ocupado por setor retratam participação baixíssima das atividades primárias: 1,36%. O que caracteriza a franca substituição da agricultura pela especulação imobiliária não é tanto esta taxa – ainda mais baixa em Araruama e em Saquarema, conforme comparação feita na TABELA 14 (página 105) –, mas a disparidade em pessoal ocupado em atividades financeiras e imobiliárias : aproximadamente 29%, contra taxas de 7% e 5% nos demais municípios, respectivamente.

O setor Agropecuário vem sofrendo redução em número de estabelecimentos e de postos de trabalho. Números do CIDE dão conta da existência de 1.119 propriedades em 1985, e de 236 em 1996. Devido aos sucessivos desmembramentos, os estabelecimentos agropecuários são tanto mais numerosos quanto menor é o seu tamanho, conforme a TABELA 15 (página 105). Em Maricá, a participação da Agricultura na economia é menor mesmo que os municípios mais urbanizados do conjunto-base utilizado, segundo dados do Sistema Nacional de Indicadores Urbanos (SNIU), do Ministério das Cidades, adaptados na TABELA 16 (página 105).

O orçamento público é composto em 60% de repasses do Estado e da União (TABELA 17, página 106). Receitas Tributárias Municipais atingem 27% do total – a maior parte desta parcela – 61% – corresponde à arrecadação de IPTU. Maricá, portanto, tinha em 2001 uma capacidade de arrecadação da ordem de R\$ 11.357.000,00, soma da receita de IPTU com o valor da cota do FPM. O repasse de ICMS, maior das quantias transferidas pelo Estado, cresceu no decênio 1993-2002, conforme demonstra a TABELA 18 (página 106).

Os MAPAS 10, 11, 12, 13 e 14 (página 107) são recortes de mapas que contêm a distribuição do Produto Interno Bruto no Estado do Rio de Janeiro por setor por município, em 2000. Na agricultura e na indústria, o PIB de Maricá situa-se na faixa mínima, enquanto nos mapas de comércio, serviços e transporte/comunicação coloca-se num segundo nível produtivo. Os serviços públicos não estão incluídos nestas estatísticas.

TABELA 12. EMPREGADOS ADMITIDOS E DESLIGADOS EM 2002 - MARICÁ

SETOR DE ATIVIDADE ECONÔMICA	ADMITIDOS	DESLIGADOS	DIFERENÇA
AGROPECUÁRIA	28	53	-25
COMÉRCIO	953	912	+41
CONSTRUÇÃO CIVIL	53	50	+3
INDÚSTRIA	205	160	+45
SERVIÇOS	496	443	-53
TOTAL	1.735	1.618	+117

FONTE: CIDE, 2003.

TABELA 13. PESSOAL OCUPADO COM CARTEIRA ASSINADA - 1991-2001 - MARICÁ

SETOR DE ATIVIDADE ECONÔMICA	1991	2001	DIFERENÇA %
COMÉRCIO	845	1.951	131
CONSTRUÇÃO CIVIL	397	323	-19
INDÚSTRIA EXTRATIVA MINERAL	66	59	-11
INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO	311	372	20
SERVIÇOS PRIVADOS	1.707	1.994	17

FONTE: CIDE, 2003.

TABELA 14. PERCENTUAL DE PESSOAS OCUPADAS POR SETOR - 2000

SETORES DE ATIVIDADE ECONÔMICA	MARICÁ	ARARU- AMA	SAQUA- REMA
COMÉRCIO, TURISMO, ALIMENTAÇÃO, TRANSPORTE E COMUNICAÇÃO	36,93	40,55	50,81
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, DEFESA E SEGURIDADE SOCIAL	13,76	19,92	29,83
EDUCAÇÃO, SAÚDE E SERVIÇOS SOCIAIS	6,73	15,54	6,69
INDÚSTRIA EXTRATIVA DA TRANSFORMAÇÃO E DA CONSTRUÇÃO	12,12	15,34	6,69
FINANCEIRAS, IMOBILIÁRIAS E OUTROS SERVIÇOS (PRESTADOS ÀS EMPRESAS)	28,71	6,86	5,15
PRODUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE ELETRICIDADE, GÁS E ÁGUA	0,36	1,51	0,20
AGROPECUÁRIA, SILVICULTURA, EXPLORAÇÃO FLORESTAL E PESCA	1,36	0,28	0,63

FONTE: SNIU

TABELA 15. NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS - 1985-1996 - MARICÁ

ANO	1.000 Ha E MAIS	100 Ha A MENOS DE 1.000 Ha	10 Ha A MENOS DE 100 Ha	MENOS DE 10 Ha
1985	3	28	140	1.028
1996	3	16	54	163

FONTE: SNIU

TABELA 16. PARTICIPAÇÃO DO PIB DA AGROPECUÁRIA NO PIB TOTAL POR MUNICÍPIOS - 2000 - GRUPO-BASE

MUNICÍPIO	(%)
SÃO GONÇALO	63,6
ARARUAMA	45,6
SAQUAREMA	42,9
NITERÓI	37,1
RIO DE JANEIRO	24,6
MARICÁ	14,8

FONTE: SNIU

TABELA 17. COMPOSIÇÃO DA RECEITA PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE MARICÁ - 2001 (1.000 R\$)

RECEITAS TRIBUTÁRIAS MUNICIPAIS	IPTU - IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO		5.550	9.145	9.145	33.428
	ISS - IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS		1.122			
	ITBI - IMPOSTO SOBRE TRANSMISSÃO DE BENS INTERVIVOS		1.077			
	TAXAS		1.396			
RECEITA PATRIMONIAL				105	105	
RECEITA DE CONTRIBUIÇÃO				272	272	
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	ESTADO	ICMS - IMPOSTO SOBRE CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E SERVIÇOS	6.271	13.065	19.987	
		IPVA - IMPOSTO SOBRE PROPRIEDADE DE VEÍCULOS AUTOMOTORES	724			
		FUNDEF - FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL	5.200			
		OUTRAS*	869			
	UNIÃO	FPM - FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS	5.807	6.922		
		OUTRAS	1.115			
OUTRAS RECEITAS				3.919	3.919	

FONTE: CIDE, 2003.

* INCLUSIVE R\$ 212 MIL DE *ROYALTIES* DO PETRÓLEO. EM 2002 E 2003, O PAGAMENTO DE *ROYALTIES* SUBIU PARA R\$ 320 MIL.**TABELA 18. ÍNDICE DE PARTICIPAÇÃO NA DISTRIBUIÇÃO DE ICMS - 1993-2002 - MARICÁ**

1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002
0,223	0,234	0,238	0,244	0,293	0,304	0,307	0,316	0,319	0,337

FONTE: CIDE, 2003.

MAPA 10. PIB DA AGRICULTURA



MAPA 11. PIB DO COMÉRCIO



MAPA 12. PIB DA INDÚSTRIA



MAPA 13. PIB DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO



MAPA 14. PIB DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÃO



3.2.4 Educação

Depois de 1990, e em novo impulso após 2000, o aparelho escolar do município tem-se alterado como resultado claro e direto da pressão exercida sobre ele pelas classes médias que se mudaram para Maricá. Grandes colégios particulares da cidade iniciaram mudanças em 2001. Dois exemplos disso são o colégio Faria Ribeiro, adquirido pela rede Santa Mônica Centro Educacional – passou a fazer convênios com cursos extracurriculares, construiu uma piscina, alterou o método de ensino em uniformidade com a rede. O colégio HMS, também tradicional na cidade, firmou convênio para turmas de pré-vestibular com a rede GPI. Com isso, procuram também conter o êxodo de alguns alunos de classes médias altas em busca de ensino melhor e mais caro em Niterói, no segundo grau.

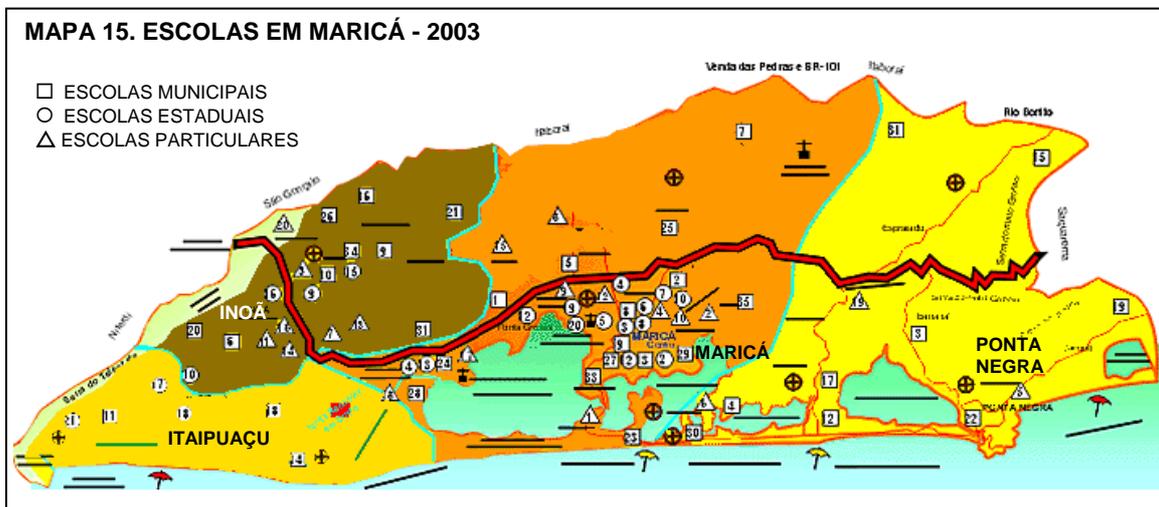
O aumento na rede escolar após 2000 é evidente, principalmente pela rede particular, que busca atender à demanda das novas famílias que residem no município⁹⁵ (TABELA 19, página 109). Esta rede é concentrada no 1º Distrito. Alguns estudantes dos distritos vizinhos a Niterói e São Gonçalo (Itaipuaçu e Inoã) têm optado por estudar em Niterói, porém a maioria prefere viajar à Sede, onde encontra escolas públicas em maior número e melhor estruturadas, e escolas particulares com mensalidades inferiores. A maioria dos migrantes é de classe média empobrecida, e a perspectiva de que esta opte pelo ensino público reprime o valor das mensalidades na concorrência particular x pública, mantendo as boas escolas de Maricá com preços inferiores aos de Niterói, por exemplo.

No MAPA 15 (página 109), elaborado pela Prefeitura Municipal de Maricá, as escolas municipais são representadas por quadrados; as estaduais, por círculos; e as particulares, por triângulos. Há maior concentração de escolas no 1º Distrito (Sede), e grande quantidade também no 3º e 4º Distritos (Itaipuaçu e Inoã), acompanhando a maior densidade demográfica destas áreas. A distribuição de escolas diminui quando se aproxima o 2º Distrito (Ponta Negra), mais distante de Niterói. De acordo com o Censo do IBGE, a quantidade de escolas no município evoluiu segundo a TABELA 20 (página 109).

A taxa de atendimento escolar (TABELA 21, página 109) decai após os 15 anos de idade, quando parte da população entra no mercado de trabalho. De 1991 a 2000, as taxas de

⁹⁵ Entre os municípios do conjunto comparativo adotado neste trabalho, o IDH-Educação de Maricá é superado apenas pelo de Niterói (TABELA 18). Isso acontece porque a rede escolar privada foi o único componente da infra-estrutura urbana a apresentar crescimento recente, pelo fato de constituir um negócio lucrativo. O crescimento dos serviços públicos não acompanhou a demanda populacional.

alfabetização passaram de 79,1 para 88% da população rural, e de 82,4% para 89,1% entre a população urbana, segundo dados do CIDE.



FONTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ - ADAPTADO

TABELA 19. IDH-EDUCAÇÃO - 2000 - GRUPO-BASE

MUNICÍPIO	TAXA
NITERÓI	0,960486527
MARICÁ	0,932756035
RIO DE JANEIRO	0,932670451
SÃO GONÇALO	0,87822512
SAQUAREMA	0,872859758
ARARUAMA	0,827848829

FONTE: SNIU

TABELA 20. NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS ESCOLARES DE 1º E 2º GRAUS - 2000-2002 - MARICÁ

TIPO	2000	2001	2002
MUNICIPAIS	29	30	32
ESTADUAIS	23	23	23
PARTICULARES	10	17	15
TOTAL	62	70	70

FONTE: CENSOS IBGE

TABELA 21. TAXAS DE ATENDIMENTO ESCOLAR POR GRUPOS DE IDADE - 2000 - MARICÁ

5 A 9 ANOS (%)	10 A 14 ANOS (%)	15 A 17 ANOS (%)	18 A 19 ANOS (%)
90,76	96,03	80,8	47,39

FONTE: CIDE, 2003.

A Secretaria Municipal de Educação listou, no começo de 2004, 35 escolas próprias, incluindo as estaduais em processo de municipalização. Sabe-se, contudo, que nem todas as escolas municipais estão funcionando, a exemplo do que ocorreu com uma escola no bairro do Silvado, que foi fechada por falta de alunos. A região, que era predominantemente rural, teve fazendas desativadas para futuros loteamentos, causando êxodo da população em busca de trabalho. Com isso, o alunado tem procurado em maior proporção as escolas do Centro da cidade, inclusive a minoria que ainda mora longe da *vila* mas ficou sem escola. Uma observação simples confirma que muitos alunos vêm de longe para ter aulas em escolas da sede municipal: basta ver a quantidade de crianças e jovens uniformizados transitando pela rodoviária na hora do almoço.

3.2.5 Sistema Viário

O sistema de transportes de Maricá consiste principalmente de vias rodoviárias, traçadas no MAPA 16 (página 111), no qual Maricá está na cor cinza escuro. Chega-se à RJ-104 por Niterói (Alameda São Boaventura) ou São Gonçalo (Manilha). A RJ-106 parte da RJ-104 na divisa entre os três municípios, na localidade de Tribobó (São Gonçalo). É possível chegar à RJ-106 pela Estrada Velha de Maricá (Estrada Real de Maricá), que através de Maria Paula liga-se à RJ-104 e também a Pendotiba e Região Oceânica de Niterói. Já em Maricá, a RJ-106 tem conexões com Itaipuaçu (em Inoã, a chamada Estrada de Itaipuaçu liga a RJ-106 a Itaipuaçu, de onde, pela serra, estende-se a Itaipu, na Região Oceânica de Niterói) e com a RJ-144, no km 30. Além da estrada Real e da estrada de Cassorotiba, data do Império o acesso que hoje se faz a partir de Venda das Pedras, pela atual RJ-114.

Há duas empresas de ônibus em Maricá: a Viação Nossa Senhora do Amparo, que atua principalmente em linhas intermunicipais, e a Costa Leste (Costa Leste Maricá Transportadora Turística), que não é turística e funciona com linhas municipais regulares⁹⁶. Ambas utilizam a rodoviária localizada na sede. As linhas da Costa Leste ligam Maricá a outros bairros do 1º Distrito e do 2º Distrito (Ponta Negra). A Viação Amparo tem suas

⁹⁶ Em julho de 2004, a Prefeitura Municipal lançou edital de licitação para concessão de lotes de linhas do Sistema de Transporte Municipal Coletivo de Passageiros. Cópia do Edital consta do ANEXO IV.

MAPA 16. ACESSOS



FONTE: HOLZER & BAHIANSE, 2002.

principais linhas de Maricá para o Rio (Castelo) e Niterói – são as com mais horários e passageiros. Em 2000, a empresa transportou um total de 14.680.135 passageiros e gerou 749 empregos diretos⁹⁷. A Viação Amparo também tem linhas interdistritais, alcançando os 3º e 4º Distritos, e outras ligando-os diretamente a Niterói; e trajetos fora de Maricá, tanto em Niterói quanto em São Gonçalo. Curiosamente, o Relatório Final da Conferência das Cidades do Eixo Leste Metropolitano do Rio de Janeiro, aprovado na plenária final, estabelece para o transporte rodoviário de Rio Bonito a proposta de licitar para outras empresas as linhas ligando o local a Alcântara (São Gonçalo), Praça XV (Rio de Janeiro) e Niterói, “acabando com o monopólio das empresas de transporte nos municípios do Eixo Leste Metropolitano” (ANAIS, 2003, p.87). Mas não menciona a empresa maricaense. Não houve representante da empresa de ônibus de Rio Bonito na Conferência.

A ligação com Rio e Niterói também é feita por vans. Táxis têm preços de tabela para corridas pré-estabelecidas, e fazem o trajeto Centro-Barra de Maricá em sistema de lotação, com a mesma tarifa dos ônibus municipais. As estimativas de passageiros transportados de ônibus entre Maricá e Rio/Niterói após 2000 estão prejudicadas pelo crescimento do “transporte alternativo” das vans. Em 2003, a atuação deste sistema foi limitada por decreto municipal, que impediu o acesso das vans ao Centro de Maricá e a trajetos municipais. As vans passaram a fazer ponto no bairro do Flamengo, próximo à segunda saída da cidade, e também tiveram seus pontos de parada restritos em Niterói e no Rio de Janeiro.

⁹⁷ Segundo informações do Sindicato das Empresas de Transportes Rodoviários do Estado do Rio de Janeiro.

Em estudo sobre o Sistema Viário do Centro de Maricá, Brêtas levantou a quantidade de vans cooperativadas atuando no município:

“Mesmo havendo demanda de população, existe uma disputa entre o transporte alternativo e a empresa Nossa Senhora do Amparo. O sistema alternativo possui duas cooperativas de vans, uma somente para o Rio com aproximadamente 40 vans e outra com uma frota de 70 vans responsáveis pelas linhas de Niterói e Rio (BRÊTAS, 2004, p.42).

O tempo médio de três viagens de uma van equivale a duas viagens (ida e volta) de ônibus, ou seja, cada van pode fazer 50% mais viagens que o ônibus. Existe boa aceitação por este tipo de transporte, ao qual se atribui a contenção nas tarifas dos ônibus, que têm cobrado abaixo da tabela, com passagens básicas custando R\$ 5,00 (Rio) e R\$ 3,00 (Niterói), havendo descontos de acordo com dias, horários e estações do ano.

O fenômeno da distorção do espaço pelo sistema de transportes⁹⁸ aproximou Maricá do Grande Rio. A Ponte Presidente Costa e Silva colocou Maricá à distância de uma hora do Rio, ou 1h20min de ônibus. Este tempo-espaço tende a ficar ainda mais reduzido com a conclusão da obra na RJ-106, que é acompanhada do aumento do número de linhas de ônibus e vans entre Maricá, Niterói e Rio de Janeiro, e de redução no preço das passagens. Enquanto a ligação rodoviária interurbana melhora, a falta de investimentos em infraestrutura urbana aumentou a segregação dentro das áreas urbanas da cidade. Há muitas localidades por onde não passa o transporte coletivo nem as linhas de táxis e vans. Quanto aos bairros servidos por ônibus, a correlação entre as duas empresas demonstra que o transporte intermunicipal é mais farto que o municipal: em 2000, a Viação Amparo possuía uma frota de 145 ônibus; a Costa Leste, de 12. A frequência de saída de ônibus para Niterói e Rio é superior que a dos ônibus municipais. Com isto, há preferência por moradias próximas à rodovia. O isolamento urbano de Maricá também acontece interurbanamente em relação aos municípios de sua própria região. De Maricá saem ônibus apenas na direção Rio/Niterói. A única conexão para a Região dos Lagos acontece pela passagem de ônibus e vans que vão e vêm de Saquarema ou Araruama e passam pela rodovia Amaral Peixoto, e também são utilizados complementarmente no transporte para o Rio e Niterói.

⁹⁸ Ver, a respeito, MARTINS, 1996.

3.2.6 Outros Aspectos Socioambientais

A) CULTURA

Em 2000, Maricá não dispunha de museu, cinema, teatro ou casa de espetáculo. Tinha 1 biblioteca pública, localizada na praça central⁹⁹, onde em 2002 foi construída a “Casa do Futuro”. A obra foi financiada pelo governo estadual e é operada pela prefeitura com verba própria. No local, cinco aparelhos de computador conectados à Internet e com impressoras são franqueados à utilização pública, especialmente estudantes, para realização de pesquisas. Cada pessoa pode utilizar o computador por 20 minutos. No começo de 2004, o horário de funcionamento foi reduzido para até 15h (funcionava até 17h) para economia de energia elétrica. Em 2001, o antigo casarão da Câmara (FIGURA 3, página 22), foi transformado em Casa de Cultura, onde se realizam exposições de artes plásticas. Na calçada em frente e em torno da Casa, na praça principal, ao lado da igreja matriz, há carnaval, festas, quermesses, parques de diversão itinerantes, restaurantes populares. Parte da quadra é fechada ao trânsito de veículos em fins de semana, funcionando como um calçadão para encontros.

B) ESGOTOS

O número de domicílios com ligação de esgoto é ainda menor que os que têm água tratada, conforme a TABELA 22 (página 114), que revela pouquíssimo investimento neste setor entre 2000 e 2002. Os tipos de esgotamento utilizados constam da TABELA 23 (página 114). A quantidade de domicílios dotados de rede geral de esgoto não chega a 11% do total. A maior parte dos domicílios utiliza fossas, o que torna ainda mais importante o cuidado com a filtração dos resíduos, especialmente porque as construções mais antigas despejam na fossa as águas dos banheiros.

Nos municípios de Araruama, Maricá e Saquarema, o atendimento por rede geral de esgoto é menor – muito menor – que o de certas áreas favelizadas da cidade do Rio de Janeiro. Em 11 favelas¹⁰⁰ estudadas por Ribeiro na região de Jacarepaguá (área limitada

⁹⁹ A biblioteca pública foi demolida em 2003, e iniciada a construção de um pequeno anfiteatro com biblioteca.

¹⁰⁰ Caminho do Valdemar, Caxangá, Fazenda Mato Alto e Ladeira da Reunião, no morro da Reunião; Chacrinha do Mato Alto, no morro do Mato Alto; Pica-pau, no morro do Pica-pau; Comandante Luiz Souto; Covanca; Inácio Dias; morro Bela Vista e Piolho.

pelo morro da Covanca, no Maciço da Tijuca, e pelo morro da Caixa D'água, na serra do Engenho Velho, e localizada na divisa entre os bairros do Tanque, Praça Seca, Jardim Sulacap e Taquara, 80% dos domicílios dispõem de água canalizada e de rede geral de esgoto (RIBEIRO, 2004). Comparada a de seus municípios irmãos, em geografia e potenciais econômicos, a situação relativa de Maricá consta da TABELA 24.

TABELA 22. ESGOTO - LIGAÇÕES - 2000-2002 - MARICÁ

ANO	TOTAL	RESIDENCIAL	COMERCIAL	INDUSTRIAL	PÚBLICA
2000	656	543	100	1	12
2002	678	564	101	1	12

FONTE: CIDE, 2003

TABELA 23. DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES (DPP) POR TIPO DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO - 2000 - MARICÁ.

TOTAL DE DOMICÍLIOS	DOMICÍLIOS IMPROVISADOS COM BANHEIRO OU SANITÁRIO		FOSSA RUDIMENTAR		FOSSA SÉPTICA		OUTRO ESCOADOURO		REDE GERAL DE ESGOTO OU PLUVIAL		RIO, LAGO OU MAR		VALA	
22.866	277	1,21 %	6.152	26,92 %	11.651	50,98 %	310	1,36 %	2.479	10,85 %	400	1,75 %	1.597	6,99 %

FONTE: CIDE, 2003

TABELA 24. PERCENTUAIS DE DOMICÍLIO POR TIPO DE INSTALAÇÃO SANITÁRIA - 2000

MUNICÍPIO	COM BANHEIRO OU SANITÁRIO E OUTRO TIPO DE ESGOTAMENTO	COM BANHEIRO OU SANITÁRIO LIGADO A RIO, LAGO OU MAR	COM BANHEIRO OU SANITÁRIO LIGADO A VALA	COM BANHEIRO OU SANITÁRIO E FOSSA RUDIMENTAR	COM BANHEIRO OU SANITÁRIO E FOSSA SÉPTICA	COM BANHEIRO OU SANITÁRIO E REDE GERAL	COM BANHEIRO OU SANITÁRIO
ARARUAMA	0,76	1,37	4,12	15,22	71,41	7,12	97,37
MARICÁ	1,35	1,96	7,88	26,69	52,15	9,96	98,53
SAQUAREMA	0,84	0,54	7,88	20,31	58,32	12,12	97,81

FONTE: SNIU

C) LIXO

A coleta do lixo é feita regularmente três vezes por semana, em dias alternados conforme a localidade. O total coletado é de aproximadamente 72%. Do lixo não coletado, quantidade considerável é queimada ou jogada em terrenos baldios, onde também se costuma jogar folhas e galhos (ver TABELA 25). Como a cidade tem uma grande população de cães abandonados (veranistas que pararam de freqüentar suas casas, ou as venderam, abandonam muitos cães, que passam a procriar nas ruas, sem controle), este lixo lançado em terrenos já está revolvido pelos animais quando da passagem dos lixeiros. O mesmo acontece com o lixo depositado em caçambas, que ficam cercadas de lixo revolvido pelo chão.

TABELA 25. LIXO - DESTINO POR DOMICÍLIOS - 2000 - MARICÁ

COLETADO: 16.417		OUTRO DESTINO: 6.449				
EM CAÇAMBA DE SERVIÇO DE LIMPEZA	POR SERVIÇO DE LIMPEZA	ENTERRADO NA PROPRIEDADE	QUEIMADO NA PROPRIEDADE	JOGADO EM TERRENO BALDIO OU LOGRADOURO	JOGADO EM RIO, LAGO OU MAR	OUTRO
4.411	12.006	195	5.115	954	7	178

FONTE: CIDE, 2003

D) SAÚDE

A percentagem de pessoal contratado na Saúde (constante da TABELA 13, página 105), pode indicar que alguns serviços básicos em Maricá estejam se tornando subdimensionados em razão do crescimento demográfico. Em relação a Araruama, município mais próximo em termos de área e população, os setores de educação, saúde e serviços sociais ocupavam 6,73% do conjunto de trabalhadores em 2002, de acordo com informações do SNIU. Este percentual equivale a 43,31% do índice de Araruama. No único hospital do município (público municipal), com 48 leitos, foram feitas 2.531 internações em 2000. No mesmo ano, foram registrados 927.736 procedimentos ambulatoriais, dos quais 7% (65.519 atendimentos) em prestadores privados. Havia 25 unidades ambulatoriais em 2000, tendo chegado a 30 em 2002. Em 1992, contavam-se 17 ambulatorios e 2 hospitais. A TABELA 26 (página 116) exhibe os indicadores hospitalares dos hospitais dos seis municípios-base.

TABELA 26. INDICADORES HOSPITALARES - 2002

MUNICÍPIO	TEMPO MÉDIO DE PERMANÊNCIA (DIAS)	VALOR MÉDIO DA INTERNAÇÃO (R\$)	ÓBITOS	TAXA DE MORTALIDADE (POR 100 INTERNAÇÕES)	LEITOS POR 1.000 HABITANTES
ARARUAMA	6,01	275,59	134	3,07	1,74
MARICÁ	6,65	259,10	191	7,55	0,57
NITERÓI	11,25	531,97	1.604	4,16	4,18
RIO DE JANEIRO	13,14	691,12	15.585	5,96	2,88
SÃO GONÇALO	8,93	462,86	1.867	3,48	2,65
SAQUAREMA	5,17	267,85	213	4,89	1,07

FONTE: CIDE, 2003.

E) TURISMO

Maricá é caracterizada como cidade turística e centra a imagem do município nesta condição, mas não tem planejamento e oferece pouca estrutura para receber turistas. A Prefeitura anunciou a criação de um plano estratégico para o Turismo, em reuniões que envolvem o SEBRAE, a EMATER-Rio, a Associação Comercial de Maricá, os clubes de serviço Lions, Maçonaria e Rotary locais e são abertas a outras entidades. O objetivo é incrementar o setor diante das belezas naturais da região, através de agroturismo e do ecoturismo, a fim de gerar empregos e divisas. Os poucos grupos que realizam passeios organizados em Maricá são levados por agências de ecoturismo de Niterói. Atividades sociais e esportivas têm promovido o turismo na cidade, como o vôo livre, o jet-ski, o jipe clube, o motocross, o surfe. De forma incipiente, dois shows musicais de maior porte foram realizados em 2004.

Em 2001, o município contava com 189 unidades habitacionais e 8 estabelecimentos hoteleiros, que juntos ofereciam 441 acomodações. A empregabilidade (formal) do setor consta da TABELA 27.

TABELA 27. TURISMO - NÚMERO DE EMPREGADOS POR SETOR - 2001 - MARICÁ ¹⁰¹

EM ATIVIDADES DE AGÊNCIAS DE VIAGEM E ORGANIZADORAS DE VIAGEM	1
EM ESTABELECIMENTOS HOTELEIROS, COM RESTAURANTE	4
EM ESTABELECIMENTOS HOTELEIROS, SEM RESTAURANTE	3
EM OUTROS TIPOS DE ALOJAMENTO	3
EM RESTAURANTES E ESTABELECIMENTOS DE BEBIDAS, COM SERVIÇO COMPLETO	61

FONTE: CIDE, 2003

¹⁰¹ O CIDE registra ainda a existência de 755 empregados do setor de transporte regular urbano como sendo da área do turismo, enquadramento este que foi desconsiderado neste trabalho, pois não é provável que os turistas componham grande parcela entre os passageiros usuários dessas linhas de ônibus.

4 PERSPECTIVAS CONCLUSIVAS

*Marósia consiste em duas cidades –
a do rato e a da andorinha; ambas mudam com o tempo;
mas não muda a relação entre elas:
a segunda é a que está para se libertar da primeira.
(Ítalo Calvino)*

A ocupação do espaço e a utilização do solo no município de Maricá têm correspondido, historicamente, aos diferentes ciclos econômicos experimentados na região, com suas respectivas levas de ocupação-desocupação. A partir de 1500, a agricultura passou pela subsistência, pela cana-de-açúcar e pelo café, ciclo este que teria colocado Maricá sob maior influência do Rio de Janeiro. A infra-estrutura avançava de acordo com a necessidade e as possibilidades, do lombo de burro até trens e caminhões, das estradas de chão às de ferro e asfalto. O escoamento da produção parecia garantir a agricultura, porém a Segunda Grande Guerra veio fechar mercados. A produção agrícola declinou e teve início o loteamento da terra, promovendo-se um processo de urbanização através do parcelamento do solo. O momento atual é de uma nova fase de crescimento demográfico e especulação imobiliária, acompanhado de tentativas de incremento da infra-estrutura, de proteção ambiental e de controle da ocupação do solo.

A concentração das atividades econômicas no parcelamento especulativo do solo urbano, com uso voltado à construção de moradias fixas e de lazer, foi um processo direcionado pelas conjunturas políticas e econômicas nacionais e principalmente estaduais, mas também estimulado pelos dirigentes locais. A maior parte dos terrenos ainda livres em

2003 localiza-se em área urbana ou de expansão urbana. Portanto, nenhuma proposta de redirecionamento na ocupação e uso da terra pode ignorar a vocação periférica, ou periurbana, da região. Nem por isso, deve descuidar-se da vocação turística – e, tratando-se de Maricá, da necessidade de diversificação econômica. A questão constitui um paradoxo: a escolha de Maricá como pólo migratório nas últimas décadas deve-se, em grande parte, à sua exuberância natural, justamente a qualidade colocada em risco pela ocupação que motiva.

A conclusão desta pesquisa não pretende abarcar toda a complexidade socioambiental do objeto de estudo, mas apontar variáveis capazes de acrescentar possibilidades ao desenvolvimento do município. Até porque as descrições dos problemas, feitas anteriormente, evidenciam por si algumas perspectivas de solução. Diversas linhas de pensamento, a exemplo do paradoxo citado, conduzem-nos à necessidade de acrescentar sustentabilidade a esse desenvolvimento, o que significa dizer regular os movimentos e ritmos do crescimento socioeconômico. Ignorar o equilíbrio ambiental não prejudicará apenas o potencial turístico de Maricá. Ao nortear o planejamento pela busca do equilíbrio possível, atende-se, principalmente, ao bom senso e sentido maior de sobrevivência, segundo os quais a luta cotidiana do ser humano por subsistência e patrimônio precisa estar atenta à sua sustentabilidade futura. Esta depende de melhor aproveitamento do ecossistema.

A legislação já demarcou que mananciais, lagos, lagoas e reservas florestais constituem áreas de proteção ambiental – além das áreas demarcadas como as APAs, evidentemente. Em um momento que a cidade discute um novo plano diretor, os parâmetros de parcelamento precisam considerar a máxima forma de preservar os ecossistemas “em consonância com as aspirações sociais, culturais e ambientais de seus diversos usuários” (HOLZER & CRICHYNO, 2002). A lógica do interesse público, mais ampla, deve sobrepujar a lógica imediatista dos interesses econômicos de proprietários de terra, incorporadores imobiliários, grandes empresários. A ação pública precisa orientar-se por políticas próprias, populares e democráticas. Novas possibilidades de desenvolvimento sustentado dependem de decisões político-administrativas e da regulamentação precisa de princípios legais já prescritos, adaptada ao contexto local, e cumprida.

O Turismo desponta como atividade indicada para o crescimento do Município, favorecido por suas condições naturais. A Agricultura não tem por que permanecer descartada. As cidades do Eixo Leste Metropolitano do Rio de Janeiro, em sua 1ª Conferência, decidiram “apoiar as vocações agroindustriais da região, com vistas ao recebimento de programas de fomento” (ANAIS, 2003, p.83). Embora ainda vaga, a

proposta é positiva, e ações nesse sentido podem incluir Maricá na rota de projetos estaduais e federais que já existem no Norte fluminense e mesmo na Região dos Lagos (Araruama, por exemplo). Entende o autor-pesquisador desta dissertação que, sem prejuízo à industrialização agrícola, projetos familiares ou comunitários, de menor porte, podem ser implantados com custos baixos, em prazos mínimos e com rapidez de resultados. Não necessariamente, encaminhadas por um consórcio do eixo leste. É importante considerar que, anteriormente à definição de metas, cabe determinar o objetivo pretendido. Para tanto, o município precisa escolher se caminhará no sentido de reforçar seus laços com o eixo leste metropolitano; ou de promover sua integração com a Região dos Lagos, o que parece mais lógico e produtivo ao autor-pesquisador, e não impede que atue em parcerias com cidades da RMRJ.

Outro setor onde o macro e o micro podem caminhar com razoável independência e bons resultados é o da Pesca. Antigos mercados consumidores como os de Niterói e Rio de Janeiro *passam direto* por Maricá, abastecendo-se de pescado em Cabo Frio ou em cidades do Sul do país. Segundo pescadores, o principal obstáculo (além da redução da população de peixes devido ao desequilíbrio ambiental) é a falta de estrutura para o congelamento do pescado. O setor, portanto, pede investimento e organização, tanto para a pesca profissional quanto de subsistência, a industrial e a artesanal.

As perspectivas conclusivas deste trabalho partem da constatação que Maricá viveu até pouco tempo um cotidiano ao largo da lei, no qual o solo, o trânsito de veículos, a derrubada de mata, a poluição de águas foram encarados como problemas de pouca repercussão, dado seu volume reduzido. Tendo passado a receber um incremento considerável de população, coisa que parece interessar ao município, age como se lhe bastasse abrir as portas, sem antes estabelecer critérios claros de convivência e condições de fiscalizar o cumprimento desses critérios – enfatize-se que a fiscalização é função precípua dos municípios. Pareceu a este pesquisador que existe uma crença de que, como mágica, Maricá manter-se-á uma ilha de tranquilidade e beleza, cujo ambiente seria capaz de se adaptar naturalmente a qualquer adensamento populacional.

Entretanto, se o município apresenta grande crescimento demográfico (em comparação com cinco décadas atrás), ainda tem baixa densidade demográfica. E é este “por fazer” que lhe permite redirecionar seu processo de crescimento e transformar-se aos poucos, pois ainda existe espaço para que Maricá seja repensado e planejado. Quanto aos aspectos eminentemente econômicos, e destarte o “pires na mão” da grande maioria dos municípios brasileiros, reduzir a dependência ao financiamento externo deve ser uma das

metas de todo prefeito, não sendo diferente em Maricá. Parcerias podem ser buscadas, com critérios que não signifiquem novas formas de dependência e que elevem a renda e a qualidade de vida da população.

As formas de ocupação da terra, claramente, precisam de nova orientação, onde o capital privado se desenvolva sem prejuízo ao bem público. O alardeado novo plano diretor urbano deve adquirir ritmo de urgência e atender à contemporaneidade social urbana, ou seja, estabelecer uma legislação que regule a expansão, que equilibre interesses e preserve diferenciadamente os ecossistemas – e parta do combate à pobreza. Estudos sobre o ecossistema de restingas, por exemplo, devem embasar um processo de gestão e de planejamento ambiental que considere sua conservação conjugada aos fatores ecológicos, paisagísticos e turísticos. Esclareça-se que o sentido conferido aqui ao termo *bem público* é amplo – inclui o invisível mas mensurável, como a qualidade do ar.

Os efeitos de maior monta desse *boom* imobiliário ainda se farão sentir e dependem da velocidade da conclusão da obra na estrada, da atualização do texto legal, e, principalmente, de seu cumprimento e fiscalização. Entre as medidas possíveis para o novo PDU está a de dilatar o limite mínimo na metragem do terreno urbano a ser construído, algo entre o mínimo atual de 225 metros quadrados (os lotes padrão de 450 metros costumam ser divididos para construção e venda de duas residências) e os 5.000 metros quadrados mínimos do lote rural. E promover uma regularização fundiária em consonância com o Estatuto das Cidades, que evite o comércio de posses ou sirva, sob pretextos aparentemente nobres, para expulsão de moradores pobres de áreas ainda carentes de infra-estrutura. Para tanto, a regularização de parcelamentos populares deve ser acompanhada e fiscalizada pelas comunidades.

Sem pretensão de esgotar o tema ou redigir uma plataforma de ação política, são sugeridas também as seguintes ações, que conjugam toda e qualquer medida socioeconômica à preservação ambiental:

- A) Aplicar os princípios constitucionais e o Estatuto das Cidades quanto ao incremento da participação popular na administração do município, através da instalação e efetivo funcionamento de mecanismos já previstos como os conselhos municipais e assembléias públicas, promovendo a descentralização do poder e comprometimento popular com as políticas a serem desenvolvidas. Esta democratização deve incluir o patrocínio, pela Prefeitura, de projetos de educação para a cidadania, que preparem o professor da rede pública para a educação ambiental dos alunos, e líderes do movimento social e a população em geral para essa participação, ampliando seu conhecimento legal quanto a seus direitos enquanto cidadãos.
- B) Garantir direitos sociais e promover a cidadania, estando incluída nesta proposta acesso à educação, saúde, assistência, seguridade social, através de reforço de verbas e capacitação administrativa. É necessário estruturar políticas públicas e claras, sem casuísmos, que enfrentem a segregação urbana e a exclusão social.
- C) Efetividade na solução do problema *água*. Bairros onde cada morador cava um poço, pondo em risco o ambiente e mesmo as águas subterrâneas, podem ser dotados de poços artesanais comunitários com rede de distribuição; novos poços podem ser adicionados à coleta feita pela estação da CEDAE existente no Centro. Medidas deste tipo levariam a um ordenamento do setor, que está, na prática, nas mãos da iniciativa privada (doméstica e de carros-pipa). Maricá deve gerenciar seus próprios recursos, implantando seu Comitê de Bacia Hidrográfica, a fim de buscar uma solução completa dentro dos limites do município. Medidas que estão em fase preparatória, como o novo plano diretor, devem buscar uma limitação do futuro crescimento demográfico de acordo com a capacidade de fornecimento de água tratada e canalizada.
- D) Conservar a extensa reserva de biosfera da Mata Atlântica ainda existente. A cobertura vegetal contribui para manter a permeabilidade do solo, permitindo a alimentação dos lençóis freáticos pela ação da chuva e garantindo o fornecimento de água potável. A Floresta da Tijuca, replantada onde existia um cafezal, garante o abastecimento de água na cidade do Rio de Janeiro.
- E) Identificar, através de estudos multidisciplinares e participativos, possíveis vocações econômicas no município. Os estudos devem ser seguidos do financiamento destas vocações, dotando-as da infra-estrutura necessária e adiantando-se na capacitação de pessoal para posterior geração de emprego e renda; de incentivos à instalação de empresas (indústrias de diversos tipos e portes). Imediatamente, incentivos podem ser dirigidos à pesca e ao turismo, vocações claras e unânimes da região.
- F) Adoção de projetos de estímulo a hortas ou outro tipo de agricultura familiar e comunitária, inicialmente visando a subsistência. Os projetos deveriam abarcar desde quintais particulares ao uso de áreas urbanas públicas ou privadas, terrenos abandonados e inadimplentes que podem ser desapropriados legalmente. A possibilidade de utilização temporária de lotes com impostos atrasados pode ser estudada. Áreas ainda rurais devem ser estimuladas a retomar a produção agrícola.
- G) Revisão cuidadosa das residências existentes quanto à situação dos poços já perfurados e fossas, com apoio às reformas necessárias; em novas construções, assessoramento aos construtores e proprietários, promovendo a facilitação e fiscalização, acompanhada de campanha e ações de esclarecimento. Além das fossas e sumidouros, o lançamento de resíduos em corpos d'água sem tratamento precisa ser combatido.
- H) Importante questão de saúde pública é causada pelo excesso de cães e gatos abandonados no município. É necessário e urgente um programa oficial e dirigido, com a atuação de médicos veterinários, que produza medidas preventivas para redução da população animal.
- I) Construção de calçadas e de ciclovias, principalmente junto a estradas que a população pedestre utiliza como acesso ao comércio, serviços e trabalho, estimulando maior qualidade de vida numa população já acostumada a caminhar e a andar de bicicleta.

Por fim, e, como ele, torcendo e trabalhando pela constante transformação humana, pois é através do humano que podemos relativizar o ambiente, transcrevem-se aqui, mais uma vez, palavras de Alberto Lamago:

“A uma visão etnográfica superficial, dir-se-ia que por toda essa faixa costeira fluminense há uma raça desfalecida como as suas cidades modorrentas. Um povo hereditariamente exausto de marchar sobre as areias. Mas a um exame mais profundo revela-se nele intacto o primevo arcabouço dos desbravadores, pronto a sacudir inércias adquiridas, desde que tonificantes e novas práticas os afastem de rotinas seculares”.

5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALIER, Joan Martinez. *Da economia ecológico ao ecologismo popular*. Blumenau, SC: FURB, 1998. 402 p.
- ANAIS da 1ª Conferência das Cidades do Eixo Leste Metropolitano do Rio de Janeiro. Niterói: PMN, 2003. 124 p.
- ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. A cidade do pensamento único: desmanchando consensos. 2ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. 192 p.
- ARANTES, Otília Beatriz Fiori. *Uma estratégia fatal: a cultura nas novas gestões urbanas*. In: ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. A cidade do pensamento único: desmanchando consensos. 2ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. p.11-74.
- AZEVEDO, Lauro S.P., TURCQ, Bruno, Martins, J.S. *Geoquímica e sedimentologia da Laguna de Guarapina (Rio de Janeiro - Brasil)*. In: Congresso Sociedade Brasileira de Geologia. 1984. São Paulo. Anais do Congresso da Sociedade Brasileira de Geologia, 1984. p.231-244.
- AZEVEDO, Sergio Luiz Nogueira. *Hidrogeoquímica das águas subterrâneas da bacia do Rio Ubatiba, Maricá - RJ*. 1998. 120f. Dissertação (Mestrado em Geociências) – Departamento de Geoquímica, Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, 1998.
- BARATTA, Tereza Cristina B. *Gestão democrática da cidade: O papel dos conselhos de política urbanas na formulação e gestão de políticas públicas*. In: Anais da 1ª Conferência das Cidades do Eixo Leste Metropolitano do Rio de Janeiro. Niterói: PMM, 2003. p.24-30.
- BARROSO, Lisia Vanacôr. *Hidrogeoquímica das bacias hidrográficas do sistema lagunar de Maricá - Guarapina (RJ)*. 1991. 107f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Química) – Departamento de Geoquímica, Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, 1991.
- BELLIA, Vitor; BIDONE, Edison B. *Rodovias, recursos naturais e meio ambiente*. Niterói, RJ: EDUFF, 1993. 288 p.
- BOURDIEU, Pierre. *Compreender*. In: BOURDIEU, Pierre (org.). A miséria do mundo. 2ª Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. 1988.
- BRASIL. Lei nº 10.257, Estatuto da Cidade, de 10 de julho de 2001. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Brasília, 2001.
- BRASIL. Lei nº 9.785, de 29 de janeiro de 1999. Altera o Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941 (desapropriação por utilidade pública) e as Leis nºs 6.015, de 31 de

dezembro de 1973 (registros públicos) e 6.766, de 19 de dezembro de 1979 (parcelamento do solo urbano). Brasília, 1999.

BRÊTAS, Raphael Augusto Allen Araújo. *Estudo de Tráfego e Reordenamento do Sistema Viário do Centro do Município de Maricá*. 52f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquitetura) – Escola de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, 2004.

CAETANO, Maria do Amparo. *Jacinto Luiz Caetano: 100 anos de história*. Maricá, RJ: COP, 2000. 168 p.

CALVINO, Italo. *As cidades invisíveis*. 1ª ed. (18ª reimpressão). São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2002. 150 p.

CÂMARA MUNICIPAL DE MARICÁ. *Lei Orgânica do Município de Maricá*. Maricá, RJ. 1990. 130 p.

CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. 3ª ed. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 1997. 196 p.

CEDAE. *Net. A abertura de poços irregulares pode causar sérios danos à saúde da população e ao meio ambiente*. Disponível em: <<http://www.cedae.rj.gov.br>>. Acesso em: 10 jan. 2003.

CIDE. *Anuários Estatísticos do Rio de Janeiro*. 1993, 1996, 2002 e 2003. Rio de Janeiro, RJ: CIDE.

CIDE. Ofício nº 431, de 14 de novembro de 2001. Rio de Janeiro, RJ: CIDE, 2001. 3 p.

CILSJ. *Net. Nossa região*. Disponível em <http://www.riolagos.com.br/calsj/panorama-general.htm>. Acesso em: 10 jan. 2003.

COIMBRA, Cecília Maria Bouças. *Discursos sobre segurança pública e produção de subjetividades: a violência urbana e alguns de seus efeitos*. Trabalho de Pós-Doutorado – NEV/USP, mimeo, SP, 1998.

ESTEVES, Paulo Cesar Dantas. *Variação sazonal da qualidade da água na laguna de Maricá - Rio de Janeiro*. 1992. 162 f. Dissertação (Mestrado em Geoquímica) – Departamento de Geoquímica, Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, 1992.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Edusp, 1995.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro, RJ: Nova Fronteira, 1975.

FERREIRA, Leila da Costa. *A Questão Ambiental: sustentabilidade e políticas públicas no Brasil*. São Paulo, SP: Boitempo, 1998. 154 p.

FIGUEIREDO, Eduardo Rodrigues. *Notas para a história de Maricá*. In: IBGE. Anuário Geográfico do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, n. 5, 1953. p.11-77.

FOUCAULT, Michel. *A verdade e as formas jurídicas*. 2ª ed. Rio de Janeiro, RJ: Nau, 2001. 160 p.

FRANCISCO, Benedicto Humberto Rodrigues. *O homem e a geo-história da região de Saquarema*. 1999. 354f. Tese (Doutorado em Geologia) - Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 1999.

FREYRE, Gilberto. *Sobrados e Mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano*. 14ª ed. rev. São Paulo, SP: Global, 2003. 968 p.

FGV, Centro de Processamento e Documentação. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*. 2003. Versão em CD-ROM.

FUNDREM. *Plano Diretor para o Desenvolvimento da Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro - Maricá - 1975-1979*. 1975.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro, RJ: Koogan, 1989. 324 p. (Coleção Antropologia Social [Gilberto Velho]).

- GOMES, Marcos Pinto Correia. *O município e a regularização de parcelamento do solo para fins urbanos*. Revista de Administração Municipal – Municípios. IBAM, Rio de Janeiro, RJ, Ano 49 N. 244, p.49-51. Nov/dez 2003.
- HAESBAERT, Rogério. *Territórios alternativos*. Niterói, RJ: EdUFF, 2002. 186 p.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 21ª ed. Rio de Janeiro, RJ: José Olympio, 1989. 160 p.
- HOLZER, Werther; BAHIENSE, Marcos de Castro. *Atlas Maricá*. Trabalho apresentado na SEMANA de Monitoria da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2002.
- HOLZER, Werther; CRICHYNO, Jorge. *Sustentabilidade da urbanização em áreas de restinga: uma proposta de avaliação pós-ocupação*. CD-ROM. In: Anais do Congresso Sustentabilidade, Arquitetura e Desenho Urbano. 2002, São Paulo – NUTAU/USP.
- HOUAISS, Antonio; VILLAR, Mauro de Salles. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro, RJ: Objetiva, 2001.
- IBGE-INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Sinopse Estatística do Município de Maricá: Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, RJ: IBGE, 1948.
- IBGE-INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Anuário Geográfico do Estado do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, RJ, n. 5, 1953. 330 p.
- IBGE-INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo Demográfico e Contagens de População – 2000*.
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Net. Perfil dos Municípios Brasileiros - Gestão Pública 2001*. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br/munic2001/>>. Acesso em: set. 2004.
- JORNAL DO MUNICÍPIO. *Fim do DDD em Maricá foi decisão da Justiça*. Jornal do Município, Rio de Janeiro, mai. 2004. Ano 1, nº 5, p.2.
- JORNAL OUTRAS PALAVRAS. *ANATEL acaba com cobrança de DDD nas ligações municipais*. Outras Palavras, Maricá, RJ, abr. 2004. Ano 9, p.1.
- JUNIOR, Nelson Saule. *Net. A nova lei do parcelamento do solo urbano e as funções sociais da cidade*. Pólis, 2000. Disponível em <http://www.polis.org.br/publicacoes/artigos/parsolo.html>. Acesso em: mar. 2003.
- JUNIOR, Aguinaldo Neponucemo Marques. *Ecologia e dinâmica de nutrientes em dois brejos de Typha Dominguensis Pers (Typhaceae) na laguna de Maricá - RJ*. 1991. 107 f. Dissertação (Mestrado em Geociências) – Departamento de Geoquímica, Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, 1991.
- LAMEGO, Alberto Ribeiro. *Ciclo Evolutivo das Lagunas Fluminenses*. Boletim da Divisão de Geologia e Mineralogia, Rio de Janeiro, 1945, n. 118. 48 p.
- LAMEGO, Alberto Ribeiro. *O homem e a restinga*. Rio de Janeiro, RJ: Conselho Nacional de Geografia, 1946. 227 p. (Biblioteca geográfica brasileira; 2. Série A. Setores da evolução fluminense; 2).
- LAMEGO, Alberto Ribeiro. *O homem e a restinga*. 2ª ed. Rio de Janeiro, RJ: Lidador, 1974. 307 p. (Setores da Evolução Fluminense; 2).
- LYNCH, Kevin. *A imagem da cidade*. São Paulo, SP: Martins Fontes, 1997. 227 p.
- LIMONAD, Ester. *Os lugares da urbanização: o caso do interior fluminense*. 1996. 247 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de São Paulo - USP, São Paulo, SP, 1996.
- MACHADO, Paulo Batista. *Maricá, meu amor*. Rio de Janeiro: Apex, 1977. 145 p.
- MALUF, Ued. *Cultura e mosaico: introdução à Teoria das Estranhezas*. 2ª ed. Rio de Janeiro, RJ: Booklink, 2002. 169 p.
- MARICÁ. Lei nº 004, de 21 de outubro de 2003. Estabelece as Metas e Prioridades da Administração Municipal para o Exercício de 2004, além de orientações à elaboração do

- Orçamento-programa do Município de Maricá, para o Exercício de 2004. *Jornal da Região, Maricá, RJ, n. 2.079, ano XII, 29 dez. 2003.*
- MARICÁ. Decreto nº 387, de 29 de outubro de 2003. Aprova a Planilha de Valores para a cobrança do IPTU para o Exercício de 2004. Maricá, 2003.
- MARICATO, Erminia. *Habitação e cidade*. 4ª ed. São Paulo, SP: Atual, 1998. 79 p.
- MARICATO, Erminia. *As idéias fora do lugar e o lugar fora das idéias*. In: ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Erminia. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. 2ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. p.121-192.
- MARTINS, Angela Maria Moreira. *O parcelamento da terra no município de Maricá, Estado do Rio de Janeiro*. 1986. 160f. Dissertação (Mestrado em Geociências) – Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 1986.
- MELLO, Marco Antonio da Silva; VOGEL, Arno. *Net. Narrativa versus escritura na Restinga de Maricá: segundos pensamentos sobre o fenômeno jurídico e o conflito das formas na vindicação dos direitos*. Rio de Janeiro, RJ: Facha, 2002. v.7 - nº 19 - p.112-148 - ago/dez 2002. Disponível em: <<http://www.facha.edu.br/publicacoes/comum/comum19/pdf/marcoantonio.pdf>>. Acesso em: 22 mar. 2004.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza et al. *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 18ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994. 80 p.
- MUSEU Virtual de Maricá. *Net. História de Maricá: os primeiros cem anos*. Disponível em: <<http://www.marica.com.br/museu/historia1.html>>. Acesso em: 20 mar. 2003.
- PINTO, Mara Biasi Ferrari; GONÇALVES, Marcos Flávio; NEVES, Maria das Graças Ribeiro das. *Pensando a autonomia municipal: dilemas e perspectivas*. Revista de Administração Municipal – Municípios IBAM, Rio de Janeiro, RJ, Ano 48 N. 244, Encarte Especial, p.1-8. Nov/dez 2003.
- PMM. *Plano de Desenvolvimento Urbano 1984-1988*. Maricá, RJ: PMM, 1984. 89 p.
- PMN. *Niterói: Perfil de uma cidade*. Niterói, RJ: PMN, 1999. 336 p.
- PMM. *Ata da II Oficina sobre o Plano Diretor e o Diagnóstico da Área de Preservação Ambiental*. Maricá, RJ: PMM, 2002. 11 p.
- PMM. *Relatório de Contribuintes*. Maricá, RJ: PMM, 2004. 76 p.
- RAMOS, Maria Helena Rauta (org.). *Metarmofoses sociais e políticas urbanas*. Rio de Janeiro, RJ: DP&A, 2002. 280 p.
- REVISTA MARICÁ JÁ. *Guia Turístico 2003/2004*. Ano 2, n. 2. Maricá, RJ: Maricá Já, 2003. 254 p.
- RIOS, Jorge; BERGER, Simone Geane. *Net. Estudos Socioeconômicos e de demanda de água para a RMRJ*. Disponível em: <http://www.arvore.com.br/artigos/htm_2002/ar2307_2.htm>. Acesso em: 20 jun. 2002.
- SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Segunda Viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais e São Paulo*. Edição Brasileira, p.79.
- SALANDIA, Luis Fernando Valverde. *Texto base da coordenação executiva*. In: Anais da 1ª Conferência das Cidades do Eixo Leste Metropolitano do Rio de Janeiro. Niterói: PMM, 2003. p.13-14.
- SANTOS, Milton. *Meio Técnico-científico e urbanização: tendências e perspectivas*. Resgate Revista de Cultura. Campinas, SP: Papyrus, N. 03, 1991. p. 76-86.
- SENADO FEDERAL. *Net. Lei das Águas inaugurou gestão democrática*. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/agencia/noticias/2004/3/not2214.asp>>. Acesso em: mar. 2004.
- TAUK, Sâmia Maria (org.). *Análise ambiental: uma visão multidisciplinar*. 2ª ed. 1ª reimp. São Paulo, SP: Unesp, 1999. 206 p.

TAVARES, Walter Elísio. *Democratização do acesso à moradia formal a partir dos novos valores da ordem jurídica*. In: Anais da 1ª Conferência das Cidades do Eixo Leste Metropolitano do Rio de Janeiro. Niterói: PMM, 2003. p.66-69.

UBQ. *Net. Informe UBQ-RJ*. N. 9. Rio de Janeiro, RJ: União Brasileira para a Qualidade - Seccional Rio de Janeiro, 2002. Disponível em: <<http://www.ubq-rj.com.br/dez02.htm>>. Acesso em: mar 2003.

VAINER, Carlos. *Pátria, empresa e mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do planejamento estratégico urbano*. In: ARANTES, Otilia; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. 2ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. p.75-119.

VELHO, Gilberto. *Mudanças, Crise e Violência: Política e cultura no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

VIEIRA, Valdo. *200 Teáticas de Conscienciologia*. Rio de Janeiro, RJ: IIPC, 1998.

VIPNEWS. *Net. Superintendência da CEDAE inaugura superintendência em Maricá*. Disponível em: <<http://www.vipnews.com.br/marica/mostranot.asp?ID=1190>>. Acesso em: 30 jul. 2004.

ANEXO I
RELAÇÃO DAS 35 SESMARIAS MAIS IMPORTANTES CONCEDIDAS
ENTRE 1574 E 1750 EM MARICÁ EM ORDEM CRONOLÓGICA DE DOAÇÃO

1. ANTONIO DE MARIZ ou ANTONIO DE MARINS: 500 braças em quadra, na praia fronteira às Ilhas de Maricá, em 8 de janeiro de 1574.
2. MANOEL TEIXEIRA: 300 braças em quadra, em Vassaratiba (Ponta Negra), banda de Maricá, em 19 de abril de 1578;
3. DUARTE MARTINS MOIRÃO: 3.000 braças de costa por 4.500 de sertão, da praia de Itaipu até a lagoa de Maricá, em agosto de 1590;
4. DUARTE MARTINS MOIRÃO: sobejos – praia e costa do mar, entre a lagoa e Maricá;
5. JOÃO DE SÃO JOÃO: 2.000 braças ao longo da lagoa de Maricá e 3.000 para o sertão, em 19 de novembro de 1590;
6. GASPAS MARTINS: 1.500 braças de costa e 3.000 para o sertão, Maricá e lagoa de *Imbassahy*, em 30 de março de 1590;
7. HENRIQUE DE ARAÚJO: 1.500 braças em quadra, em Maricá, em 12 de junho de 1590;
8. BARTOLOMEU AFONSO: 1.000 braças em quadra, em Maricá, em 5 de setembro de 1595;
9. GASPAS FERNANDES: 1.500 braças ao largo por 2.000 de comprimento, em Macau, banda de Maricá, em 31 de março de 1598;
10. SIMÃO DE OLIVEIRA: 3.000 braças em quadra da lagoa de Maricá para terra firme, em 15 de junho de 1598;
11. PASCOAL MARTINS: 2.000 braças por 3.000, pouco mais ou menos, em Maricá, em 23 de março de 1614;
12. DIOGO MARTINS MOIRÃO: terras e lagoa de Maricá em 14 de junho de 1623;
13. MIGUEL CARVALHO: sobejos até a lagoa de Maricá em 15 de julho de 1630;
14. LUIZ GOMES SARDINHA: caminho de Maricá, em 11 de agosto de 1651;
15. DIOGO VAZ DE ESCOVAR: ilha e terras em Maricá em 16 de fevereiro de 1652;
16. ANTONIO FRANCISCO MARTINS RIBEIRO: caminho de Maricá, em 15 de fevereiro de 1652;
17. BERNARDO MARTINS BUSSEM: 200 braças, pouco mais ou menos, em Ponta Negra, em 7 de março de 1652;
18. ANDRÉ TAVARES: 1.500 braças por 3.000 de sertão, em Maricá, em 12 de abril de 1652;
19. ANTONIO TAVARES e MANOEL DA COSTA, 1.500 braças de testada e 3.000 de sertão em Maricá, em 16 de abril de 1652;
20. ANTONIO FRANCISCO MARTINS RIBEIRO: em Maricá, em 22 de janeiro de 1673;
21. DOMINGOS RIBEIRO: da outra banda do rio Ubatiba e mais sobejos, em 15 de abril de 1679.
22. PADRE JOÃO DA VEIGA COUTINHO E FRANCISCO PINHEIRO. 3.000 braças na lagoa de Maricá, começando no rio Camburi, em, 20 de junho de 1680;
23. CAPITÃO BERNARDO MARTINS: sobejos em Maricá, no sítio das Abóboras, 300 braças de testada com pouco mais de sertão, em 8 de julho de 1680;
24. CAPITÃO FRANCISCO PEREIRA DORMUND: 1.500 braças, com 3.000 na serra de Jacarepaguá, até o rio Ubatiba, e uma ponta que corre à borda da lagoa de Jacareguá, em 29 de agosto de 1680;
25. ALFERES JOÃO GODINHO ROSADO: 3.000 braças e sobejos na cachoeira do rio Ubatiba, em 9 de dezembro de 1682;

ANEXO I (cont.)

26. LICENCIADO RODRIGO DIAS DE FIGUEIREDO e FRANCISCO FERREIRA DORMUND: 1.500 braças de sertão e sobejos em Ubatiba até Ponta Negra, entre a serra de Gururapina, em 28 de junho de 1686;
27. ANTONIO MACIEL TOURINHO: 6.000 braças, correndo de Inoã a Itatendiba, caminho de Maricá, em 19 de dezembro de 1687;
28. AMARO DOS REIS TIBAU: terras e sobejos, entre Bernardo Ferreira e o engenho de Francisco Gomes de Gouvêa, em 24 de março de 1696;
29. ANTONIO DUTRA DA SILVA: terras na cabeceira da Data do Martins, correndo para Maricá, em 14 de março de 1692;
30. ANTONIO NUNES DA COSTA: 3.000 braças, pouco mais ou menos, em Maricá, em 17 de julho de 1699;
31. FRANCISCO CORRÊA LEITÃO: terras e sobejos até a lagoa de Maricá, em 24 de abril de 1703;
32. CUSTÓDIO DE SÁ NEIVA: 1.500 braças em quadra em Maricá, cabeceiras do rio Ubatiba, em 10 de maio de 1748;
33. ANTONIO CORRÊA CARQUEJA: 1.500 braças de sobejo, pouco mais ou menos, em Maricá, em 10 de maio de 1748;
34. BALTAZAR DE ABREU RANGEL: terras no lago de Jacareguá, Maricá, em 27 de agosto de 1749;
35. CUSTÓDIO DE SÁ NEIVA: terras no rio Ubatiba, em 2 de março de 1750.

ANEXO II

CRONOLOGIA DOS TÍTULOS DE DOMÍNIO DA FAZENDA SÃO BENTO

- 1635** Na cidade do Rio de Janeiro o Sr. Capitão Governador dá aos reverendos padres, em nome de sua majestade, as terras que pedem, não prejudicando a terceiros.
- 1675** Escritura de compra da Sesmaria dos Mourões, pelo Mosteiro São Bento.
- 1675** Escritura de venda de D. Isabel Pedrosa ao mosteiro.
- 1848** Certidão da sesmaria de Frei Romano ratificando as terras.
- 1856** Declaração de terras que o Mosteiro de São Bento possui na freguesia de Maricá.
- 1874** Escritura de limites de terras, entre o Mosteiro São Bento e Dona Bárbara Rosado Paraíso.
- 188.** Escritura no Rio de Janeiro da venda que faz o Mosteiro de São Bento a D. Maria Feliciano Custodia de Castro.
- 1903** Escritura de venda por Dona Maria Jorgina de Conceição a Joaquim Mariano Alvares de Castro Junior que citava domínio útil lagoa brava.
- 1913** Registro no cartório do Rio de Janeiro da venda de terras do Mosteiro de São Bento ao Coronel Joaquim Mariano de Castro Junior.
- 1919** Registro de título realizado em Niterói de propriedade do Mosteiro São Bento.
- 1919** Escritura de venda feita pelo Mosteiro de São Bento ao Coronel Joaquim Mariano Alvares de Castro Junior.
- 19..** Joaquim Mariano de Azevedo de Castro herda do Coronel Joaquim Mariano Alvares de Castro Junior e D. Isabel Franca Alvares de Castro.
- 1943** Joaquim Mariano de Azevedo e Castro vende a fazenda São Bento de Maricá a Companhia Vidreira do Brasil - COVIBRA.
- 1943** Diversas averbações na venda supracitada foram realizadas como para a Comércio e Indústria Atlântico S/A - COMINAT.
- 1948** COVIBRA arquiva a planta geral da Fazenda de São Bento.
- 1970** Venda da Cia. Vidreira do Brasil à SEAI - Sociedade de Exploradores Agrícolas e Industriais S/A.
- 1972** Lucio Thomé Feteira compra da Cia. Urbanizadora São Bento da Lagoa a Sociedade de Exploradores Agrícolas e Industriais – SEAI.
- 1976** Lucio Thomé Feteira hipotecou à São Bento Urbanização e Turismo Ltda. a área que resolveram designar "ventura property", para nela ser constituída uma comunidade denominada Cidade São Bento da Lagoa.
- 1978** Cancela a hipoteca que grava o imóvel acima descrito e termo de responsabilidade de preservação da floresta feita pelo Sr. Lucio Thomé Feteira.
- 1984** Termo de obrigações SERLA arquivado em cartório em nome Lucio Thomé Feteira.
- 1989** Lucio Thomé Feteira realiza promessa de venda para CR Almeida com transferência de 50% em troca ela realizaria as obras de infra-estrutura para divisão da totalidade da área em lotes.
- 2000** Lucio Thomé Feteira vende para Terra Ouro Terrenos e Investimentos.
- 2000** Terra Ouro Terrenos e Investimentos averba ter conhecimento termo de responsabilidade da preservação da floresta e termo de obrigações.

FONTE: PMM, 2002.

ANEXO III
REPRESENTANTES DE MARICÁ NA 1ª CONFERÊNCIA
DAS CIDADES DO EIXO LESTE METROPOLITANO DO RIO DE JANEIRO

Executivo:

1. TITULAR: Luiz Carlos Bittencourt Coelho – Secretaria de Desenvolvimento Urbano
SUPLENTE: Vereador Jorge Luis Cordeiro da Costa – Câmara Municipal de Maricá
2. TITULAR: Pedro Correia da Silva – Secretaria de Turismo, Indústria e Comércio
3. TITULAR: Pedro Hugo Muller Xaubet – Secretaria de Desenvolvimento Urbano¹⁰²
SUPLENTE: Wanderlei Nascimento de Oliveira – Secretaria de Energia

ONG / Entidade Profissional:

4. TITULAR: Não Preenchida

Movimentos Populares:

5. TITULAR: Regina Rabelo – Movimento Ecológico de Itaipuaçu
SUPLENTE: Luana Aranin Cordeiro Carrara – Associação de Moradores de Araçatiba
6. TITULAR: Luiz Henrique Marins – Associação Comercial de Maricá
SUPLENTE: Maria de Lourdes Teixeira – Associação de Moradores de Araçatiba

Concessionários Públicos:

7. TITULAR: Laurival Medeiros do Carmo – CEDAE

Empresários:

8. TITULAR: Luiz Roberto Charnaux Sertã – CS Extração Mineral
SUPLENTE: Josiane Damasceno – Viação Nossa Senhora de Amparo

Sindicato:

9. TITULAR: Ivo Cardim – Sindicato dos Trabalhadores Rurais

FONTE: ANAIS, 2003.

¹⁰² Titular da Superintendência de Meio Ambiente.

ANEXO IV AVISO DE LICITAÇÃO



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
COMISSÃO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO POR CONCORRÊNCIA PÚBLICA N.º 01/04

OBJETO: "OUTORGA DE CONCESSÃO DE LOTES DE LINHAS DO SISTEMA DE TRANSPORTE MUNICIPAL COLETIVO DE PASSAGEIROS NO MUNICÍPIO DE MARICÁ-RJ."

TIPO: MELHOR TÉCNICA E MAIOR OFERTA COMERCIAL.

SESSÃO DE ENTREGA DOS ENVELOPES E JULGAMENTO:

Dia: 10 DE SETEMBRO DE 2004 às 10:00 horas

Local: AUDITÓRIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ.

INFORMAÇÕES E OBTENÇÕES DO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO:

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – Rua Álvares de Castro 346
– Centro – Maricá – Tel.: 2637-4300 – das 10:00 às 16:00 horas.**

OBSERVAÇÃO:

A- A cópia do instrumento convocatório somente será fornecida, contra Recibo onde será aposto o carimbo padronizado do CNPJ da empresa interessada.

Maricá, 23 de julho de 2004.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ